

UNIVERSIDADE DE UBERABA

MÔNICA QUEIROZ DA SILVA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO SUPERIOR:
ESTUDO COM ALUNOS DOS CURSOS DE DIREITO E DE ADMINISTRAÇÃO DA
UEMG - FRUTAL

UBERABA-MG
2015

MÔNICA QUEIROZ DA SILVA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO SUPERIOR:
ESTUDO COM ALUNOS DOS CURSOS DE DIREITO E DE ADMINISTRAÇÃO DA
UEMG - FRUTAL

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração: Processos Educacionais e seus fundamentos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba.

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

UBERABA- MG
2015

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

S38e Silva, Mônica Queiroz da.
Educação financeira no ensino superior: estudo com alunos dos cursos de direito e de administração da UEMG - Frutal / Mônica Queiroz da Silva. – Uberaba, 2015.
122 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação, 2015.

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

1. Educação financeira. 2. Ensino superior. 3. Alunos. I. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 378.106

Mônica Queiroz da Silva

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO SUPERIOR:
ESTUDO COM ALUNOS DOS CURSOS DE DIREITO E DE ADMINISTRAÇÃO DA
UEMG - FRUTAL

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Uberaba.

Área de concentração: Processos Educacionais e seus fundamentos

Aprovada em 24/02/2015

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
(Orientador)
UNIUBE-Universidade de Uberaba



Profª Drª Raquel Aparecida Marra da
Madeira Freitas
PUC-GO



Profª Drª Sueli Teresinha de Abreu
Bernardes
UNIUBE-Universidade de Uberaba

Dedico este trabalho a Deus por ter me dado sabedoria, força, saúde e condições para concretizar este sonho.

Agradecimentos

Ao veraz e fiel amigo Senhor Jesus Cristo, por ter me abençoado e me ter feito capaz para concluir este trabalho.

Aos meus pais e irmãos pelo apoio e incentivo, em particular aos irmãos, Marcelo e Marcos que me acompanharam nas viagens para assistir as aulas em Uberaba.

Ao meu esposo Rodrigo pelo apoio, incentivo e paciência.

À colega de turma, Gabriela Ferreira de Mello Borges, pelo companheirismo, desde o início até o final da jornada acadêmica.

Aos professores do Mestrado em Educação da UNIUBE que contribuíram para minha formação.

Ao meu orientador, Professor Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, por seu apoio, competência e especial atenção nas revisões e sugestões, contribuições fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Às professoras Dr.^a Giseli Cristina do Vale Gatti e Dr.^a Sueli Teresinha de Abreu Bernardes, membros da Banca do Exame de Qualificação, pelas competentes observações, sugestões e contribuições.

À FAPEMIG pela bolsa de estudo concedida no período de junho de 2014 a fevereiro de 2015, que contribuiu na realização desta pesquisa.

Nossos sinceros agradecimentos.

*“Bem-aventurado o homem que acha
sabedoria, e o homem que adquire
conhecimento”.*

Provérbios, 3.13.

RESUMO

As finanças estão presentes na vida das pessoas rotineiramente, seja nos ambientes escolar, doméstico ou de trabalho. O dinheiro é necessário e mesmo que não o consideremos essencial em nossas vidas, não há como deixá-lo de lado. Esta dissertação descreve e analisa a importância do conhecimento de conteúdos voltados à Educação Financeira no ensino superior por meio de revisão literária e estudo de campo, visando contribuir para a formação de jovens universitários que vivem numa sociedade capitalista com práticas de consumo exagerado e ampla facilitação do crédito. Foi realizada uma pesquisa de campo por amostragem desenvolvida junto aos alunos universitários dos cursos de Direito e Administração (ingressantes e concluintes) da UEMG - Frutal para analisar o conhecimento financeiro e como estes estudantes gerem suas finanças pessoais. Os resultados da pesquisa mostraram que boa parte dos pesquisados possuem dívidas, têm pouco conhecimento financeiro e lidam com suas finanças pessoais utilizando-se de serviços financeiros em que incidem altos juros. Os resultados permitiram também comparar o nível de conhecimento financeiro e o grau de endividamento dos cursos em foco. Neste particular constatou-se que os alunos do curso de Administração concluintes apresentaram maior conhecimento financeiro do que os alunos de igual período do curso Direito, possivelmente em decorrência de disciplinas relacionadas a essas questões existentes no curso de Administração. Com base nesses dados e no fato da educação financeira não ser oferecida na UEMG - Frutal propõe-se, ao final, a criação de alternativas para aprimorar o domínio de conteúdo de Educação Financeira pela comunidade universitária. A Educação Financeira contribui para a formação de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões embasadas no conhecimento financeiro e nas demandas com que lidam no dia-a-dia, para que possam ter uma vida digna e menos dependente dos humores do mercado e dos estímulos consumistas da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Educação financeira. Ensino superior. UEMG - Frutal.

ABSTRACT

Finances are present in people's lives routinely, whether in school environments, home or work. The money is necessary and even though not considered essential in our lives, there is no way to leave it aside. This thesis describes and analyzes the importance of knowledge of content focused on financial education in higher education through literature review and field of study, to contribute to the training of university students who live in a capitalist society of over consumption and wide facility credit. A field sample survey developed along with university students of Law and Administration courses (freshmen and seniors) UEMG - Frutal to analyze the financial knowledge and how these students manage their personal finances was performed. The survey results showed that most respondents have debts, have little financial knowledge and handle their personal finances using financial services to which they apply high interest rates. The results allowed also compare the level of financial knowledge and the degree of indebtedness of focus courses. In particular it was found that the students graduating Administration course had greater financial knowledge than students of the same Law course of the period, possibly because of the disciplines related to these existing issues in the course of Administration. Based on these findings and the fact that financial education is not addressed in the University, the purpose of this work is to present possible alternatives to improve financial education content domain next to the university community. Financial education contributes to the formation of citizens aware, able to make based decisions in the financial knowledge and demands that deal with the day-to-day, so they can have a decent life and less dependent of the market moods and of the consumerist stimulus of capitalist society.

Keywords: Financial education. Higher education. UEMG Frutal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de Ciclo de vida financeira.....	79
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de alunos matriculados em 2014	23
Tabela 2 - Amostra Estratificada	24
Tabela 3- Gênero	81
Tabela 4 - Idade	81
Tabela 5 - Estado Civil	82
Tabela 6 - Ocupação dos universitários.....	82
Tabela 7 - Renda mensal própria	83
Tabela 8 - Renda mensal da família	83
Tabela 9 - Nível de escolaridade dos pais	84
Tabela 10 - Comportamento em relação às finanças pessoais.....	84
Tabela 11 - Ferramentas para controle de gastos	86
Tabela 12 - Situação financeira atual	87
Tabela 13 - Tipo de investimento	88
Tabela 14 - Endividamento	89
Tabela 15 - Modalidades de dívidas	90
Tabela 16 - Motivos para contrair dívidas.....	91
Tabela 17 - Reserva financeira	93
Tabela 18 - Atitudes em relação às finanças pessoais	93
Tabela 19 - Principal fonte de acesso em relação à educação financeira	95
Tabela 20- Fonte para decisão sobre finanças pessoais.....	96
Tabela 21 - Conhecimento financeiro	97
Tabela 22 - Forma de transmissão da educação financeira	98
Tabela 23 - Nível de escolaridade dos pais e o endividamento dos filhos	99
Tabela 24 – Controle de gastos x cursos pesquisados	99
Tabela 25 – Situação financeira x cursos e períodos pesquisados	101
Tabela 26 - Endividamento x cursos e períodos pesquisados	102
Tabela 27 - Ocupação por curso e período	102
Tabela 28 – Média de acerto do conhecimento financeiro por curso e período	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo da ferramenta de coleta de dados.....	26
Quadro 2 – Mercadorias utilizadas como moeda.....	33
Quadro 3 - Relatório dos 55 países de acordo com a OCDE.....	49
Quadro 4 - Resultado do programa de educação financeira – Projeto Piloto.....	55
Quadro 5 - Taxa de juros (média) para pessoa física praticada em outubro de 2014.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS

AEF - Associação de Educação Financeira do Brasil

ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

BCB - Banco Central do Brasil

CAEd - Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação

CDB - Certificados de depósito bancário

CDC - Crédito direto ao consumidor

CNC - Confederação Nacional do Comércio e Bens, Serviços e Turismo

CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas

CONEF - Grupo de Apoio Pedagógico do Comitê Nacional de Educação Financeira

CONSED - Conselho Nacional de Secretários da Educação

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

DVD – Disco digital Versátil

ENEF- Estratégica Nacional de Educação Financeira

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INDEF- Indicador de Educação Financeira

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LTN - Letras do Tesouro Nacional

MEC - Ministério da Educação

NT - Notas do Tesouro

OCDE - Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico

PEIC - Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PIB - Produto Interno Bruto

PISA – Programa Internacional de Avaliação do Estudante

RDB - Recibo de Depósito Bancário

SAC - Sistema de amortização constante

SACRE - Sistema de amortização crescente

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

UFJF- Universidade Federal de Juiz de Fora

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. CONTEXTO HISTÓRICO DO DINHEIRO E DA MOEDA	28
1.1 APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO	28
1.2 ORIGEM DO DINHEIRO	28
1.3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA MOEDA NO MUNDO	31
1.4 AS FUNÇÕES DA MOEDA	34
1.5 O SURGIMENTO DE NOVAS MODALIDADES DE MOEDA	35
1.6 A MOEDA E OS AGENTES ECONÔMICOS	39
1.7 TRAJETÓRIA EVOLUTIVA DA MOEDA NO BRASIL	40
2 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	44
2.1 APRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO	44
2.2 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	44
2.2.1 O papel da OCDE na disseminação da Educação Financeira no mundo	47
2.3 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL	49
2.3.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a promoção da Educação Financeira no Brasil	52
2.4 CONCEITO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA	55
2.5 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN)	60
2.5.1 Juros praticados no mercado financeiro	62
2.6 PLANEJAMENTO FINANCEIRO E O ORÇAMENTO PESSOAL	65
2.7 NECESSIDADE X CONSUMO E O ENDIVIDAMENTO PESSOAL	66
2.8 O PAPEL DA MATEMÁTICA FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	71
2.9 POUPANÇA E INVESTIMENTO	75
2.10 CICLO DA VIDA FINANCEIRA	77
3 ESTUDO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS ALUNOS DOS CURSOS DE	

DIREITO E ADMINISTRAÇÃO DA UEMG - FRUTAL	80
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	116
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	119

INTRODUÇÃO

As finanças estão presentes na vida das pessoas rotineiramente, seja nos ambientes escolar, doméstico ou do trabalho. O dinheiro é necessário e, mesmo que não o consideremos essencial em nossas vidas, não há como deixá-lo de lado.

O Brasil foi palco de pelo menos duas décadas de inflação¹ e, devido à instabilidade econômica, os preços aumentavam diariamente. Nesse contexto, as pessoas não tinham condições de planejarem gastos e fazerem planos para poupar. O planejamento financeiro pessoal, segundo D'Aquino (2008), por mais sério e bem intencionado que fosse, tinha resultados fragilizados e desanimadores.

Com a implantação do Plano Real, a partir de 1994, a inflação foi reduzida e aumentou o poder aquisitivo do dinheiro. As pessoas passaram a ter mais noção de valor, referências de preço e a cuidar mais do seu dinheiro. Nesse sentido, Cherobim (2011), afirma que a percepção de valor foi fortalecida tanto no que se refere a guardar quanto a gastar.

D'Aquino (2008) frisa que em um cenário econômico sufocado pela inflação não havia uma educação financeira sólida para a formação dos cidadãos. Com a estabilidade da moeda, surge a possibilidade de planejar, desde o projeto mais simples como, por exemplo, as próximas férias até a aposentadoria.

Nos últimos anos, principalmente a partir de 2008, o Banco Central do Brasil, órgão regulador, cuja missão é assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda, visando o desenvolvimento econômico tem adotado medidas² para reduzir a inflação e alcançar maior estabilidade econômica.

Esse ambiente econômico estável possibilitou o aumento da oferta de produtos e serviços financeiros, entre eles o crédito, ampliando o poder de consumo de grande parte da população, inclusive daqueles anteriormente excluídos do sistema financeiro. Contudo, para usufruir dos benefícios econômicos que podem ser proporcionados por esses produtos e serviços, é importante que os usuários e clientes do sistema financeiro saibam como utilizá-los adequadamente (BANCO CENTRAL DO BRASIL, p. 8, 2013).

¹ Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005) explica que a inflação é definida como um aumento generalizado e contínuo dos preços, sendo que o aumento do preço de algum bem ou serviço em particular não constitui inflação. Somente ocorre inflação quando há um aumento generalizado de preços.

² Lançamento do pacote anticrise adotado pelo governo brasileiro devido a crise financeira internacional em 2008.

O uso de cartão de crédito, empréstimo consignado, cheque especial, financiamento de imóveis, veículos e eletrodomésticos, redução da taxa de juros e prolongamento das parcelas são exemplos de produtos e serviços disponíveis, de forma fácil, para a população, com o intuito de expandir o crédito e o consumo.

A facilidade para obtenção de crédito e o incentivo ao consumo têm levado as pessoas ao descontrole financeiro e ao endividamento, ocasionando a inadimplência, um sinal de que os gastos estão maiores que os ganhos auferidos. Essa desproporção leva ao não cumprimento das obrigações na data do vencimento das contas.

Segundo o Indicador de Inadimplência do Consumidor divulgado pela Serasa Experian (2015), a inadimplência da pessoa física encerrou o ano de 2014, com um crescimento de 6,3% em comparação com o ano anterior.

A Pesquisa³ Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) feita pela Confederação Nacional do Comércio e Bens, Serviços e Turismo (2014), aponta que uma relevante parcela da sociedade vem enfrentando dificuldades em utilizar, de maneira adequada, os produtos de natureza financeira, embora estes sejam necessários à vida econômica e social das pessoas. Constata-se, portanto que a ausência de educação financeira tem prejudicado a administração das finanças pessoais. É perceptível como o endividamento pessoal cresce no Brasil.

Os dados coletados pela Pesquisa demonstram o percentual anual médio de famílias endividadas com o sistema financeiro, em virtude da utilização de produtos e serviços tais como: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa. Em 2010, o percentual da PEIC apontou que 59,10% das famílias estavam endividadas e com 25% das contas em atraso, e 8,8% afirmaram que não tinham condições de pagar as dívidas. O percentual das famílias endividadas, em 2014, saltou para 61,90%. O índice de contas em atraso caiu para 19,40%, e o percentual de famílias sem condições de pagar as contas em atraso caiu para 6,30%.

O que pode levar o indivíduo ao endividamento não se justifica apenas pela má gestão de sua vida financeira ou pela escassez de dinheiro, uma vez que o aspecto afetivo também influencia no momento de gastos e consumo desacelerado.

Tolotti (2007) esclarece que, quando as escolhas financeiras são regidas pelas motivações afetivas, as decisões financeiras são tomadas de forma errônea, impulsiva,

³ A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) é apurada mensalmente pela CNC (Confederação Nacional do Comércio e Bens, Serviços e Turismo) a partir de janeiro de 2010. Os dados são coletados em todas as capitais dos Estados e no Distrito Federal, com cerca de 18.000 consumidores.

sobretudo quando a compra de um produto tem um determinado significado. Da compra de um sapato a de um iate, o *status*, o poder, a autoestima e a imagem que se deseja passar para o outro são alguns dos motivos conscientes ou inconscientes que determinam as escolhas do indivíduo no seu dia-a-dia.

Quando se trata de um ambiente em que o consumo é fruto da emoção, perdurando o desejo e o impulso, o conhecimento financeiro, por si só, poderá não ser suficiente para gerir os gastos. Martins enfatiza que “a necessidade de ostentar e a vaidade excessiva são emoções que conduzem a pessoa a fazer gastos exagerados, na hora errada, de maneira impensada e abusiva, transformando-a numa máquina de destruir dinheiro” (2004, p.52).

O modelo socioeconômico utilizado no Brasil é o capitalista, onde os meios de produção (terras, empresas, veículos, maquinários) e o capital (dinheiro) são propriedades privadas. Este modelo apregoa o acúmulo de capital e, portanto, influencia no comportamento do consumidor.

Atualmente, a prática mercadológica típica da sociedade capitalista moderna ou sociedade de consumo⁴ é, segundo Sandroni (2010), levar o consumidor, mediante a máquina publicitária e todas as técnicas de *marketing*, a sentir necessidade de consumir aquilo que é produzido.

Tobias e Cervený (2012) afirmam que o *marketing* surge para criar demandas, necessidades e desejos no estilo de vida do consumidor, motivando-o a comprar. Atualmente, a propaganda tem sido um forte veículo de comunicação utilizado para efetuar a venda, por tornar, cada vez mais acessível, o produto para todos os públicos consumidores, sejam crianças, jovens, adultos e idosos.

Os comerciais, veiculados nos meios de comunicação, divulgam os produtos e os serviços oferecidos pelas empresas, visando à maximização de riquezas, de lucros e o atendimento das necessidades de vendas. A mídia, por sua vez, através do *marketing*, transforma as mensagens em valores e princípios a serem seguidos e, portanto, muitas pessoas passam a viver de aparência, assumindo uma posição que não podem sustentar e acabam entrando no circuito do endividamento, tal como afirma Tolotti (2007).

Pesquisas mostram que a falta de controle financeiro é um dos fatores de endividamento e que, conseqüentemente, o orçamento familiar e o ato de poupar são formas de lidar com o dinheiro e, provavelmente, não fazem parte da vida dos consumidores

⁴ A sociedade de consumo segundo Tolotti (2007) caracteriza-se pela produção e pelo consumo ilimitado de bens duráveis, sobretudo de artigos supérfluos. O consumismo é criticado por acabar mercantilizando toda a atividade humana, suas necessidades materiais e espirituais.

endividados, ou são feitos de maneira ineficaz e improdutiva. Na concepção de Tobias e Cerveny (2012), o fato de haver endividamento pode estar relacionado, também, ao consumismo.

Tolotti (2007) defende que aumentando o conhecimento na área financeira, a capacidade de crítica frente ao consumo interfere nas decisões e assim maiores serão as possibilidades de rompimento com a cultura do endividamento.

A educação financeira é um processo que contempla três bases formativas: conhecimento financeiro, disciplina e conscientização, as quais norteiam e assessoram na prática cotidiana, que por sua vez, influencia em todo o ciclo da vida, dando suporte no comportamento e atitude de cada pessoa, fazendo com que ela reflita, critique e escolha a melhor opção, seja no consumo, no investimento ou em uma situação de endividamento.

Campos define educação financeira “como uma prática social, de modo que possa estar enraizada em um espírito de crítica e em um projeto de possibilidades que proporcionem aos indivíduos-consumidores participarem, ativamente, no entendimento e na transformação dos contextos que estão inseridos”. (2013, p.13).

Para os autores Savoia, Saito e Santana (2007), a educação financeira é um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentais e seguras, melhorando, assim, o gerenciamento de suas finanças pessoais.

As finanças estão presentes na vida das pessoas e o ato de educá-las em relação à sua vida financeira consiste em instruí-las, demonstrando, por exemplo, através de fatos cotidianos como a teoria pode ser aplicada na prática. O reconhecimento e a decisão caberão a cada indivíduo mediante o conhecimento adquirido.

Uma pesquisa elaborada pela Serasa Consumidor e Ibope Inteligência apontou que os brasileiros com idade entre 16 e 24 anos são os que possuem menos controle sobre a vida financeira. Segundo o levantamento, 40% dos jovens desta faixa etária admitem não controlar a vida financeira. Entre aqueles, com idade de 25 a 34 anos, o percentual de pessoas que mantêm controle da vida financeira sobe para 62%. Já na faixa etária entre 35 a 44 anos, 66% afirmam manter o controle de suas finanças. No caso de pessoas com idade entre 45 e 54 anos, o percentual atinge 67%, enquanto que 75% dos que têm 55 anos ou mais dizem ter controle dos gastos⁵.

⁵ Pesquisa foi feita com 2.002 consumidores acima de 16 anos, em 140 cidades de todos os Estados do País e no Distrito Federal, no primeiro semestre de 2014.

Martins (2004) defende que as noções de comércio, de economia, de impostos e de finanças precisam ser abordadas na escola para que as pessoas, quando adultas, não continuem ignorando esses assuntos, sem instrução financeira e sem habilidade para manejar dinheiro. Além da ignorância, as consequências podem se tornar mais graves se levarmos em conta que ninguém, qualquer que seja a sua profissão, está livre dos problemas ligados ao mundo do dinheiro e dos impostos.

Quando Kiyosaki e Lechter (2000) abordam a questão do ensino a respeito das finanças pessoais, afirmam que o uso do dinheiro não é ensinado nas escolas, pois estas se concentram nas habilidades acadêmicas e profissionais, mas não nas habilidades financeiras. Isso explica porque médicos, gerentes de banco e contadores, cujas notas, quando estudantes, eram ótimas, terão problemas financeiros ao longo de suas vidas. Esta constatação não pode ser generalizada, mas revela-se como verdadeira em muitos casos.

Os educadores financeiros, pesquisadores, governantes, organizações internacionais, nos últimos anos, têm demonstrado preocupação com a educação financeira e estão desenvolvendo diversas atividades no sentido de propagar o tema, de conscientizar e orientar a população.

A Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Central do Brasil (BCB) são exemplos de órgãos que vêm desenvolvendo iniciativas e criando políticas para levar a educação financeira às escolas e à comunidade, visando preparar os cidadãos para gerir as próprias finanças.

Serasa Experian e o IBOPE Inteligência apresentam anualmente, desde 2013, o IndEF (Indicador de Educação Financeira). O indicador tem por objetivo aprofundar os conhecimentos sobre o nível de educação financeira do cidadão brasileiro, entendendo suas necessidades e hábitos financeiros, e, desta forma, apoiar as estratégias oriundas do poder público, de entidades privadas e da sociedade civil organizadas na implementação de programas que visem melhorar a relação das pessoas com o dinheiro e com os instrumentos financeiros, os quais estão cada vez mais disponíveis para o desenvolvimento da sociedade.

Para avaliar a relação dos consumidores com a educação financeira, o indicador IndEF leva em conta três subíndices: conhecimento sobre o assunto, atitude (valores) e comportamento (a prática). O IndEF, que trabalha em uma escala de 0 a 10, em 2014, deu média 6 aos brasileiros, a mesma nota do ano anterior. Quanto maior o índice, maior o nível de educação financeira. Em 2014, os jovens, com idade de 16 a 17 anos, apresentaram o pior desempenho, uma vez que houve uma queda em relação à nota do ano anterior, ou seja de 5,9

para 5,5. O índice de educação financeira de brasileiros, com faixa etária entre 18 a 24 anos, também caiu, quando comparado com o índice da pesquisa efetuada no ano anterior de 5,9 para 5,8, de acordo com a Serasa Experian (2014).

Por ser formada em Ciências Contábeis e atuar como docente em cursos de graduação foi possível notar, no decorrer dos anos, a ausência de conhecimentos a respeito das finanças pessoais, por parte dos alunos. Nas disciplinas que tratam das finanças empresariais, da gestão orçamentária e da administração financeira, ao abordar, superficialmente, temas relacionados à educação financeira a deficiência bem como o interesse de boa parte dos alunos universitários em relação à educação financeira, no que tange ao planejamento financeiro, ao controle de gastos, a planilha de orçamento, aos investimentos, veio à tona.

O ingresso no Mestrado em Educação e as disciplinas cursadas promoveram o despertar para necessidade de aprofundamento sobre tema, a fim de contribuir, por meio de conhecimentos (conceitos e técnicas) voltados para uso do dinheiro, com o público universitário, na dimensão teoria-prática bem como propor a inserção do tema Educação Financeira no ensino superior.

O tema Educação Financeira já se tornou política pública através da Estratégica Nacional de Educação Financeira (ENEF). Após um projeto piloto desenvolvido em 2010 e 2011, foi elaborado o projeto pedagógico em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), para ser inserido na grade curricular das escolas públicas brasileiras, de Ensino Médio, a partir de 2015.

Constata-se, portanto, que a implantação do tema na rede pública de educação já é realidade no país, mas não está contemplada a inserção no ensino superior.

Este trabalho se justificativa pelo fato de que os jovens, ingressantes no ensino superior, não terem acesso prévio aos conhecimentos financeiros, fato que demonstra a importância do conteúdo ser abordado, o qual tem por finalidade alicerçá-los no que tange aos seguintes temas: planejamento financeiro, orçamento, poupança⁶, consumo sustentável, investimento e independência financeira. O trabalho com estes jovens pode promover o despertar financeiro, porque a eles serão oferecidos conteúdos teóricos que lhes permitirão tomar suas próprias decisões de forma crítica, visando atender suas necessidades sem extrapolar nos gastos.

⁶ A palavra poupança refere-se à parcela da renda familiar que não é consumida imediatamente e é separada para emergências, não se confundindo com o produto financeiro "conta poupança".

Após estas constatações, o objetivo geral deste trabalho é analisar e descrever como os alunos ingressantes e concluintes dos cursos de Administração e Direito da UEMG - Frutal gerem suas finanças pessoais, o nível de conhecimento financeiro que têm, bem como identificar e descrever a importância do conhecimento de conteúdos de Educação Financeira no ensino superior e propor alternativas para inserção do tema na universidade.

Para analisar o nível de conhecimento financeiro e de gestão das finanças pessoais dos alunos, o trabalho utilizou uma pesquisa de campo, cujos dados foram coletados por meio de um questionário aplicado aos universitários da UEMG - Frutal, ingressantes e concluintes, dos cursos de Administração e Direito.

Almejando um melhor desenvolvimento do trabalho, a pesquisa foi dividida em duas etapas. Na primeira foi efetuada a revisão literária abrangendo livros, dissertações, teses, artigos e sites especializados sobre educação financeira, a fim de colher as informações teóricas essenciais ao desenvolvimento do tema, bem como para apresentar sugestões de como a educação financeira poderá contribuir na formação dos alunos universitários, independentemente do curso.

Na segunda etapa, foi feita uma pesquisa de campo através de um levantamento de dados efetuado por intermédio da aplicação de um questionário, aos universitários da UEMG - Frutal, ingressantes e concluintes dos cursos de Administração e Direito. A pesquisa foi aplicada de forma voluntária e sem identificação do pesquisado. O questionário foi elaborado com questões semiestruturadas, versando sobre três aspectos: informações socioeconômicas, atitude e comportamento em relação às finanças pessoais e o conhecimento sobre educação financeira, perfazendo um total de 35 questões semiestruturadas com apresentação de um estudo quali-quantitativo.

Para a aplicação deste questionário junto aos universitários da UEMG - Frutal dos cursos de Administração e Direito (ingressantes e concluintes) do matutino e do noturno, cuja população é finita, foi utilizada a fórmula para determinação do tamanho da amostra com base na estimativa da proporção populacional por meio do Método de Cochran, definida por Stervenson (1981) e Levine, Berenson e Stephan (2000):

$$n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2}$$

Onde:

n = Número de indivíduos da amostra.

N = Número de indivíduos da população.

$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

\hat{p} = Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria em apreço neste trabalho.

\hat{q} = Proporção populacional de indivíduos que não pertence à categoria objeto deste estudo ($q = 1 - p$).

E = Margem de erro máximo de estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional (p).

Anderson, Swweeney e Williams (2003) sugerem utilizar $p=0,50$ quando nenhuma informação está disponível, levando em consideração que assim, $p.(1 - p)$ resultará em um tamanho maior da amostra.

Definiu-se adequado para este estudo, um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, considerando um nível de confiança mínimo aceitável e uma margem de erro máxima tolerável, permitindo assim, encontrar um tamanho de amostra condizente com o tempo para a concretização da aplicação do questionário. Para um nível de confiança de 95%, usamos $Z_{\alpha/2} = 1,96$ (tabela de valores de t para probabilidades escolhidas).

De acordo com informações da Secretaria Acadêmica, a UEMG - Frutal contava com 328 alunos matriculados, no 2º Semestre de 2014, nos cursos objeto da pesquisa conforme Tabela 1.

Deste modo, utilizando $N=328$, $\hat{p} = \hat{q} = 0,50$ e $Z_{\alpha/2} = 1,96$ temos:

$$n = \frac{328 \cdot 0,50 \cdot 0,50 \cdot (1,96)^2}{0,50 \cdot 0,50 \cdot (1,96)^2 + (328 - 1) \cdot 0,05^2} = 177$$

Logo, a amostra desta pesquisa foi composta por 177 alunos matriculados no 2º semestre do ano letivo de 2014, na UEMG – Frutal.

Tabela 1 - Número de alunos matriculados em 2014

Curso	Número de Alunos Matriculados
2º. Período Administração Matutino	30
2º. Período Administração Noturno	54
2º. Período Direito Matutino	45
2º. Período Direito Noturno	47
8º. Período Administração Matutino	17
8º. Período Administração Noturno	50
10º. Período Direito Matutino	38
10º. Período Direito Noturno	47
TOTAL de alunos	328

Fonte: Secretaria Acadêmica da UEMG – Campus Frutal (2014)

Como a pesquisa foi direcionada aos alunos dos cursos de Administração e Direito sendo apenas os ingressantes e concluintes da UEMG – Frutal fez-se necessário lançar mão de uma amostra estratificada, objetivando garantir maior representatividade da mesma, considerando a proporcionalidade dos alunos em relação a cada curso, período e turno. Para tanto, utilizou a frequência relativa, conforme dados da tabela 1 e o tamanho da amostra obtido, para definir quantos alunos, de cada um dos cursos em apreço, responderiam o questionário.

Tabela 2 - Amostra Estratificada

Curso	Frequência Relativa	Amostra
2º. Período Administração Matutino	0,1159	16
2º. Período Administração Noturno	0,1433	29
2º. Período Direito Matutino	0,0518	24
2º. Período Direito Noturno	0,1524	25
8º. Período Administração Matutino	0,1433	9
8º. Período Administração Noturno	0,1372	28
10º. Período Direito Matutino	0,1646	21
10º. Período Direito Noturno	0,0915	25
Total de alunos	1,0000	177

Fonte: Dados coletados pela autora

Para garantir a mesma chance de ser selecionado ao acaso, foi utilizada a tabela de valores aleatórios e a posição dos alunos em cada classe, observando o número de alunos obtidos, por curso, conforme a tabela 2.

A escolha dos cursos de Direito e de Administração, como objeto de estudo, se deu em virtude de ambos serem da mesma área de conhecimento, ou seja, Ciências Sociais Aplicadas e as disciplinas relativas às finanças como, por exemplo, Matemática Financeira, Administração Financeira, Mercado Financeiro e correlatas não compõem a matriz curricular do curso de Direito, por não fazerem parte da formação profissional. Ressalta-se, também, o fato de conteúdos voltados à Educação Financeira não serem aplicados em ambos os cursos.

A escolha das turmas de ingressantes e concluintes dos dois cursos visou comparar os resultados e apontar se há diferenciação entre o conhecimento financeiro dos alunos que iniciam a graduação e daqueles que estão na etapa final de em cada um dos cursos objeto de pesquisa, bem como saber se as disciplinas de finanças podem pesar nesta comparabilidade (Direito x Administração).

A pesquisa quantitativa desenvolvida neste trabalho visou quantificar os dados coletados, por meio dos questionários, através de uma análise estatística.

As variáveis quantificadas são:

Tema	Variáveis	Referências
Informações socioeconômicas	Gênero Idade Estado civil Curso e período Ocupação Renda mensal própria Renda mensal da família Nível de escolaridade dos pais	Elaborada pela autora
Comportamento em relação às finanças pessoais	Consumo Endividamento devido ao consumo exagerado Cartão de crédito Compra parcelada	Adaptado de Potrich, Vieira e Ceretta (2013); Serasa Experian (2014).
	Controle de gastos	
	Ferramenta de controle	

Questões relacionadas à postura em relação às finanças pessoais	Situação financeira	Elaborada pela autora
	Investimento	
	Endividamento	
	Perfil das dívidas	
	Motivação para dívidas	
	Reserva financeira	
	Fonte de acesso da Educação Financeira	
	Consulta para decisão sobre finanças	
	Opinião sobre a relevância da Educação Financeira	
Atitudes em relação às finanças pessoais	Administração do dinheiro	Adaptado de Potrich, Vieira e Ceretta (2013); Serasa Experian (2014)
	Ostentação	
	Compra de supérfluos	
	Poupança e empréstimo	
Conhecimento Financeiro	Mercado financeiro	Adaptado de Potrich, Vieira e Ceretta (2013); Serasa Experian (2014), Amadeu (2009).
	Matemática financeira	
	Investimento	

Quadro 1 - Resumo da ferramenta de coleta de dados

Fonte: Elaborada pela autora

Para consolidação dos procedimentos, a pesquisa tem caráter qualitativo para interpretar o resultado encontrado na pesquisa quantitativa, visando a compreensão da influência das variáveis contidas no questionário.

Os dados coletados serão tabulados e expostos em forma de tabelas e os resultados, nelas expressos, analisados a luz dos pressupostos teóricos oriundos da pesquisa bibliográfica.

O problema desta pesquisa tem em vista o cenário econômico brasileiro que, nos últimos anos, tem se caracterizado por um elevado consumo de bens variados por parte da população. O governo tem usado de diversos mecanismos para fomentar a economia e consumo e, por meio deles, oferece subsídios para o aumento dos gastos das famílias, tais como: facilitação de crédito, isenção de tributos de alguns produtos como carros e eletrodomésticos, eletrônicos e motos.

O endividamento familiar e os juros altos que são praticados no Brasil têm gerado um desequilíbrio financeiro na vida das pessoas, ocasionando o aumento da inadimplência. Boa parte da população não está preparada para administrar suas finanças e necessita de

apoio e orientação no que tange à administração de ganhos e gastos, o que não é oferecido no ensino básico brasileiro.

Por estas razões, o trabalho pretende responder a duas hipóteses que foram levantadas inicialmente sendo:

A primeira hipótese é que as disciplinas relativas às finanças, ministradas no curso de Administração poderiam proporcionar aos alunos um melhor desempenho no que tange aos conhecimentos financeiros, em comparação aos alunos do curso de Direito que não são contemplados com tais disciplinas no currículo de formação.

A segunda hipótese é que encontraríamos nos cursos de Direito e Administração da UEMG - Frutal um número considerável de estudantes universitários endividados, que gastam mais do que ganham. Sem conhecimento financeiro suficiente para equilibrar a situação financeira, eles valendo-se de recursos disponíveis no mercado financeiro, cujos juros são altos juros; não tendo planejamento financeiro; propensos ao consumo e que boa parte não possui uma reserva financeira.

Visando uma melhor compreensão do trabalho, o estudo foi delineado em três capítulos, sendo que o primeiro versará sobre o surgimento do dinheiro, focando a evolução histórica e as funções da moeda no mundo, bem como descreverá o surgimento de novas modalidades de moeda, além de mostrar o papel da moeda junto aos agentes econômicos e a trajetória dela no Brasil.

Objetivando apresentar a trajetória da Educação Financeira no mundo, o segundo capítulo retratará o surgimento e conceito de Educação Financeira no Brasil, abordando também, aspectos como: o Sistema Financeiro Nacional e juros; planejamento financeiro e orçamento doméstico; consumo, *marketing*, necessidade, desejo, endividamento, poupança e investimento, além de descrever o funcionamento do ciclo da vida financeira.

O terceiro capítulo apresentará os dados colhidos na pesquisa de campo junto aos alunos dos cursos de Direito e Administração da UEMG - Frutal, e os resultados obtidos serão apresentados em forma de tabelas. E, nas considerações finais serão apresentados resultados e conclusões finais do trabalho proposto.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DO DINHEIRO E DA MOEDA

1.1 Apresentação do capítulo

Neste capítulo será apresentado um panorama do surgimento do dinheiro, a definição de dinheiro e de moeda, bem como uma explicação sobre o aparecimento das modalidades e funções da moeda, além de uma descrição do papel da moeda junto à sociedade.

1.2 Origem do dinheiro

Real, dólar, libra esterlina, euro, renminbi chinesa, rúpia indiana. Dinheiro, dinheiro e mais dinheiro! Ouro? Prata? Não⁷. São papéis, sujos, rasgados, rabiscados, às vezes novos e rangentes ou pequenos discos de metais. Porém, com o passar do tempo surgiram novas formas de dinheiro como cheques, cartão de crédito e de débito (dinheiro de plástico) e o dinheiro eletrônico ou moeda digital (usado para pagamento de transações no comércio eletrônico).

A palavra dinheiro vem do latim *denarius*, nome dado a uma antiga moeda romana. Essa palavra foi usada para denominar uma moeda de prata e cobre que circulava em Castilha, na Espanha e depois foi utilizada para designar todas as moedas e todo o tipo de dinheiro, tal como mostra informação disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (2002).

Já a palavra moeda, conforme Tobias e Cervený (2012) é originária do latim, do templo da deusa “*Juno Moneta*”, local em que eram confeccionadas as moedas romanas.

Sandroni (2010), lembra que em inglês, o termo *money* conservou o sentido específico de moeda até o final do século XX quando então foi generalizado o seu significado como dinheiro.

Mas qual é a diferença entre moeda e dinheiro? Moeda é o meio para concretização das transações monetárias. Com ela, é possível saldar dívidas, e o portador deste ativo pode adquirir bens e serviços, uma vez que ele é de aceitação geral pela sociedade.

Já dinheiro é a forma de constituição do ativo, ou seja, pode ser formado por notas (geralmente em forma de papel), por moedas (peça de metal), por cartões (plástico) e digital permitidos para circulação.

⁷ Adaptado do livro A origem do dinheiro de Jozsef Robert (1989).

Com a apresentação do dinheiro, em forma de moeda, pode-se adquirir um bem ou serviço de acordo com as necessidades humanas. A moeda, nesse sentido, é um objeto aceito pela sociedade e tem o poder de quitação.

Robert (1989) destaca que no início da sociedade humana, no decorrer de dezenas de milhares de anos, a noção de dinheiro era absolutamente desconhecida, pois os homens da sociedade primitiva viviam e se desenvolviam sem ter ciência tanto do termo quanto de seu significado.

Os grupos humanos primitivos, conforme Lopes e Rossetti (1993), não se utilizavam de quaisquer formas de moeda, porque além de serem nômades, sobreviviam sob padrões bastante simples de atividade econômica. As atividades eram realizadas com trocas diretas em espécie, denominadas escambo, também conhecida como economia de trocas.

Wonnacott e Wonnacott (2004) afirmam que o sistema de escambo é falho. Um fazendeiro, por exemplo, passaria a metade de seu tempo cuidando do gado para produção da carne e a outra metade procurando alguém disposto a fazer uma troca apropriada, ou seja, que atendesse a necessidade dele e do possível comprador. Constata-se que a eficácia do sistema de escambo depende de uma coincidência de desejos: o fazendeiro não só tem de encontrar alguém que deseje carne bovina, como o comprador potencial também precisa oferecer algo que o fazendeiro queira em troca do produto, por ele oferecido. Adicionalmente, em um sistema de escambo há um problema de indivisibilidade. Talvez o fazendeiro queira um terno e o alfaiate, a carne. Mas, se o terno valer 50 quilos de carne, o alfaiate pode não querer essa quantidade de carne, pois pretender consumir bem menos que o valor do terno.

Lopes e Rossetti (1993), explicam que as bases sobre as quais as atividades eram desenvolvidas na economia de escambo se resumiam em:

- As necessidades manifestadas pelo grupo eram limitadas, abrangendo apenas itens vitais, tais como alimentação e à proteção em relação ao meio ambiente. Uma característica era o nomadismo, onde os grupos não permaneciam em uma única região devido às dificuldades de sobreviver.
- Na alimentação, o grupo se valia de produtos obtidos por meio da caça, da pesca e da coleta de frutos selvagens; para se protegerem das intempéries climáticas utilizavam cavernas, peles de animais selvagens e outros elementos que encontravam na natureza.
- Devido a pouca diversidade de produtos, os grupos se encontravam e dispunham de excedentes de determinados produtos. A troca era realizava diretamente em espécie, sendo uma operação típica de escambo, sem interferência de instrumentos monetários.

Devido à inexistência da moeda, as trocas entre os povos eram dificultadas e, muitas vezes, a questão das quantidades em consonância entre necessidade e desejo não era possível.

Lopes e Rossetti (1993) descrevem que as formas rudimentares de relacionamento econômico foram alteradas a partir do momento em que se verificou aquilo que os historiadores denominam de primeira revolução agrícola, período em que certos grupos humanos passaram a fixar moradia, praticando a agricultura organizada e a domesticação de animais. Em decorrência da mudança, onde a forma sedentária de vida passa a fazer parte destes grupos, a vida social passou a torna-se mais complexa.

Notadamente, com esta transformação, os grupos passaram a se especializar em determinado trabalho, mesmo de forma rudimentar.

Naquele ambiente social aparecem funções específicas que Lopes e Rossetti (1993) enumeram da seguinte forma:

- Guerreiros: defendem os grupos de outros grupos.
- Agricultores: que exerciam tarefas de preparar, semear e cuidar da terra até a colheita dos frutos de seu trabalho.
- Pastores: promovem a criação e domesticação dos animais úteis e levam seus rebanhos para as pastagens, preparados para defender do ataque de outros animais.
- Artesãos: fabricam úteis vasos de barro, que tanto servem para o transporte de água, de grãos e de outros gêneros vitais, assim como objetos de adorno e utensílios de uso doméstico.
- Sacerdotes: satisfazem a outra espécie de necessidade fundamental manifestada pelo homem, ou seja, conduzem o grupo ao campo da espiritualidade.

O processo de divisão de trabalho provocou mudanças na vida social, e os pontos mais relevantes, elencados por Lopes e Rossetti (1993) foram:

- A atividade econômica passa a ser mais abrangente.
- Aumento visível do número de bens e serviços exigidos para a satisfação das necessidades humanas.
- Devido a maior diversificação de bens e serviços, surge a dupla coincidência de desejos.
- A troca, que era considerada acessória para os grupos primitivos, passa a ser fundamental para o desenvolvimento e para a própria sobrevivência do grupo social.

Surgem, então, produtos que passam a ser intermediadores de trocas, mesmo que de forma primitiva.

Para permitir o desenvolvimento das trocas, agora fundamentais para o progresso social, o escambo foi dando lugar, gradativamente, a processos diretos de pagamento. A generalizada aceitação de determinados produtos, recebidos em pagamento das transações econômicas que dia a dia se tornam mais intensas, configurando a origem da moeda. Eleitos como intermediários de trocas, esses produtos, mesmo que não sejam no momento, úteis ou desejados pelos que os recebem, são aceitos sem grandes restrições, porque todos sabem que todos os aceitam (LOPES E ROSSETTI, 1993, p.17).

Para Sandroni (2010), o fim do escambo foi representado quando a houve a transformação de um produto, como o gado, o sal, o metal (ouro ou prata), em equivalente geral, isto é, o bem, no qual todos os demais expressavam o seu valor e a fixação de unidades monetárias.

1.3 Evolução histórica da moeda no mundo

A origem da moeda surge para desenvolver o sistema de trocas, dando um importante passo para o desenvolvimento da economia, embora de forma rústica.

Para Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005), o surgimento da moeda decorre do progresso econômico, uma vez que, com a especialização dos indivíduos em produções isoladas eles não eram capazes, por si só, de atender ao conjunto de suas necessidades e, portanto recorriam aos demais agentes para obtenção de troca, visando atender suas vontades.

Wonnacott e Wonnacott (2004) apontam que com o uso da moeda, um sistema de trocas passa a ser mais eficiente, porque não é mais necessário que haja uma coincidência de desejos. Para o fazendeiro comprar um terno não precisa encontrar um alfaiate faminto, apenas achar um interessado em comprar carne em troca de moeda. Assim, o fazendeiro pode comprar o terno desejado.

Conforme explicitado por Lopes e Rosseti (1993), as primeiras moedas foram mercadorias. Estas deveriam ser suficientemente raras (para que tivessem valor) e deveriam atender a uma necessidade comum e geral. Desta forma, os primeiros tipos de moeda tinham, essencialmente, valor de uso, e, sendo este comum e geral, passa a ter, concomitantemente, valor de troca.

Certas mercadorias passaram a ser aceitas por todos, conforme relatado por Vasconcellos e Garcia (2005), devido as suas características peculiares ou pelo próprio fato de

serem escassas. Por exemplo, o sal que, por ser escasso, era eleito, na Roma Antiga, como moeda. Em diversas épocas e locais diferentes, outros bens assumiram idêntica função. Assim, a moeda mercadoria constitui a forma mais primitiva de moeda na economia.

O quadro abaixo apresenta algumas das principais mercadorias utilizadas como moeda, em diferentes épocas e regiões:

Época e região	Mercadorias
Antiguidade:	
Egito	cobre, anéis de cobre
Babilônia	cobre, prata, cevada
Pérsia	gado, sobretudo bovinos e ovinos
Bretanha	barras de ferro, espadas de ferro, escravos
Idade Média:	
Ilhas Britânicas	moedas de couro, gado, ouro, prata
Alemanha	gado, ouro, prata
China	arroz, chá, sal
Japão	anéis de cobre, pérolas, arroz
Idade Moderna:	
Estados Unidos	fumo, cereais, madeira
Austrália	rum, trigo, carne

Quadro 2 – Mercadorias utilizadas como moeda

Fonte: Adaptado de Lopes e Rossetti (1993).

As moedas-mercadorias chegaram até a Idade Moderna e foram progressivamente perdendo espaço nas negociações, surgindo então os metais.

Com a inserção da moeda, como intermediária de troca, as necessidades dos indivíduos passam a ser livres, devido à dispensa da dupla coincidência de desejos e interesses. O dono de um comércio pode vender determinada mercadoria, guardar a moeda e utilizar este dinheiro num outro dia, quando, realmente, surgir a necessidade de usá-lo.

Cabe assinalar que segundo Lopes e Rossetti (1993), a utilização de metais como moeda viabilizou o processo de cunhagem, e os governantes certificavam o peso e garantiam a circulação, além de usarem a moeda cunhada como veículo de propaganda, pela cunhagem, da própria efigie. O processo de cunhagem da moeda possibilitou a cobrança de tributos.

Os primeiros registros do uso de moedas datam do século VII a.C. quando já eram cunhadas na Lídia (atual Turquia), reino da Ásia Menor, e também no Peloponeso, no Sul da Grécia e coincide com a descoberta do uso de metais e domínio das técnicas de mineração e fundição. Assim, as moedas de cobre, devido ao metal mole, cedem lugar para moedas de bronze e ferro, segundo afirma Sandroni (2010). Devido ao fato desses metais existirem em grande quantidade na natureza, acabaram não preenchendo os requisitos necessários para ser usados como moeda.

Lopes e Rossetti (1993) relatam que as funções básicas da moeda, tais como reserva de valor e instrumento de troca, ficaram comprometidas e estes metais não nobres foram substituídos por ouro, prata e outros metais preciosos.

Os metais preciosos assumiram a função de moeda por diversas razões: limitação à natureza, durabilidade e resistência, divisíveis em peso etc., como afirmam Vasconcellos e Garcia (2005).

Lopes e Rossetti (1993) enfatizam que a substituição dos metais não nobres pelo ouro e pela prata foi motivada por alguns fatores adicionais tais como:

- Os metais preciosos sempre foram muito procurados e desejados como meios de expressão de poder e riqueza.
- O ouro e a prata, devido à escassez, se mantinham relativamente estável ao longo do tempo.
- Com o crescimento dos negócios, a produção de metais passou a ser escassa. Mas vários descobrimentos, dentre eles, a América no século XVI, alavancaram o estoque de ouro e prata, e a produção e os negócios não pararam de crescer.

A moeda passa a ser um instrumento básico no funcionamento da economia, atuando nas negociações. Para Vasconcellos e Garcia, o conceito de moeda pode ser definido como “um instrumento ou objeto aceito pela coletividade para intermediar as transações econômicas, para pagamento de bens e serviços”. (2005, p. 139)

Já Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior definem moeda como:

Qualquer coisa poderia ser moeda, desde que aceita como forma de pagamento, o que é utilizado como moeda varia ao longo do tempo e entre as diferentes comunidades, e requer-se apenas que o ativo que desempenhe esse papel cumpra as funções atribuídas à moeda. (2005, p.221)

1.4 As funções da moeda

A função primordial da moeda é a de servir como intermediária de trocas, permitindo assim a superação da economia do escambo dando passagem para a economia monetária.

Com a separação da compra e da venda, aumentou a liberdade de escolha dos agentes econômicos (governo, empresas e pessoas), fazendo com que a população descobrisse quais os bens que precisava e em que quantidades, assegurando a cada membro da sociedade a faculdade de escolher o que adquirirá, bem como quanto tomará a decisão de comprar (LOPES E ROSSETTI, 1993).

Outra função da moeda é a de denominador comum monetário. Para Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005), a moeda fornece o referencial para que os valores das demais mercadorias sejam cotados. A utilização da moeda, como denominador comum para todas as mercadorias, permite a medida da atividade econômica, reduz o número de informações necessárias para a tomada de decisões e aumenta a eficiência econômica.

Vasconcellos e Garcia (2005) explicitam que a terceira função da moeda é a de reserva de valor, uma vez que, a posse dela representa liquidez imediata para quem a possui.

Duas principais razões que levam à preferência pela utilização da moeda como reserva de valor, descritas por Lopes e Rossetti (1993) são:

- A moeda é prontamente aceita quando é convertida em outros ativos financeiros ou reais.
- O imprevisível valor futuro de outros ativos, não tendo garantia de que quando estes ativos forem utilizados permaneçam com o mesmo valor. Há bens de uso durável que, após a compra em primeira mão, não são mais revertidos ao mesmo valor de aquisição.

Para Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior, “o motivo que leva as pessoas a reterem moeda como reserva de valor é o fato desta possuir liquidez absoluta”. (2005, p. 223). Destacam ainda que, liquidez é a capacidade de um ativo converter-se rapidamente em poder de compra, isto é, transformar em mercadorias.

Lopes e Rossetti (1993) destacam que a moeda tem também, dentre outras, a função de padrão de pagamentos diferidos, a qual resulta de sua capacidade de facilitar a distribuição de pagamentos ao longo do tempo, quer para a concessão de crédito ou de diferentes formas de adiantamento. Um exemplo bastante claro de pagamento diferido são os salários, pois os

trabalhadores participam do processo produtivo da empresa, porém o produto muitas vezes não foi totalmente concluído e, mesmo assim, eles são remunerados pelo trabalho prestado.

A função da moeda é relevante à medida que facilita o crédito e a distribuição de diferenciadas formas de adiantamento, no tempo, viabilizando a forma como se realizam os processos de investimento, de produção e consumo, bem como promove o surgimento de pagamentos diferidos, ao longo das sucessivas etapas de geração dos bens e serviços destinados à satisfação das necessidades humanas segundo afirmam Lopes e Rosseti (1993).

1.5 O surgimento de novas modalidades de moeda

Historicamente, a moeda evoluiu da chamada moeda-mercadoria, passando pela moeda metálica e pela moeda papel até chegar ao papel-moeda.

De acordo com Lopes e Rossetti (1993), com a multiplicação das trocas entre regiões e países diferentes, surgem alguns inconvenientes em relação à moeda metálica como instrumento de pagamento. O transporte dos metais a longas distâncias (em decorrência do peso), a suscetibilidade a riscos (roubos) e a precariedade das estradas e dos meios de transportes reforçaram a necessidade de desenvolver outros instrumentos monetários com mais flexibilidade.

Os comerciantes, após o Renascimento, passaram a recorrer às instituições “casas de custódia”, sob a direção de ourives, que estavam preparadas para guardar, sob garantia, metais monetários e outros valores. Nelas custodiavam ouro e prata e recebiam um certificado de depósito dos metais, que passou a circular no lugar dos metais monetários. Surge então a moeda papel, com lastro de 100% e com garantia de conversão a qualquer momento e sem prévio aviso, sendo trocada pelos metais depositados que deram origem à sua emissão, como afirmam Lopes e Rossetti (1993).

A moeda papel, conforme Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005) corresponde a uma nota de papel que explicita determinado valor de ouro, isto é, possui lastro⁸ em determinada mercadoria.

Sandroni define moeda papel como:

Forma de moeda que, embora seja fiduciária, isto é, um título de crédito emitido pelo governo ou com sua autorização, representa uma equivalência

⁸ Lastro: ativo ou mercadoria que respalda o valor da moeda. Exemplo: lastro-ouro onde as notas de papel representam determinada quantidade de ouro (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2005).

metálica, podendo ser trocada por metais preciosos a qualquer momento. Concretamente, são os bilhetes de banco. (2010, p.570)

Vasconcellos e Garcia (2005) enfatizam que o depositário do metal merecia confiança de todos, e os certificados foram ganhando livre circulação, passaram a ter aceitação geral, porque possuíam lastro e podiam ser convertidos, a qualquer instante, em ouro.

O uso generalizado da moeda papel abriu campo para o desenvolvimento de uma nova modalidade de moeda, não integralmente lastreada, baseado na experiência da custódia.

Sandroni (2010) descreve que o papel moeda data do século IX, quando passou a circular na China e foi introduzido na Europa a partir do século XVII.

A partir do século XVII, surgem os bancos comerciais privados, que começaram a emitir notas ou recibos bancários, os quais passaram a circular como moeda, dando origem ao papel-moeda. Alguns desses bancos, segundo Vasconcellos e Garcia (2005) receberam o privilégio de monopolizar a emissão das notas bancárias. Este monopólio deu origem aos bancos centrais e, posteriormente, o Estado passou a monopolizar a emissão do papel moeda.

Lopes e Rossetti (1993) esclarecem que o papel moeda emitido por particulares levou casas bancárias à falência, pois quando todos resolviam fazer valer o seu direito de transformar esses papéis em metal, simultaneamente, ocorria a quebra geral do sistema, como ocorreu na França. Só depois da ruína do sistema, o Estado passou a controlar o mecanismo das emissões, exercendo, assim, o monopólio.

Segundo Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005), o papel moeda ou moeda fiduciária são notas de papel emitidas pelo governo e não possuem lastro em nenhuma mercadoria, pois não existe uma garantia física sustentando o valor dessa moeda, e sua aceitação se deve à imposição legal do governo.

A monopolização da emissão do papel moeda lastreado em ouro (padrão-ouro)⁹, gerava obstáculos em lugares, cuja reserva natural deste metal era limitada, uma vez que a capacidade de emitir moeda estava vinculada à quantidade de ouro existente na natureza. Mediante tal situação, a partir de 1920, o padrão-ouro foi abandonado e a emissão de moeda passou a ser livre, ou a critério das autoridades monetárias de cada país. Assim, a moeda passou a ser aceita por força de lei, denominando-se moeda de curso forçado ou moeda

⁹ Padrão ouro: Sistema monetário no qual o valor de uma moeda nacional é legalmente definido como uma quantidade fixa de ouro, em termos internacionais, e em nível interno o meio circulante tem forma de moedas de ouro ou notas conversíveis a qualquer momento em ouro, de acordo com as taxas de conversão fixadas legalmente. (SANDRONI, 2010, p.440)

fiduciária, ou seja, de confiança, por esta não ser lastreada em metais preciosos, segundo afirmam Vasconcellos e Garcia (2005).

Sandroni (2010) lembra que o padrão-ouro foi gradativamente substituído pelo dólar norte-americano, a libra esterlina, o marco alemão e outras moedas fortes, emitidas pelas grandes metrópoles industriais e financeiras, tornando mais fácil as operações de comércio exterior e as transferências internacionais.

A moeda dólar norte-americana manteve, até 1971, a tradição e a garantia de lastro metálico proporcional, época em que se desmaterializou por completo. A partir de daí, os sistemas monetários são, em sua quase totalidade, fiduciários e apresentam com as seguintes características: inexistência de lastro metálico, inconvertibilidade absoluta e monopólio estatal das emissões, segundo afirmam Lopes e Rossetti (1993).

Paralelamente à moeda fiduciária, surgiu a moeda bancária, também chamada de escritural ou de invisível. A moeda bancária surge com a abertura de uma conta corrente, com depósitos em dinheiro ou cheques e seu resgate ocorre por meio de ordem de pagamento ou mediante emissão de cheque (moeda escritural).

A definição de cheque vem a ser a de uma ordem de pagamento a vista, que envolve emitente, isto é, indivíduo titular de uma conta corrente e o beneficiário, ou seja, aquele que recebe o pagamento. Com o tempo, o cheque passou a ser usado como forma de crédito e recebeu a denominação de pré-datado. Nesta negociação o emitente não tem dinheiro disponível na conta corrente de forma imediata e negocia, com o beneficiário, a postergação do pagamento.

De acordo com Lopes e Rossetti (1993) a moeda bancária é também denominada invisível, pelo fato de não ter existência física e também escritural, devido ao registro nas contas correntes dos bancos.

Resumidamente, Vasconcellos e Garcia (2005) enumeram três tipos de moeda:

- Moedas metálicas: emitidas pelo Banco Central, visando facilitar operações de pequeno valor;
- Papel moeda: também emitida pelo Banco Central e representa parcela significativa de quantidade de dinheiro em poder do público;
- Moeda escritural ou bancária: representada pelos depósitos a vista efetuados em conta corrente.

A princípio pode-se considerar, conforme Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005), que o governo controla a quantidade de moeda ofertada na economia, através de um sistema sem lastro, que é a moeda fiduciária, tendo como responsável o Banco Central.

A moeda é o ativo utilizado para liquidar as transações, sendo estas liquidadas em papel moeda, moeda metálica e também mediante cheques (moeda bancária), sendo assim, além do Banco Central, os bancos também podem afetar a oferta de moeda, tal como afirmam Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005).

O banco, ou seja, o agente financeiro, ao emitir moeda e efetuar um empréstimo ao cidadão gera um débito. Uma vez que o débito foi gerado, o tomador do empréstimo devolve ao banco o valor acrescido de juros¹⁰. Assim, o banco não recolhe nada e a operação é finalizada. Neste processo, o emitente da moeda não pode utilizá-la e o tomador, ao usá-la em forma de empréstimo, não pode emití-la.

Com o avanço tecnológico e a globalização surgem novas modalidades de efetuar pagamentos de forma eletrônica que são os cartões de crédito e débito, definidos, popularmente, como o dinheiro de plástico.

Assaf Neto (2006) explica que o cartão de débito é utilizado para saques em espécie, a débito de conta corrente ou de poupança e também para pagamento de transações diversas realizadas em qualquer estabelecimento que aceita esta forma de pagamento. O uso desse cartão exige a existência de saldo bancário.

O cartão de crédito, por sua vez, é um instrumento que disponibiliza ao seu titular um limite de crédito para aquisição de bens e serviços, e a quitação da dívida pode ser a vista, na data do vencimento da fatura, ou através de um limite de crédito disponibilizado pela instituição financeira, conforme Assaf Neto (2006).

Monteiro (1998) considera que um avanço, oriundo da tecnologia digital, foi o surgimento do dinheiro eletrônico (*e-money*), completamente virtual, criado e usado exclusivamente no espaço virtual, possibilitando, assim, o comércio eletrônico. Ele pode ser armazenado em um chip, e este colocado num cartão de plástico semelhante aos cartões de crédito tradicionais, chamados de *smart cards* ou cartões inteligentes.

Na economia de um país existe a cotação de moedas de outros países. No comércio internacional é necessário exercer a conversibilidade de uma moeda para outra, operação definida como taxa de câmbio. O câmbio é a operação de troca de moeda de um país pela moeda de outro país.

¹⁰ É a remuneração paga por quem toma dinheiro emprestado junto ao possuidor do capital (agente financeiro).

A forma de usar o dinheiro, ao longo dos anos, sofreu muitas transformações, tendo em vista as mudanças tecnológicas, econômicas e sociais que influenciam diretamente na vida das pessoas, inclusive na questão financeira.

1.6 A moeda e os agentes econômicos

Os agentes econômicos, segundo Lopes e Rossetti (1993) são compostos por governo e intermediários, empresas e unidades familiares que se transacionam, por meio da moeda, em um sistema econômico moderno, sem discutir se a moeda afeta ou não a atividade econômica, com o objetivo apenas de descrever os principais fluxos monetários existentes em uma economia.

Para Vasconcellos e Garcia, a economia “é a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem (escolhem) empregar recursos produtivos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas” (2005, p.2).

Numa economia moderna os agentes econômicos, segundo Lopes e Rossetti (1993) participam do processo econômico, que envolve três atividades básicas, ou seja, produção, consumo e acumulação (ou formação de capital), onde a moeda está presente em todos os fluxos, mediante os quais essas atividades se manifestam e se efetivam.

Wonnacott e Wonnacott (2004) demonstram a representação do fluxo de bens, de serviços, de recursos e de pagamentos monetários de forma simplificada:

- As unidades familiares fornecem trabalho e outros recursos de produção que formam os insumos do setor empresarial para o desenvolvimento do negócio e, em contrapartida, as empresas remuneram as unidades familiares por meio de salários, ordenados, juros, aluguéis e dividendos;
- De posse das remunerações, as unidades familiares adquirem bens e serviços para satisfazer suas necessidades, sendo que estes bens e serviços são fornecidos pelas empresas;
- As empresas utilizam a receita de vendas e serviços para pagar os salários, os ordenados e os demais custos, enquanto as famílias usam a renda para seu consumo;

- O governo recebe das empresas, das unidades familiares e dos intermediários financeiros¹¹, os impostos diretos e indiretos;
- Os excedentes da renda, sob a forma de poupança das unidades familiares, empresas e do governo, são enviados ao sistema financeiro que intermedeia os recursos, destinando-os ao financiamento do consumo das famílias, do capital de giro das empresas e da formação de capital das empresas e governo.

Lopes e Rossetti (1993) enfatizam que a utilização da moeda torna as negociações viáveis, conferindo a seus detentores o indispensável poder liberatório¹² para liquidar, no presente e no futuro, transações realizadas no passado ou presente. Nesta viabilização, a moeda desempenha as funções básicas que lhe são exigidas: intermediária de trocas, medida de valor, reserva de valor e padrão de pagamentos diferidos.

1.7 Trajetória evolutiva da moeda no Brasil

A evolução do sistema monetário no Brasil segue uma ordem semelhante ao observado na maior parte das economias ocidentais e o primeiro dinheiro a circular, no país, foi a moeda-mercadoria.

No Brasil, durante muito tempo, o comércio foi feito por meio de troca de mercadorias, mesmo após a introdução da moeda de metal. Mas a primeira "moeda" brasileira de fato foi o *açúcar*, em 1614. O fumo, o pano de algodão e a madeira (pau-brasil) também eram muito utilizados com essa função, segundo dados do Banco Central do Brasil (2004).

Com a intensificação das viagens à terra recém-descoberta e a implantação de núcleos de colonização começaram a circular as primeiras moedas no Brasil, as quais foram trazidas pelos portugueses, pelos invasores e pelos piratas. A partir de 1580, com a união das coroas de Portugal e Espanha, moedas de prata espanholas passaram a circular, no Brasil, em grande quantidade.

Sandroni (2010) registra que durante o período colonial (1500-1822) circularam vários tipos de moeda que chegaram com a colonização portuguesa, sendo que algumas foram

¹¹ São instituições que captam recursos dos poupadores (ofertantes de recursos) para emprestá-los aos investidores que são demandantes de recursos (GREMAUD; VASCONCELOS; TONETO JUNIOR, 2005).

¹² A moeda, como nenhum outro ativo, detém um poder de saldar dívidas, de liquidar débitos, de livrar seu detentor de uma situação passiva, denominado de poder liberatório ou função liberatória (LOPES E ROSSETI, 1993).

cunhadas em Portugal e outras já em território brasileiro, pois naquele período houve a criação das Casas de Fundição e das Casas da Moeda.

A primeira tentativa de circulação¹³ de moedas restritas ao nosso território ocorreu em 1642, com a aplicação de carimbos nas moedas portuguesas e hispano-americanas que aqui circulavam. Foi, entretanto, no território ocupado pelos invasores holandeses que se cunhou a primeira moeda em terras brasileiras – o florim de ouro –, acompanhado pelo soldo, moeda de prata, também cunhada pelo invasor batavo, em 1654. Ambas traziam a marca da Companhia de Comércio das Índias Ocidentais e a palavra Brasil aparecia no reverso dos florins.

A partir de 1694, com a criação da Casa da Moeda da Bahia, teve início o processo de cunhagem de moedas brasileiras que, posteriormente, foram produzidas em outros centros da Colônia, como Rio de Janeiro em 1698, segundo afirma Sandroni (2010).

Vasconcellos e Garcia (2005) mencionam que em 1808, quando da chegada de D. João VI, todo o meio circulante era constituído de peças metálicas, mas já havia o primeiro vestígio de papel moeda, naquela época, chamado de bilhete de permuta (recibos de recolhimentos metálicos na Casa da Moeda).

Devido à queda na produção de ouro e ao crescimento dos gastos com a implantação da administração no Rio de Janeiro, a quantidade de moedas em circulação tornou-se insuficiente. Assim, em 1808, D. João VI criou o Banco do Brasil, o primeiro banco da América do Sul e o quarto do mundo. Em 1810, foram emitidos os primeiros bilhetes do Banco, precursores das cédulas atuais, segundo informações do Banco Central do Brasil, (2004).

A partir da independência, em 1822, o meio circulante brasileiro consistiu de moedas metálicas e de cédulas de papel moeda. Com a República, segundo Lago (2004), a cunhagem de moedas de ouro e prata foi se tornando cada vez mais limitada e as cédulas passaram a representar boa parte do meio circulante de maior valor, enquanto moedas de níquel e de bronze, e depois de bronze-alumínio, alumínio e, finalmente, aço, serviam para pequenas transações.

Mesmo com uso de cheques, cartões de crédito e de débito e das cédulas de papel moeda, a moeda metálica continua a servir de troco e para o pagamento de negociações de pequeno valor.

As cédulas e moedas brasileiras, de acordo com o Banco Central do Brasil (s.d.), têm a seguinte cronologia:

¹³ Banco Central do Brasil (2004).

- Anterior a 1942 – réis;
- 1942 – cruzeiro;
- 1970 – cruzeiro novo;
- 1986 – cruzado;
- 1989 – cruzado novo;
- 1990 – cruzeiro;
- 1993 – cruzeiro real;
- 1994 – real (até o dia de hoje).

Em 1994, por meio do Plano Real, foi criada a moeda Real (R\$), no sentido de estabilizar a economia, combater a inflação e aumentar o poder aquisitivo do dinheiro. Porém, o problema da inflação no Brasil é antigo, pois D. Pedro cunhou moeda, em 1822, visando à independência, mas tornou o Brasil livre e endividado. Anteriormente à implantação do Plano Real, havia uma hiperinflação de 2.477,15%. Vinte anos depois, a inflação fechou o ano de 2014 em 6,41%. Constatase, portanto, que somente em 1994, com a implantação da moeda Real houve sucesso na política antiinflacionária.

Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior (2005) definem inflação como um aumento generalizado e contínuo dos preços, sendo que o aumento do preço de algum bem ou serviço, em particular, não constitui inflação. Somente há inflação quando houver um aumento generalizado de preços. Os autores ressaltam que o aumento de preços é a perda do poder aquisitivo da moeda, ou seja, uma mesma unidade monetária pode adquirir menos bens e serviços, pois estes estão mais caros.

Em tempos de inflação no Brasil, quanto ao gastar, o processo era rápido, lembra Cherobim (2011). Assim que recebiam seus salários, pensões, aposentadorias, aluguéis, enfim seus rendimentos, as pessoas se dirigiam, rapidamente, para os supermercados e para as lojas para comprar os bens que lhes eram necessários. A pressa se justificava em decorrência do aumento, praticamente diário, nos preços dos produtos, assim, a compra imediata era melhor forma de se economizar.

Cherobim (2011) relata que, com a contenção da inflação os preços pararam de subir, as pessoas e as famílias começaram a ter noção de valor, de preço e, por conseguinte, passaram a cuidar melhor de seu dinheiro. Faz-se necessário ressaltar que, não é que os preços de bens e de serviços deixaram de subir, estes, agora, sobem dentro de parâmetros razoáveis, controláveis. Sendo assim, com mais controle, é possível administrar melhor o dinheiro.

O dinheiro, nas suas diversas formas, surgiu para facilitar a vida da população, no que diz respeito à produção, à compra, à venda e aos diversos meios de pagamento e de recebimento, de uma forma cíclica. No princípio, as habitantes da Terra foram percebendo a necessidade e criando alternativas práticas para efetuarem a troca de mercadorias, com intuito de atender suas necessidades e alcançar seus desejos. Aos poucos, foram criando formas facilitadoras que pudessem, cada vez mais, atender, de modo eficaz, as necessidades da humanidade. Além do uso no comércio, surge o uso de dinheiro pelas instituições financeiras (bancos) que começaram a obter lucro tanto com a guarda quanto com o empréstimo deste mesmo dinheiro. Assim, o uso de dinheiro e de moeda foi disseminado entre os povos e, no século XXI, vive-se a dependência destas ferramentas para sobrevivência da humanidade.

Os homens, aproveitando-se das oportunidades, criaram uma forte influência em torno do dinheiro, levando-o ao *status* de que as pessoas dependem dele, em sua forma de moeda, seja ela metálica, de papel, escritural ou digital para que possam produzir, vender, consumir, enfim, viver. Sendo assim, as pessoas precisam administrar bem o dinheiro que recebem, ou seja, precisam controlar despesas e gastos, para não entrarem em uma situação de endividamento. Não é tarefa fácil ganhar dinheiro e qualquer vacilo pode deixar o cidadão em situação complicada e dependente, conduzindo-o a um ciclo vicioso de endividamento.

2 RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

2.1 Apresentação do capítulo

Este capítulo tem por objetivo discorrer a respeito do surgimento da Educação Financeira no mundo e no Brasil, além de conceituá-la e de apresentar sua importância. Serão abordados, também, o Sistema Financeiro Nacional, bem como os juros praticados no mercado financeiro, a fim de demonstrar a importância do planejamento financeiro e do orçamento doméstico. Ainda serão delineadas as ligações entre consumo, *marketing*, necessidade e desejo e endividamento, assim como explicações sobre: poupança e investimento, o papel da Matemática Financeira na Educação Financeira e, por fim, a respeito do ciclo da vida financeira pessoal.

2.2 Trajetória da Educação Financeira

D'Aquino alerta que “desde que surgiu o dinheiro, surgiu a necessidade de se pensar sobre ele” (2008, p. 4). Na Grécia antiga, por exemplo, conselhos sobre o melhor uso de finanças já eram escritos e discutidos.

O filósofo Aristóteles discorreu sobre a questão dos gastos excessivos, problema que perdura até os dias atuais.

A pessoa que tende para o excesso e é vulgar excede-se, como já dissemos, por gastar além do que seria razoável. Agindo assim, ela gasta demais e demonstra um exibicionismo de mau gosto em ocasiões pouco importantes [...]. E tudo isso ela faz não por motivo nobilitante, mas para exibir sua riqueza, e por pensar que é admirada em consequência dessa maneira de agir, ademais, onde deve gastar muito ela gasta pouco, e onde deve gastar pouco gasta muito (ARISTÓTELES, 1996, p. 180).

O filósofo se referia ao consumo exagerado, ao exibicionismo das coisas, como forma de engrandecimento pessoal, bem como ao gasto muito elevado em algo desnecessário, formas de comportamentos, por ele, denominadas de vulgar. Portanto, Aristóteles, além de apontar os gastos supérfluos apenas para exibir a condição de riqueza, também os repudia. Atualmente, este tipo de “exibicionismo” está enraizado de forma explícita na sociedade e

ocasiona desequilíbrio e superendividamento, em função da falta de dinheiro para atender aos desejos e necessidades materiais.

Mesmo de forma primitiva, para atender as necessidades e sem a utilização do dinheiro, o comércio funcionava na forma de troca (escambo). As transformações para moeda-mercadoria, moeda metálica, moeda papel e papel-moeda conforme apresentado no capítulo 1 deste trabalho, são fases que ajudaram na modernização do formato do dinheiro, porém sua funcionalidade permanece ao longo do tempo.

Conforme descrito por D'Aquino (2008), a partir do século XIX, nos Estados Unidos houve a construção das ferrovias rumo ao Oeste Americano, fato que sustentou e concentrou dinheiro e poder nas mãos de poucos. Com esse padrão social, as pessoas se distinguiram umas das outras, de acordo com o modo de produção, grau de instrução, número de filhos, tipo de moradia, alimentação, vestimentas etc.. Com o advento dos bilionários norte-americanos, a extravagância e a ostentação passaram a ser admiradas nas pessoas que demonstravam a ganância, o consumo. Com a crise de 1929 (Grande Depressão), com a recessão americana, o esbanjamento consumista veio a reduzir. A partir da década de 80, na segunda metade do século XX, surgem novos bilionários provenientes de vários segmentos tais como: mercado de eletrônicos, *software*, telecomunicações, entretenimento. Independentemente da origem de tanto dinheiro, os hábitos, os costumes e as excentricidades que evidenciam a ostentação do dinheiro ressurgiram de forma mais intensa, se fazendo notar não só nos Estados Unidos ou no Brasil, mas em todo o mundo.

Autoridades financeiras e educativas, em diversos países, iniciaram trabalhos sobre educação financeira, voltados ao uso consciente do dinheiro, ao preparo dos consumidores para usufruírem, de forma moderada, os produtos financeiros, visando o equilíbrio do orçamento doméstico.

O processo de disseminação da Educação Financeira vem se desenvolvendo em muitos países, sob a orientação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)¹⁴.

A fim de demonstrar como a educação financeira tem se expandido entre as nações, a seguir será descrito alguns exemplos de países que a adotaram:

- Estados Unidos. Nesta nação, ao longo dos últimos 40 anos, a maioria dos estados adotou políticas para inserir a Educação Financeira. Entre 1957 e 1985, 29 estados (de

¹⁴ Organização mundial fundada em 1948 composta atualmente por 34 países membros, que através de seu banco de informação sobre uma ampla gama de tópicos ajuda os governos a promover a prosperidade e lutar contra a pobreza através do crescimento econômico e da estabilidade financeira (OCDE, s.d.).

um total de 50 estados e 1 distrito), adotaram a Educação de Consumo como disciplina obrigatória nas escolas secundárias. Deste total, 14 estados incluíram a Educação Financeira na grade curricular abordando temas relacionados ao orçamento familiar, à gestão de crédito, aos juros e investimentos, com o objetivo de preparar os jovens. As instituições financeiras, o Banco Central Americano (Federal Reserve) e as entidades sem fins-lucrativos, segundo Bernheim; Garrett e Maki (1997) são órgãos que apoiam a iniciativa. Em 2011, a Agência de Proteção Financeira do Consumidor dos Estados Unidos recomendou que o programa de educação financeira fosse introduzido em todos os anos escolares K-12 (educação primária e básica). A recomendação foi estendida para educar os pais ao mesmo tempo em que os estudantes com workshop e DVD¹⁵ (BRUHN ET AL, 2013).

- Reino Unido. Nos países que formam o Reino Unido – Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte, a Educação em Finanças Pessoais era facultativa no currículo escolar desde 2001. A partir de setembro de 2014, segundo Bruhn et al (2013), o governo determinou que a educação financeira tomasse parte do currículo da escola secundária nacional.
- Austrália. A partir de setembro de 2014, segundo Bruhn et al, (2013), o governo australiano determinou que a Educação financeira tomasse parte do currículo da escola secundária nacional começando a partir de setembro de 2014.
- Japão. Martins (2013) relata que a experiência japonesa é muito antiga. Lá, foi criado, em 1952, o Conselho Central de Promoção de Poupança. Em 1988, seu nome desse órgão foi alterado para Conselho Central de Informação Econômica e, mais recentemente, para Conselho Central de Informação de Serviços Financeiros. Entre 2003 e 2006, o país implementou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Além do sistema de ensino inserir a Economia Doméstica nas grades curriculares, no Japão, em âmbito não formal, a Educação em Finanças Pessoais é promovida por instituições financeiras e por associações, tal como demonstra Saito (2007).

¹⁵ Sigla de *Digital Versatile Disc* que traduzido Disco Digital Versátil.

2.2.1 O papel da OCDE na disseminação da Educação Financeira no mundo

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) percebendo a necessidade de haver o desenvolvimento da poupança previdenciária e do melhor entendimento dos indivíduos sobre os produtos financeiros, pelo menos dos princípios básicos, criou o *Financial Education Project* para estudar a Educação Financeira e propor programas de Educação Financeira nos países membros e também em países não membros, como, por exemplo, o Brasil.

Segundo OCDE (2005), educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos nelas envolvidos. Munidos dessas informações, os indivíduos podem fazer escolhas, sabem onde procurar ajuda e podem adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, a educação financeira pode contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

De acordo com a OCDE (2004) a educação financeira se faz necessária para auxiliar os consumidores a orçarem e gerirem a sua renda, a pouparem, a investirem e evitar que eles se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas.

Atendendo sugestão da OCDE, os países, dentre eles, o Brasil, vem desenvolvendo uma Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)¹⁶ com o escopo de favorecer a promoção do tema no país e criar diretrizes para balizar iniciativas concretas, sejam do Estado, da iniciativa privada ou da sociedade civil. A estratégia torna-se a principal referência para leis, políticas públicas e programas multisetoriais, e contribui para gerar ampla mobilização.

Em 2011, 26 países aplicaram a estratégia. Em 2013, o número de países aumentou para 45. Em agosto de 2014, saltou para 55 países que estão utilizando-se de iniciativas visando melhorar o nível de capacitação financeira da população, conforme dados da OCDE (2014).

¹⁶ A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF – é uma mobilização multisetorial em educação financeira. A estratégia foi instituída como política de Estado de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial (ENEF, s.d.)

De acordo com o Relatório sobre a Estratégia de Educação Financeira (ENEF), estão disponibilizados, no quadro abaixo, os dados referentes à implantação da estratégia, em agosto de 2014.

9 países que já implantaram e estão revisando a estratégia:
Austrália, Japão, Holanda, Nova Zelândia, Singapura, Espanha,
África do Sul, Reino Unido e Estados Unidos
19 países que estão implantando a estratégia:
Armênia, BRASIL , República Checa, Dinamarca, Estônia, Gana, Índia,
Indonésia, Irlanda, Israel, Coréia, Letônia, Malásia, Marrocos
Nigéria, Portugal, Rússia, Eslovênia, Turquia
27 países que estão em fase de projeto para implantação da estratégia:
Argentina, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Croácia, El
Salvador, França, Guatemala, Quênia, Líbano, Malásia, México,
Paquistão, Peru, Polônia, Romênia, Arábia Saudita, Sérvia, Suécia,
Tanzânia, Tailândia, Uganda, Uruguai, Zâmbia

Quadro 3 – Relatório dos 55 países de acordo com a OCDE
Fonte: OCDE (2014)

Nota-se que a estratégia está avançando para muitos países, objetivando a propagação do tema educação financeira, devido à necessidade de orientar e conscientizar a população para o uso do dinheiro de forma consciente.

A OCDE (2005) recomenda que a educação financeira seja promovida de forma justa e sem vieses, livres de interesses particulares, focando as prioridades de cada país, de acordo com realidade nacional, e também inserida na escola, o quanto antes.

Conforme divulgado pelo site da Revista Veja (2014), a avaliação educacional¹⁷, realizada pela OCDE, apontou que apenas um em cada sete estudantes de 15 ou 16 anos é capaz de realizar operações simples e cotidianas relativas a finanças, como, por exemplo, compreender detalhes de uma fatura ou calcular o preço de um quilo de determinado alimento no supermercado.

Para a OCDE, o ensino de conceitos de educação financeira, no ciclo básico, poderia dar ferramentas para os cidadãos enfrentarem as questões do dia a dia e também as turbulências econômicas.

¹⁷ A edição de Educação Financeira do PISA 2012 avaliou 29.000 jovens de 18 nações.

De acordo com a OCDE, mais de 70% dos estudantes de 15 anos de idade da Austrália, Bélgica, Estônia, França, Nova Zelândia e Eslovênia já possuem conta bancária. O estudo mostra, entretanto, que apenas 10% dos estudantes conseguem resolver problemas financeiros de alta complexidade, como calcular taxas de juros, encontrarem a melhor opção de crédito e planejarem investimentos de longo prazo, com base em um amplo panorama econômico.

No topo da lista, aparece a província chinesa de Xangai, com 603 pontos, seguida pela Bélgica, Estônia, Austrália, Nova Zelândia, República Tcheca e Polônia. A Colômbia, único país da América Latina que entrou na avaliação, teve a pior colocação no *ranking*, perfazendo apenas 379 pontos.

Os resultados da avaliação não são conclusivos quanto à melhor abordagem para a educação financeira no ambiente escolar. Em Xangai, por exemplo, quase 50% das escolas oferecem o tema no currículo, mas pouco mais de 20% dos alunos o fazem em uma disciplina separada das demais. Já a Colômbia, que obteve a pior colocação, também oferece o tema em metade das escolas, mas dessas, quase 40% separam um horário específico para abordá-lo.

O Brasil, que participa da avaliação geral do PISA, *Programme for International Student Assessment*¹⁸, não tomou parte neste levantamento.

2.3 Histórico da Educação Financeira no Brasil

Até o fim dos anos 1990, o assunto educação financeira concentrava-se nas dicas de investimento dos especialistas em produtos do mercado financeiro, as quais ensinavam como preservar ou multiplicar o dinheiro com aquisição de ações, títulos públicos ou privados, envolvendo um público que já tinha recurso disponível e bastava apenas alocar em determinados tipos de investimentos. Nesta orientação, segundo Araújo e Calife (2014) não era contemplado o caminho para a organização das finanças que resultasse em economia e, posteriormente, pudesse ser investidor no mercado financeiro.

Devido à instabilidade econômica e à inflação galopante, os brasileiros não tinham condições de elaborar um planejamento financeiro e o crédito era restrito com juros exorbitantes, embora estes, atualmente, ainda possam ser considerados altos quando comparados aos de outros países.

¹⁸ Programa Internacional de Avaliação do Estudante.

A recente ascensão econômica de milhões de brasileiros coloca o cidadão em contato com novas situações e operações financeiras pouco familiares para muitas pessoas. Somado a isso, o aumento das possibilidades de consumo (VIDA E DINHEIRO, s.d.).

Araújo e Calife (2014) mencionam que com a melhora da situação econômica, a partir de 1999, alguns determinantes importantes para o conceito e a prática da educação financeira começaram a mudar. Dois deles foram bastante relevantes nesse período: o controle da inflação e a expansão da bancarização¹⁹, isto é, a utilização dos bancos através de abertura de conta, de usos de serviços bancários e cheques.

O crédito foi o terceiro determinante da trajetória da educação financeira, segundo Araújo e Calife (2014), na esteira das melhores condições macroeconômicas, do ganho de renda - primeiramente por conta do fim do “imposto inflacionário”, mais tarde pelo avanço da atividade econômica e, recentemente, pelo emprego formal. Nesse período, ocorreu uma verdadeira revolução, com a grande disseminação do crédito por diversos setores da economia.

A falta de preparo para usar o crédito, abundantemente lançado no mercado, fez com que as pessoas, tomadas pelo anseio de consumir, extrapolassem o orçamento doméstico, acreditando que parcelas a perder de vista, pudessem ser pagas sem nenhum empecilho, pois não supunham que pudesse ocorrer uma intempérie e que o compromisso não poderia ser cumprido em tempo hábil.

Macedo Junior (2010) destaca que o crédito é limitado e após esgotar esse limite, as pessoas terão que devolver o valor emprestado e ainda pagar todos os juros decorrentes dele. A falta de planejamento de finanças adequado é a principal razão de pagamentos de juros, decorrentes, na maioria dos casos, do descontrole de cartões de crédito e de cheques pré-datados. Para cada ganhador de juros no Brasil, existem quatro pessoas trabalhando para pagá-los.

Araújo e Souza (2012) enfatizam que, a partir de 1994, com o controle da inflação e a conquista da estabilidade econômica, criaram-se condições para os mercados se desenvolverem. Isso fez surgir novos produtos financeiros, com os quais apenas indivíduos

¹⁹ Mesmo que a expansão, um terço das famílias está fora do sistema financeiro. Pesquisa feita pela Fundação Bill & Melinda Gates e Bankable Frontier Associates. Enquanto as empresas de telefonia celular foram rapidamente ocupando todos os cantos do País, a ponto de já existir mais telefones que brasileiros, as instituições financeiras ainda não conseguiram alcançar cerca de 30% das famílias brasileiras. Ou seja, praticamente uma em cada três famílias está à margem do sistema financeiro (GOULART, 2014).

bem preparados podem fazer escolhas mais complexas, pois podem identificar corretamente os riscos e as oportunidades.

Após uma década de ajustes na economia, iniciados com a implantação do Plano Real, a inflação estava finalmente controlada. Somente com o controle da inflação houve aumento expressivo de ganhos reais para os trabalhadores. O país também obteve maior confiança dos agentes econômicos, porque com maior previsibilidade econômica, os investimentos se espalharam pelo país, seja pelo próprio planejamento orçamentário do Governo, seja por parte das empresas já instaladas ou pela maior atratividade do ponto de vista internacional. Mais firmas, mais empregados. E o desemprego começou também a cair de forma consistente, pela primeira vez em décadas, como afirmam Araújo e Calife (2014).

Entre 1993 e 2011, cerca de 60 milhões de pessoas ingressaram na nova classe média, de acordo de Araújo e Calife (2014). Desse modo, um maior número de pessoas passou a consumir, aumentando a demanda na economia. Juros em queda passam a incentivar o crédito, surgindo o maior desenvolvimento do crédito consignando, a melhoria da Lei de Alienação Fiduciária e a Lei de Falências.

Já a falta de conhecimento de conceitos e de produtos financeiros, por parte da população, dificulta o pleno exercício da cidadania. Um caso comum é o desconhecimento de informações básicas sobre o crédito consignado, o que levou muitos cidadãos e, em especial, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS – a tomarem empréstimos de instituições financeiras sem a consciência que teriam o desconto em folha de pagamento, segundo Araújo e Souza (2012).

Finalizando, Araújo e Calife (2014) mencionam que com a expansão do crédito, houve um aumento expressivo do consumo e maior bancarização da população. A junção da expansão do crédito e o “boom” do consumo contribuíram para o aumento da inadimplência, devido à falta de preparação dos cidadãos para lidar com o crédito e consumo. O primeiro pico da inadimplência aconteceu em 2006, em função do aumento dos juros e, em 2008, houve a segunda elevação, devido à crise mundial, que influenciou negativamente no mercado de trabalho, derrubando a atividade econômica como um todo. Somente com incentivos do governo, a economia voltou a fluir positivamente. O último período de pico da inadimplência ocorreu em 2011, devido à falta de pagamento das parcelas de financiamento de veículos, e foi necessária uma parada para o rearranjo de crédito. Neste período, chamado de ressaca de crédito, surge a educação financeira e diversos programas com entidades privadas e públicas,

dentre eles, a Estratégica Nacional de Educação Financeira e a Associação de Educação Financeira do Brasil.

2.3.1 Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e a promoção da Educação Financeira no Brasil

A Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF) é uma organização sem fins lucrativos criada em 2011, com o objetivo de promover a Educação Financeira no Brasil e dedicada ao desenvolvimento de tecnologias sociais e educacionais. A AEF colabora com a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), coordenando e executando seus projetos.

Para melhorar o nível da educação financeira da população brasileira, o governo brasileiro lançou a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) em 2009, sendo publicamente lançada em agosto de 2011, conforme orientação da OCDE. As metas desta estratégia nacional são: desenvolver habilidades financeiras pessoais e estimular o comportamento financeiro responsável entre os brasileiros, melhorando, assim, seu bem-estar financeiro.

A ENEF tem a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, da eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e da tomada de decisões conscientes, por parte dos consumidores. Ela foi instituída como proposta de política de Estado, de caráter permanente.

Esta proposta, política pública de Estado, foi elaborada em momento histórico em que o governo e a sociedade organizada adotaram medidas para atenuar os efeitos locais, decorrentes da grave crise financeira internacional. E integra o conjunto de políticas sociais macroeconômicas que contribuem para o atual estágio de amadurecimento institucional do Brasil, segundo informações da ENEF (s.d.).

Segundo o Plano Diretor da ENEF (s.d.), esta estratégia representa o início de longa caminhada. Ela deverá incorporar novos parceiros e envolver toda a sociedade brasileira. Somente o esforço contínuo e sustentado por longo prazo poderá promover melhoria na capacitação dos cidadãos para lidar com o dinheiro, o consumo e as peculiaridades do sistema financeiro.

A ENEF desenvolve programas para crianças e adolescentes do ensino fundamental e médio e para os adultos, abrange, também, as mulheres que possuem bolsa família e aposentados.

Visto que as habilidades financeiras não são ensinadas sistematicamente no sistema educacional brasileiro, um projeto piloto de educação financeira para alunos do ensino médio²⁰ foi introduzido em 2010, como parte da ENEF. Através desse programa, a educação financeira foi tratada como um tema transversal no currículo escolar dos jovens, incorporando 72 situações didáticas nas aulas de matemática, português, ciências, geografia, história, entre outras.

O projeto piloto de educação financeira durou de agosto de 2010 até dezembro de 2011. O objetivo da avaliação foi aplicar métodos de pesquisa rigorosos para identificar o impacto causal da educação financeira sobre o conhecimento financeiro dos alunos e das famílias, sobre as suas atitudes financeiras, sobre a tomada de decisões e o seu bem-estar econômico.

Foram divididos em dois grupos para a aplicação do projeto: o grupo de tratamento em que os alunos receberam o material de educação financeira e os professores foram treinados e o grupo de controle que somente recebeu o material após o final do programa piloto.

Além da intervenção com os alunos, foi realizado um *workshop* de educação financeira com os responsáveis dos alunos das escolas, no grupo de tratamento. O propósito deste *workshop* foi reforçar as mensagens ensinadas aos alunos em sala, e medir o impacto combinado de intervenções com os pais e os alunos sobre o nível de educação financeira das famílias. A intervenção com os pais foi realizada ao longo do primeiro semestre de 2011.

Esta avaliação foi uma das maiores avaliações aleatórias já realizadas em qualquer país e englobou quase 900 escolas e 26.000 alunos em seis estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e o Distrito Federal.

A avaliação do projeto piloto de educação financeira no Brasil englobou os 3 semestres letivos em que o projeto foi implementado nas escolas, ou seja, de agosto de 2010 até dezembro de 2011. Durante aquele período, inicialmente, aplicou-se uma avaliação diagnóstica do programa, para avaliar o nível de conhecimento de educação financeira dos alunos antes do início das atividades. Em seguida, em dezembro de 2010, a primeira avaliação

²⁰ O sistema educacional brasileiro é dividido em: Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil (de 0 a 5 anos). Já o Ensino Fundamental com nove anos de duração dividido em duas fases, chamadas de anos iniciais, com cinco anos de duração, em regra para estudantes de 06 a 10 anos de idade e anos finais, com quatro anos de duração, para os de 11 a 14 anos e o Ensino Médio abrange os alunos de 15 a 17 anos.

somativa foi implementada, e permitiu conhecer os avanços preliminares dos 4 primeiros meses de execução do projeto. Por fim, em dezembro de 2011, realizou-se a avaliação final do programa, após o término das atividades do projeto nas escolas.

Conforme Bruhn et al (2013) para a coleta de dados, foi feita uma parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O CAEd conta com uma ampla rede de supervisores e inspetores em todo o Brasil e foi capaz de implementar pesquisas simultâneas em todas as escolas da amostra.

Foi analisado o impacto do programa de educação financeira sobre as seguintes dimensões: proficiência financeira, autonomia financeira, intenção de poupar, poupança efetiva, comportamento de gastos e participação nas finanças domésticas dos alunos. A pesquisa foi feita com o grupo de controle e de tratamento.

O quadro abaixo demonstra o resultado da pesquisa, contemplando somente o grupo de tratamento:

	Proficiência Financeira	Intenção de poupar	Poupança Efetiva	Comportamento de gastos
Agosto de 2010	50%	48%	58%	11%
Dezembro de 2010	60%	51%	63%	16%
Dezembro de 2011	62%	53%	59%	17%

Quadro 4 – Resultado do programa de educação financeira – Projeto Piloto

Fonte: Adaptado de AEF (2012).

Notadamente as dimensões: proficiência financeira, intenção de poupar e comportamento de gastos aumentaram de forma positiva e significativa. A dimensão poupança efetiva, que aponta qual parte da renda foi realmente poupada, obteve queda quando comparada à avaliação do ano anterior. Estes resultados foram considerados positivos em relação à iniciativa de inserção do tema na grade curricular.

De acordo com o Portal Brasil (2014), a AEF incluirá na grade curricular do Ensino Médio das escolas pública disciplinas sobre educação financeira. A iniciativa, parte do projeto Educação Financeira nas Escolas, conta com a parceria da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC) e o Grupo de Apoio Pedagógico do Comitê Nacional de

Educação Financeira (CONEF). A previsão é de que 2.962 escolas públicas sejam contempladas pelo projeto até 2015.

O material usado em sala de aula ficará disponível *online* para que seja usado também nas escolas que não serão, inicialmente, contempladas²¹.

2.4 Conceito de Educação Financeira

A Educação Financeira aplicada no nível superior pode influenciar na vida financeira dos jovens que vão ingressar no mercado de trabalho. Formando cidadãos críticos, conscientes e sensibilizados, alicerçado no conhecimento, com certeza, estes serão capazes de discernir qual o melhor caminho, qual a melhor forma de gerir suas finanças pessoais, assumindo o controle do seu dinheiro.

Para os autores Savoia, Saito e Santana (2007), a educação financeira é um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentais e seguras, e possibilita melhorar o gerenciamento das finanças pessoais.

Silva (2012) preconiza que quem tem conhecimento, não necessariamente está persuadido a agir no sentido do conhecimento que possui. A sensibilização é fundamental para a mudança do comportamento. Alguém sensibilizado não possui apenas o conhecimento financeiro, mas age em consonância do conhecimento que possui.

Modernell (2012) define educação financeira como uma educação inclusiva, um conjunto de hábitos financeiros saudáveis que contribuem para melhorar a situação, o proveito e as perspectivas financeiras das pessoas. E ressalta que a sua apresentação precisa ser simples, porém suficiente para sensibilizar e orientar todas as pessoas, independente de classe social, nível econômico e cultural. Os princípios da educação financeira visam ajudar as pessoas a adquirirem bons hábitos financeiros para que possam conquistar melhores condições de vida, sejam elas de famílias de baixa renda ou das classes mais privilegiadas. O foco não deve ser na perseguição das riquezas, mas na melhoria de atitudes e posturas que ajudem a fazer o dinheiro render mais, para que proporcione às pessoas mais tranquilidade, mais segurança, mais conforto e mais prazer.

²¹ Link para ter acesso ao material didático de educação financeira para ensino médio: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12583%3Aensino-medio&Itemid=1152>.

O objetivo da educação financeira é de formar cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões individualmente e o seu papel é de demonstrar as técnicas, os conhecimentos financeiros, por meio dos quais as pessoas irão decidir, com a plena consciência, o que será melhor para suas vidas, optando, assim, por um caminho considerado como o mais viável nas finanças pessoais.

Stephani (2005) defende que a educação financeira contribui para a formação da autonomia do aluno, promove o conhecimento de novas possibilidades de compreensão e desenvolve a capacidade de decisão, com base em informações que ele recebe apenas como subsídios para suas escolhas, não para induzi-las. Sendo que as decisões devem colaborar para a melhora da qualidade de vida e de bem-estar.

A educação financeira leva à reflexão de que o ato de educar não alcança apenas a sala de aula, mas, de forma ampla, abrange o cotidiano do aluno, uma vez que lhe serão oferecidos conteúdos programáticos a serem utilizados na prática diária do cidadão.

Um dos pontos para atender a finalidade da educação financeira é considerar que os cidadãos estão essencialmente interessados em melhorar o seu bem estar. Esse interesse é uma premissa fundamental para a eficiência do processo educativo, pois as pessoas aprendem melhor quando motivadas por seus próprios interesses, como afirmam Araújo e Souza (2012).

Mello (2006) define que a educação financeira é um processo que serve para que a pessoa encontre um equilíbrio na vida financeira. Tal equilíbrio decorre da obtenção de informações que viabilizem desenvolver habilidades e confiança necessárias para que ela não se transforme em alguém que guarda todo o dinheiro que recebe sem gastar nada, ou que despense tudo o que auferir sem reservar um centavo para despesas futuras.

Educação financeira pode ser definida como um processo de ensino-aprendizagem para gerenciamento da condição financeira de um indivíduo, fazendo com que ele possa equilibrar seus gastos, obtendo, então, o bem-estar individual e familiar e levar em conta o seu papel de cidadão consciente. E a cidadania engloba direitos e deveres.

Na concepção de Araújo e Souza (2012), a cidadania financeira, é entendida como pleno exercício dos direitos e pelo cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças. Pode-se dizer que os direitos do cidadão referem-se à inserção da população aos mercados e à educação financeira. Já os deveres estão relacionados a honrar compromissos financeiros, não cometer fraudes, adquirir produtos e serviços legalizados e cumprir as obrigações fiscais relacionadas às transações financeiras.

A importância cada vez maior da educação financeira também se justifica pela necessidade do cumprimento dos deveres de cada cidadão para com a sociedade, visto que pessoas educadas financeiramente planejam melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros (ARAÚJO E SOUZA, 2012, p.4).

A facilitação e o incentivo ao crédito constituem uma ferramenta da economia para que os cidadãos possam satisfazer sua necessidade e, com isso, estimular o crescimento econômico. Nota-se que a expansão do crédito²² é uma forte ferramenta utilizada, nos últimos anos, na economia brasileira, e que levou muitas pessoas ao endividamento e ao não cumprimento de suas obrigações gerando um alto índice de inadimplência.

Tolotti (2007) menciona que a economia, longe de ser um assunto complexo com linguagem inacessível, está presente no cotidiano de cada indivíduo. A ciência econômica estuda os fenômenos sociais relativos à produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços que satisfazem as necessidades humanas.

O Brasil é um país capitalista em desenvolvimento com uma economia estável e em leve crescimento, onde boa parte da população se endivida para consumir e ainda conta com o favorecimento do crédito.

Inflação, taxas de juros e aumento da carga tributária são exemplos de fatos econômicos que influenciam nas finanças²³ pessoais. A economia doméstica, segundo Cherobim (2011), é uma ciência que busca a melhoria da qualidade de vida individual e familiar do cidadão e que engloba questões como: saúde, alimentação, habitação, vestuário, economia família e direitos do consumidor.

Para Ewald (2009), economia doméstica vem a ser a atividade de administrar as contas pessoais, e ricos ou pobres, sobrando ou faltando dinheiro, convivem no dia-a-dia com essa administração.

O cidadão compra e consome bens e serviços, e através do seu trabalho recebe uma remuneração (renda) para atender suas necessidades e desejos. Estas necessidades e desejos, muitas vezes, não são compatíveis com sua renda, então, ele recorre ao sistema financeiro que

²² A relação do crédito/PIB (Produto Interno Bruto) do sistema financeiro brasileiro disponibilizado para as pessoas físicas passou de 16,39% em janeiro de 2008 para 30,5% em dezembro de 2013 (DIEESE, 2014).

²³ De acordo com Gitman (2010, p.3), o termo finanças pode ser definido como “arte e a ciência de administrar o dinheiro”.

Já para Cherobim (2011, p.1) finanças pessoais é “a ciência que estuda a aplicação de conceitos financeiros nas decisões financeiras de uma pessoa ou família. Em Finanças Pessoais são considerados os eventos financeiros de cada indivíduo, bem como sua fase de vida para auxiliar no planejamento financeiro”.

tem o papel de emprestar dinheiro ou financiar bens com a promessa de pagamento do capital acrescido os juros. Desse modo, o indivíduo passa a ter uma dívida, que se não bem administrada poderá ocasionar a ausência de pagamento.

Pesquisa divulgada pelo Banco Central do Brasil, em julho de 2014, sobre o endividamento total das famílias brasileiras com o sistema bancário apontou que em janeiro de 2005, era 18,39% da renda anual, considerando as operações habitacionais. Em julho de 2014, este percentual atingiu 46%, isto é, as famílias brasileiras comprometem 46% da sua renda com dívidas (crédito pessoal, rotativo de cartão de crédito, cheque especial, financiamento de bens duráveis, crédito habitacional). O que se verifica, segundo Martello (2014) é um salto neste percentual de 2005 para 2014 que vem aumentando gradativamente.

Os autores Kiyosaki e Lechter (2000), ressaltam que as pessoas deixam a escola sem habilidades financeiras, milhões de pessoas instruídas obtêm sucesso em suas profissões, mas depois se deparam com dificuldades financeiras por não saberem administrar o que ganham. Desta forma, trabalham muito, mas não progridem.

O que falta na educação não é saber como ganhar dinheiro, mas como gastá-lo e o que fazer com ele depois de tê-lo ganho. A maioria das pessoas, na concepção de Kiyosaki e Lechter (2000), não descobre o motivo de suas dificuldades financeiras porque não entende os fluxos de caixa, isto é, não analisam as entradas e saídas do seu dinheiro.

De acordo com Kiyosaki e Lechter (2000), a principal causa da dificuldade financeira, tanto para as famílias quanto para as empresas, está simplesmente no desconhecimento da diferença entre um Ativo e um Passivo. O “analfabetismo”, tanto de palavras quanto de números, é a base para as dificuldades financeiras pessoais e, conseqüentemente, organizacionais.

Martins (2004) explica que existem alguns conceitos econômicos que são fundamentais para a compreensão dos fenômenos financeiros. São eles:

- Bens e direitos denominados de ativos pelos contadores;
- Dívidas e obrigações denominados de passivos;
- Fluxo de caixa (entrada e saídas de dinheiro).

O fluxo de caixa é, por definição, o movimento de entrada e saída de dinheiro, sendo a renda o dinheiro que entra no caixa e a despesa a parte do dinheiro que sai do caixa. Para Martins (2004), a compreensão destes conceitos é fundamental para uma boa gestão financeira de uma família.

Silva define o fluxo de caixa de um cidadão assalariado como:

Para um cidadão assalariado, seu fluxo de caixa é soma das receitas recebidas – salário, bônus, prêmios, aluguel, juros – subtraída dos gastos realizados – alimentação, transporte, moradia, saúde e lazer. Quando o saldo é positivo afirmamos que o fluxo de caixa é positivo e, obviamente, quando o saldo é negativo a afirmação é contrária: o fluxo de caixa é negativo (2012, p.31).

Resumidamente, o ativo são todos os bens e direitos e o passivo são todas as dívidas e obrigações a cumprir, e o fluxo de caixa engloba os ganhos, deduzindo as despesas que são todos os gastos de uma pessoa ou família.

O fluxo de caixa é uma espécie de raios-X dos gastos, auxiliando na previsão e controle financeiro e, conforme Silva (2012) reflete os gastos realizados mês a mês, permitindo uma prospecção dos gastos futuros.

Brasileiros entre 16 e 24 anos são os que possuem menos controle sobre a própria vida financeira, apontou a pesquisa elaborada pela Serasa Consumidor, braço da Serasa Experian para o consumidor, e pelo Ibope Inteligência²⁴. Segundo o levantamento, 40% dos jovens dessa faixa etária admitem não controlar a vida financeira. A pesquisa indica que quanto mais idade, maior é o percentual de pessoas que dizem manter o controle dos gastos, porque entre os indivíduos com idade entre 25 e 34 anos, o percentual sobe para 62%.

A pesquisa demonstrou que os jovens ainda não estão preparados para planejar seu fluxo de caixa. Muitos agem de forma impulsiva o que pode impactar nas finanças futuramente.

Martins destaca que “a beleza e a utilidade desses conceitos estão na sua simplicidade e na facilidade para compreendê-los e aplicá-los ao mundo real” (2004, p.39). Lamentavelmente ainda existe quem saia de uma universidade sem nunca ter ouvido falar desses conceitos e da importância que eles têm para o êxito pessoal e profissional.

Oito em cada dez entrevistados não sabem como controlar suas despesas, revela uma pesquisa nacional abrangendo todos os estratos sociais, feita pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em dezembro de 2013, com cerca de 650 pessoas. E 36% dos entrevistados sabiam um pouco ou nada sobre as contas regulares que devem pagar no mês, conforme dados do SPC BRASIL

²⁴ A pesquisa foi feita com 2.002 consumidores acima de 16 anos, em 140 cidades de todos os Estados do País e no Distrito Federal, no primeiro semestre de 2014.

(2014). É perceptível o despreparo e a falta de conhecimento financeiro para controle dos gastos existente na educação financeira do brasileiro.

Silva (2012) destaca que o grande problema é que a maioria dos brasileiros não possui um fluxo de caixa. A pessoa sabe quanto ganha, mas não tem noção de quanto gasta. Sem controle da entrada e da saída de dinheiro, ela recorre às instituições financeiras. As instituições bancárias cobram altas taxas de juros e, conseqüentemente, o descontrole aumenta.

2.5 Funcionamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

Silva descreve que “o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores” (2004, p. 3).

O mercado financeiro permite o encontro dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo), onde poupadores e investidores emprestam a tomadores de recursos, visando atender a necessidade de quem toma dinheiro bem como remunerar o capital do poupador ou investidor.

Os intermediários financeiros (bancos comerciais, múltiplos, de investimento, sociedades de crédito, caixa econômica, entre outras) têm o papel de captar dinheiro e aplicar estes recursos junto a empresas e pessoas, através de empréstimos e financiamentos. Além dos intermediadores, existem as instituições auxiliares que têm como missão colocar o poupador e investidor em contato, como por exemplo, a Bolsa de Valores, como afirma Silva (2004).

Conforme explicitado anteriormente, a moeda, conforme afirmam Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2005) é o ativo utilizado para liquidar as transações, sendo estas liquidadas em papel moeda, moeda metálica e também mediante a moeda escritural, sendo assim, além do Banco Central, os bancos comerciais também podem criar moeda. Mediante esta constatação surge a questão: Como acontece a criação de moeda no sistema bancário, prerrogativa exclusiva dos bancos comerciais?

Assaf Neto (2006) esclarece que os bancos comerciais recebem os depósitos à vista dos correntistas, e parte deste depósito pode ser aplicada sob a forma de empréstimo a um tomador de recursos (empresas e pessoas), passando então a influir na quantidade de moeda em circulação, promovendo sucessivos ciclos de criação de moeda.

É percebido que o poupador deposita moedas no banco, ou seja, aplica o excedente da sua renda (sobra de dinheiro), e o banco faz a intermediação, transferindo esta moeda para um tomador de recursos.

Uma pessoa toma um empréstimo para realizar gastos ou investimento. Este serviço, prestado pelo banco, é cobrado do tomador, incluindo o valor do capital principal acrescido de juros. Assim o banco receberá um lucro pelo empréstimo concedido ao cidadão e o poupador será remunerado por tal sobra depositado no banco.

Um dilema financeiro que ocorre no mercado financeiro, alerta Ewald (2009), são as taxas de juros pagas pelos investidores, comparadas com as cobradas pelos tomadores de empréstimos. De um lado tem os aplicadores que exigem maiores taxas e do outro, há os tomadores de empréstimos, que querem menores taxas. Surgem então, os intermediadores que cobram *spreads*, isto é, cobram taxa de empréstimos e pagam taxa de aplicação.

Existem diversas modalidades de crédito disponíveis pelo sistema bancário para atender os agentes econômicos, principalmente, as pessoas físicas, foco deste trabalho.

Através do mercado de crédito, que visa suprir as necessidades dos agentes econômicos, os bancos concedem crédito às pessoas físicas e às empresas. Atualmente, as modalidades de crédito que mais se destacam voltadas para pessoa física são:

- Contas garantidas ou cheque especial: é uma conta com limite de crédito que o banco oferece as pessoas;
- Crédito direto ao consumidor (CDC): esta modalidade é para financiamento de bens e serviços por consumidores, tendo o bem com garantia do financiamento;
- Empréstimo pessoal contraído junto aos bancos: o banco libera um crédito normalmente sem garantia;
- Empréstimo pessoal contraído junto a financeiras: nesta modalidade é aprovado um crédito normalmente sem garantia;
- Crédito consignado: nesta modalidade, o empregador através de convênio com uma instituição financeira, toma dinheiro e repassa ao empregado. O desconto acontece por meio da folha de pagamento. Este tipo de empréstimo pode ser feito para pessoas aposentadas e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social);
- Crediário próprio: nesta modalidade o comércio negocia prazo (parcelas) nas negociações com consumidores;

- Cartão de Crédito: nesta modalidade, a operadora do cartão de crédito libera um limite para ser usado, sendo o pagamento mensal. O não pagamento total da fatura, mensalmente, gera juros.

As instituições financeiras possuem produtos financeiros que são disponibilizados para os poupadores que formam uma reserva para emergência ou independência financeira²⁵.

Segundo Silva (2012) são disponibilizados os investimentos de renda fixa e de renda variável, que são enquadrados em categorias de menor risco e maior risco e, conseqüentemente, geram menores e maiores ganhos dependendo do perfil do investidor. São estes os mais conhecidos:

- Investimentos de renda fixa (ganho pré-definido):
 - Poupança: considerada o investimento mais popular;
 - Certificados de depósito bancário (CDB): pessoa física empresta para o banco;
 - Títulos públicos: empréstimo que a pessoa física faz para o governo;
 - Debêntures: títulos privados emitidos para captar recursos no mercado;
- Investimentos de renda variável (ganho pode sofrer variação):
 - Ações: fatia do capital social de empresa sociedade anônima;
 - Fundos Imobiliários: fundos que aplicam em bens imobiliários;
 - Ouro: metal precioso, negociada na Bolsa de Valores.
 - Previdência privada: plano de previdência.

2.5.1 Juros praticados no mercado financeiro

A taxa de juros é uma das variáveis mais acompanhadas no mercado financeiro e na economia. Gremaud, Vasconcelos e Toneto Junior definem taxa de juros:

Como o que se ganha pela aplicação de recursos durante determinado período de tempo, ou alternativamente, aquilo que se paga pela obtenção de recursos de terceiros (tomada de empréstimo) durante determinado período de tempo (2005, p. 240).

A taxa de juros corresponde, por exemplo, ao custo de um empréstimo ou ao retorno de uma aplicação. Ou seja, se uma pessoa toma emprestados R\$ 100,00 reais hoje, para pagar

²⁵ Independência financeira é quando os ativos que possuímos são capazes de gerar renda mensal suficiente para cobrir todas as despesas do mês (SILVA, 2012).

R\$ 120,00, daqui a um ano, isso significa que daqui a um ano irá pagar mais \$ 20,00 de juros sobre o empréstimo, sendo a taxa de juros de 20% ao ano. O mesmo está valendo para uma aplicação financeira.

Na Matemática Financeira estuda-se a capitalização simples e composta, popularmente, como juros simples e juros compostos. Os juros simples, pela sua facilidade, são comumente utilizados em operações financeiras de curtíssimo e curto prazo (de um dia a um mês), sendo calculados sempre sobre o capital original. Já os juros compostos, segundo Hoji (2007), são pagos a cada período de capitalização ou no final do prazo da operação, sendo que os juros não pagos são somados ao capital, para gerar novos juros.

Quando se trata de financiamento, existem formulações matemáticas tais como a tabela Price, SAC (sistema de amortização constante) e SACRE (Sistema de amortização crescente) que diferem na forma de amortização de dívida, porém este trabalho não tem o propósito de apresentar teorias e fórmulas.

Quando a economia de um país e as taxas de juros vigentes são baixas, os juros simples são muito utilizados nas transações, mas quando se trata de taxas de juros muito altas, em economias como a do nosso país durante os últimos anos, os juros compostos passam a ter especial significado nas transações a prazo e são bastante utilizados, segundo afirma Ewald (2009).

A taxa de juros Selic, ditada pelo Banco Central, vem subindo gradativamente. Este aumento tem impacto natural nos juros bancários, já que uma Selic maior encarece a captação de recursos dos bancos.

Um levantamento da ANEFAC (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) mostra que os juros ao consumidor, cobrados pelos bancos, cresceram mais que a Selic. Os do cartão de crédito são os mais caros do país. Por exemplo: a taxa Selic, em março de 2013, eram 7,3% e em agosto de 2014, eram 11% ao ano, equivalendo um aumento de 3,7%. Os juros médios de empréstimos em março eram 87,9% e, em agosto, subiram para 102,4%, refletindo um aumento de 14,5%. Demonstrando assim um aumento bem maior do que o aumento do juro básico, conforme informação disponibilizada na REVISTA EXAME (2014).

Para cada modalidade de crédito, existe um percentual de juros praticado pelo sistema bancário. A seguir, será apresentada a taxa média de juros praticada no mês de novembro de 2014, visando demonstrar a variação de juros praticados em função de cada modalidade:

Linha de crédito	Taxa mês	Taxa ano
Cartão de crédito	10,78%	241,61%
CDC – bancos financiadores de automóveis	1,80%	23,87%
Cheque especial	8,50%	166,17%
Empréstimo pessoal – bancos	3,47%	50,58%
Empréstimo pessoal – financeiras	7,28%	132,39%
Juros Comércio	4,65%	72,53%

Quadro 5 – Taxa de juros (média) para pessoa física praticada em outubro de 2014
Fonte: Adaptado de ANEFAC (2014)

Conforme explicitado no quadro acima, conclui-se que os juros concernentes a cartão de crédito e cheque especial são os maiores. Sequencialmente, está o empréstimo pessoal feito através de financeiras que cobram juros maiores, para a mesma modalidade, quando adquirida de uma instituição financeira. Os juros cobrados no sistema bancário são na modalidade composta, isto é, juros sobre juros.

A falta de educação financeira tem levado boa parte das famílias a se endividarem, a pagarem juros exorbitantes, a perderem o controle do fluxo de caixa, a deixarem de honrar os compromissos acordados e ainda terem seus nomes incluídos no banco de dados de órgãos de serviço de proteção ao crédito.

Segundo dados divulgados pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio (CNC), o percentual das famílias brasileiras endividadadas ficou em 63,6% em agosto de 2014. A pesquisa ainda aponta que entre os tipos de dívidas, o cartão de crédito lidera com 75,8% dos endividados, o que preocupa devido o valor dos juros cobrados quando o consumidor não paga integralmente o valor da fatura mensal. Cerca de 19,20% das famílias pesquisadas estão inadimplentes.

Quando as dívidas dos consumidores são compatíveis com sua renda, a economia do país se mantém estabilizada. Porém, certo grau de endividamento das famílias, que compromete a renda com dívidas acrescidas de juros, pode comprometer o poder de compra do consumidor, e ele não poderá assumir novos compromissos devido ao endividamento já assumido. Assim a economia do país pode ser impactada.

A elaboração do planejamento financeiro e do orçamento pessoal pode auxiliar na projeção dos gastos e das receitas preparando as pessoas para se tornarem disciplinadas, evitando, assim, o endividamento e o pagamento de juros.

2.6 Planejamento financeiro e o orçamento pessoal

Cherobim (2011) define que planejamento financeiro é uma reunião sistematizada de informações que nos permite avaliar a realidade, estabelecer procedimentos e identificar caminhos que nos permitam chegar a um determinado fim.

Sendo assim, o planejamento precisa ter objetivos, metas, sonhos a serem realizados.

Uma vez estabelecidos os objetivos de curto, médio e longo prazo, é necessário fazer o diagnóstico da situação atual: fontes de renda, características familiares que levam ao aumento ou diminuição dos rendimentos e características familiares que levam a um perfil de despesas e capacidade de poupança (CHEROBIM, 2011, p.30).

O planejamento financeiro é fundamental e o orçamento doméstico é o principal instrumento para fazer o planejamento para hoje, amanhã e dias futuros. Segundo Ewald (2009), é uma ferramenta para se planejar as receitas e despesas.

Cerbasi (2009) afirma que o orçamento financeiro se traduz em gastar menos do que se ganha e investir a diferença, mantendo um controle regular dos ganhos e gastos.

Silva (2012), afirma que é impossível manter o fluxo de caixa positivo, ou seja, renda maior que gastos, quando não se controla entradas e saídas de recursos.

A falta de conhecimento sobre administração do orçamento e do controle de gastos e a realidade econômica podem desencadear a necessidade de se desenvolver nos alunos universitários habilidades que possam auxiliá-los na administração de suas finanças de forma consciente.

Ewald (2009) menciona que o orçamento doméstico é o retrato das receitas e despesas de todos os membros envolvidos na vida cotidiana. O orçamento bem elaborado dará suporte para não gastar mais que se ganha. O conhecimento das receitas e despesas mensais de forma adequada é essencial para o planejamento e a boa parte das pessoas não tem este conhecimento ou não considera como necessário.

Macedo Junior (2010) afirma que poucos brasileiros têm o hábito de colocar no papel suas receitas e despesas. A falta de hábito de anotar todos os gastos é uma das dificuldades de equilibrar ganhos e despesas. Isto porque o simples ato de fazer anotações promove a reflexão a respeito do que se vai gastar.

O orçamento pode ser preparado de diversas formas: um simples caderno de anotações, planilha eletrônica, aplicativos utilizados em *smartphones* e *tablets*.

O orçamento doméstico é formado por receitas (salários, comissões, juros, aluguéis, bônus) e por despesas fixas e variáveis, como: moradia, alimentação, educação, transporte, saúde, vestuário, lazer, dívidas, investimentos, reserva para gastos futuros, entre outros.

Elaborar um orçamento significa um plano de gastos e poupança. A organização das contas, na concepção de Macedo Junior (2010) demonstrará a saúde financeira e os hábitos de consumo, além de permitir cortar desperdícios, apontar os gastos supérfluos, por fim, poderá apontar para onde vai o dinheiro.

Pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)²⁶ apontou que somente 18% dos entrevistados têm conhecimento total sobre o fluxo de receitas e despesas no orçamento pessoal. A maioria, ou seja, 71% têm apenas conhecimento parcial de suas finanças, e 10% têm baixo ou nenhum conhecimento. Ao contrário do que o senso comum possa imaginar, não há diferença significativa entre as classes sociais. Entre os que têm renda domiciliar de até R\$ 1.330, o conhecimento pleno é de 16%, somente 15% dos que ganham entre R\$ 1.331 e R\$ 3.140 apresentam total conhecimento sobre as próprias contas e dentre os que têm renda acima de R\$ 3.141, o percentual sobe, um pouco mais, para 23%.

A pesquisa demonstrou que, mesmo entre os que sabem pelo menos um pouco sobre suas finanças (controle total ou parcial das contas), há uma parcela significativa (28%) de pessoas que não utiliza um método organizado e faz o controle financeiro apenas de cabeça.

Na lista dos métodos de controle financeiro mais citados, ferramentas manuais como caderno de anotações, agenda e papel aparecem em primeiro lugar com 38% na pesquisa. Em seguida vem a planilha de computador, com 32%. Uma reduzida parcela de apenas 2% dos entrevistados afirmam que a tarefa de controlar as finanças é feita por terceiros.

Os gastos são influenciados em função da necessidade do ser humano. O uso do planejamento financeiro pode auxiliar a repensar o consumo e decidir entre o necessário e o desnecessário.

2.7 Necessidade x consumo e o endividamento pessoal

Sandroni (2010) define consumo como a utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa. Mediante as necessidades sejam individual ou

²⁶ O estudo foi realizado com 656 consumidores em todas as capitais brasileiras. Divulgado em janeiro de 2014.

social, as pessoas consomem. Gastos ligados à moradia, alimentação, vestuário, transporte, educação, lazer, saúde são consumos básicos e todos têm estas necessidades.

Atualmente, a prática mercadológica típica da sociedade capitalista moderna ou sociedade de consumo é, segundo Sandroni (2010), levar o consumidor, mediante a máquina publicitária e todas as técnicas de *marketing*, a sentir necessidade de consumir aquilo que é produzido.

A sociedade de consumo caracteriza-se pela produção e pelo consumo ilimitado de bens duráveis, sobretudo de artigos supérfluos. Tolotti (2007) menciona que o consumismo é criticado por mercantilizar toda a atividade humana, suas necessidades materiais e espirituais.

Os comerciais, por exemplo, são espetaculares e envolventes, pois a criatividade, aliada ao *marketing* é uma manifestação artística. É agradável apreciar qualquer expressão de arte, mas, para Tolotti (2007) é necessário manter um distanciamento, pois os comerciais são representações e não tradutores de sonhos.

O *marketing* é feito no sentido de assegurar o consumo e, alinhando-se conseqüentemente ao sistema capitalista que visa o lucro, o consumo, a acumulação de capital, a produção e o trabalho contínuo. Assim, o consumo no capitalismo é necessário para que o sistema funcione, mesmo porque na atualidade as pessoas que não consomem, se sentem excluídas da sociedade de consumo.

Atualmente, muitas pessoas estão voltadas em acompanhar lançamentos de roupas, acessórios pessoais, produtos eletrônicos, carros e calçados. O imperialismo da moda, da globalização e da internet têm encantando o ser humano, levando-o a consumir de forma ilimitada. As empresas estão inovando constantemente seus produtos e serviços e os apresentam através da mídia e da internet, com propagandas audaciosas e chamativas. Existe uma corrida frenética, por parte por jovens e adolescentes, para comprar lançamentos e novidades.

Ao adquirir um objeto, as pessoas precisam estar conscientes se realmente querem ou apenas o desejam. A publicidade, hoje, faz de tudo para que as pessoas transformem seus desejos não só num simples querer, mas em verdadeira necessidade, conforme afirma Macedo Junior (2010).

Ausência de desejo pode significar, muitas vezes, ausência de vida e de alegria. O problema não está no desejo em si, está no desejo que extrapola os limites do bom senso, tornando-se excessivo e ser causa de problemas. A compra por impulso, segundo Martins

(2004), é uma compra desnecessária e, em muitos casos, é paga com dinheiro que a pessoa não tem para adquirir o bem desejado.

Um gasto desnecessário é aquele feito por impulso, muitas vezes influenciado pelo *marketing*, que usualmente tenta atingir a fragilidade íntima das pessoas, fazendo-as buscarem nos objetos a solução para tal situação. Por esta razão, o sexo feminino é, quase sempre, mais propenso à compulsão por compras que o masculino. Bugarim et al (2012), afirmam que um item desnecessário é algo que você compra, mesmo sem saber quando terá oportunidade de utilizá-lo, ou seja, não é algo que você precisa ou que supre uma necessidade básica.

Estudo²⁷ do SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) divulgado em maio de 2014 demonstrou que 52% dos brasileiros compram por impulso. Descontos e promoções são os principais motivos das compras por impulso, e foram mencionados por 50% dos entrevistados. Apenas 2% dos consumidores dizem ter sido vítimas da própria ansiedade no ato da compra. E menos ainda (1%) afirmam ter sido influenciados por campanhas publicitárias. Roupas e calçados são os maiores responsáveis pelos momentos de descontrole e, segundo a pesquisa, 29% das pessoas assumiram comprar roupas por impulso, e calçados representam 19% das compras sem planejamento. Eletrônicos e celulares aparecem em seguida, nas respostas de 18% dos entrevistados, seguidos por perfumes e cosméticos, com 12%.

O século XX foi o século do consumo. A expansão das despesas com o consumo chegou a níveis extraordinários, jamais imaginados. E o século XXI continua a apontar na mesma direção. Tudo na sociedade contemporânea gira em torno do ato de consumir e não se veem perspectivas imediatas de superação desse modelo civilizatório em crise (BRASIL, 2013).

D'Aquino (2008) enfatiza que independentemente da origem do dinheiro, os hábitos, costumes e excentricidades, que evidenciam a ostentação do dinheiro, sempre existiram e a ética do consumo está mais intensa nos dias de hoje. A autora afirma que a distorção de identidade, onde se pretende convencer os outros de quem se é a partir daquilo que se consome, impera na atualidade.

A fórmula que passa na mente das pessoas é: sucesso = consumo = *status*. Na sociedade capitalista meritocrática, a estima ou o amor da sociedade é distribuído àqueles que têm sucesso. Isso ocorre porque atribuir *status* é uma das formas que as sociedades têm para direcionar os esforços de seus

²⁷ A conclusão é de um estudo realizado nas 27 capitais pelo portal de educação financeira Meu Bolso Feliz em parceria com o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil).

indivíduos e, também, para que estes dediquem sua vida a fazer aquilo que beneficiará a sociedade (MACEDO JUNIOR, 2010, p.17).

As pessoas passaram a acreditar que o mais importante é ter e não ser. A aparência, *a priori*, é mais importante do que o a própria realidade. Atualmente, muitas pessoas assumem uma posição que não podem sustentar, parecendo ter, mas na realidade não têm. E segundo Tolotti (2007) acabam entrando no circuito do endividamento e, portanto, grande parte das dívidas é causada necessidade de parecer ser alguém que não é.

Um relatório produzido pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pelo portal de educação financeira Meu Bolso Feliz conclui que a principal utilidade do crédito oferecido ao consumidor brasileiro é a satisfação de desejos de consumo de curto prazo, como roupas e sapatos (63% do total), eletrônicos (58%) e eletrodomésticos (44%). Além disso, há uma inclinação maior do brasileiro para financiar mercadorias supérfluas.

Os estudos realizados pelo SPC Brasil (2015) mostram que o consumidor tem usado empréstimos para comprar mercadorias que não podem ser consideradas itens de necessidade. Além disso, em muitos casos, a compra financiada se concentra em itens de valor mais baixo, que poderiam ser pagos a vista. O perfil de consumo do brasileiro tem como característica a compra imediatista. O estudo relata ainda que 19% dos entrevistados admitiram ter o hábito de comprar produtos desnecessários, porque o parcelamento está disponível, percentual que aumenta entre os mais jovens. O relatório do SPC Brasil foi gerado a partir da análise de quatro pesquisas sobre o perfil do consumo do brasileiro divulgadas, pela empresa, ao longo de 2014.

O consumo desenfreado pode levar ao endividamento. Assim fatores que facilitam o crédito como longos parcelamentos, o uso do cartão de crédito e o acesso à internet, que atualmente oferece uma vasta variedade e disponibilidade de itens, podem acarretar endividamento²⁸.

O percentual de endividados é tão alto, que a sociedade o absorve como um padrão natural e legítimo enfatiza Tolotti (2007). As pessoas acreditam e reproduzem a ideia de que é insuportável ficar sem um objeto que as satisfaça, e creem ser mais fácil suportar o endividamento do que a falta de algo.

Tolotti (2007) elenca que o endividamento pode ocorrer em dois aspectos: o racional e a interferência afetiva.

²⁸ Para Tolotti (2007), uma pessoa pode ser considerada endividada quando não consegue cumprir seus compromissos financeiros e possui um atraso que oscila entre 1 mês e 3 meses.

Do ponto de vista racional, objetivo ou concreto, a dificuldade está concentrada na falta de conhecimento financeiro, e consequentemente, na má gestão dos rendimentos. Quanto às interferências afetivas, o endividamento é um provável reflexo de insatisfações e sofrimentos, traduzidos pelo consumo desenfreado, ou seja, por incessantes atos de compra (TOLOTTI, 2007, p. 78).

No aspecto racional, a educação financeira cumprirá o papel de orientadora, deixando que cada pessoa utilize as técnicas, por ela consideradas como eficazes na gestão das finanças pessoais.

Já no aspecto afetivo, alguma motivação inconsciente leva a pessoa ao endividamento, mesmo que ela tenha o conhecimento financeiro. Tolotti (2007) afirma que toda escolha financeira possui uma vontade consciente e uma motivação inconsciente. A autora esclarece que um endividado não está preso somente ao bolso, mas também pela mente. Apenas combatendo esses dois aspectos é que se conseguirá, realmente, romper com a cultura do endividamento.

Ao considerarmos a relação Psicologia – Economia, podemos perceber que a parte emocional está presente. As pessoas têm desejo de comprar, mesmo sem ter dinheiro disponível para efetuar uma compra. Então, ela recorre ao crédito, que na sua maioria cobra juros relevantes. O fato de atender aos anseios da compra “desnecessária” é suficiente para que a pessoa possa sentir seu desejo realizado, mesmo que momentaneamente. Ainda que dívida contraída venha causar transtornos, caso não seja quitada no vencimento.

Zagury (2006, p.29) ao diferenciar necessidades de desejos, afirma ser possível criar limites:

Necessidade é algo inevitável, algo que, se não atendido, pode levar o indivíduo a ter problemas sérios no seu desenvolvimento, seja físico, intelectual ou emocional. Desejo é a vontade de possuir algo, de realizar algo, que pode ou não ser importante para o desenvolvimento. Está mais vinculado ao prazer.

A compreensão do mundo econômico requer das pessoas uma construção sistêmica do modelo socioeconômico em que estão inseridos e, segundo Coria et al (2005), implica em desenvolver competências, atitudes e hábitos de consumo.

A Psicologia Econômica vem sendo estudada no Brasil, porém Tobias e Cerveny (2012) relatam que se trata de um estudo ainda incipiente. Esta psicologia está voltada para a questão da socialização econômica e à educação financeira oferecidas às crianças, aos adolescentes e aos adultos, nas diversas áreas do ciclo vital da família.

Coria et al (2005) define a socialização econômica ou alfabetização econômica como um processo de aprendizagem dos padrões de interação com o mundo econômico, por meio da interiorização de conhecimentos, habilidades, estratégias, padrões de comportamentos e atitudes sobre o uso do dinheiro e seu valor na sociedade. Vários agentes estão envolvidos neste processo, porém os autores consideram a família como principal deles.

Sendo uma subárea da Psicologia Econômica, a Psicologia do Dinheiro dispõe-se a estudar de forma multidisciplinar os comportamentos monetários dos indivíduos, suas irracionalidades no uso do dinheiro e, ainda, segundo Meirelles (2012), o entendimento das relações entre as pessoas, as famílias e os efeitos da transmissão de valores e crenças entre as gerações.

O aprendizado a respeito de decisões financeiras e de habilidades econômicas poderá ajudar as pessoas a economizar, a terem uma postura crítica que as possibilitem atuarem como cidadãos conscientes e não como meros consumidores.

Tobias e Cerveny (2012) consideram que a educação financeira pode ser realizada por meio de técnicas e estratégias a serem adotadas na família, na escola, na universidade, na comunidade, na religião, enfim, em todos os ambientes que as pessoas circulam, desde a fase infantil até a fase adulta.

Prado (2013) esclarece que educar para o dinheiro não é condenar o consumo, mas doutrinar para a poupança. É estimular a organização pessoal para que desejos de consumo não extrapolem limites. É exercitar a disciplina para ter qualidade de consumo por toda a vida, não apenas como recompensa de sacrifícios presentes.

A educação financeira inserida no cotidiano dos estudantes da graduação dará suporte ao futuro do cidadão, tornando-o consciente e apto para administrar sua vida financeira e ter consumo equilibrado, com menos desperdício, para que ele possa, até mesmo, viver, no meio ambiente, de forma mais sustentável.

Nesta perspectiva, a Matemática Financeira também participa do processo da educação financeira. Mesmo que de forma simplista, as pessoas utilizam cálculos rotineiramente, para terem, por exemplo, uma noção de quanto gastaram em um determinado período de tempo, na aquisição de um bem analisando a vantagem de optar por uma compra parcelada ou à vista.

2.8 O papel da Matemática Financeira na educação financeira

Historicamente, a Matemática Financeira, esteve muito ligada ao conceito e ao significado de comércio, bancos, dinheiro, juros, descontos, porcentagem.

No início da civilização, conforme destacado por Robert (1989) no decorrer de dezenas de milhares de anos, não havia a troca comercial. Os homens da sociedade primitiva viviam e se desenvolviam sem ter a menor noção sobre o dinheiro.

Sá enfatiza que:

“As primeiras manifestações da matemática em nossa civilização, verificadas por meio de milhares de tábulas de argila, papiros ou pergaminhos encontrados em escavações arqueológicas, denotam uma preocupação essencialmente prática e operacional, decorrente muitas vezes de mensurações e situações do cotidiano. Muita matemática existia há mais de 1.500 anos antes de Cristo, com os babilônios, por exemplo, só que sem qualquer preocupação com demonstrações ou generalizações. O que havia eram processos práticos, como receitas aplicáveis a determinadas situações particulares” (2012, p.43).

Ainda segundo este autor:

Algumas dessas tábulas demonstram que os antigos sumérios²⁹ estavam familiarizados com alguns tipos usuais de contratos legais, como: faturas, recibos, hipotecas, crédito, juros simples e compostos. Os cálculos envolvidos na solução desses problemas eram escorados em tabelas numéricas que, por meio de técnicas específicas, como a regra da falsa posição ou dupla falsa posição (interpolação linear), substituíam os cálculos que, muito mais tarde, passaram a ser feitos com auxílio dos logaritmos (SÁ, 2012, p.43).

A partir do século XV, muitos países, dentre eles a Holanda, a Espanha e, posteriormente, a Inglaterra no século XVII, assumiram a liderança do comércio. Intensificaram o transporte marítimo para suas mercadorias, devido ao fato deste tipo de transporte oferecer maior segurança, evitando assim saques aos negociantes e, portanto, tornaram-se líderes do comércio por vias marítimas. Robert (1989) destaca que essa transformação deu-se em razão do grande achado geográfico constituído pela descoberta do caminho marítimo para a Índia e, sobretudo, pela descoberta do Novo Mundo, a América.

Robert (1989) explica que devido ao comércio de mercadorias, surge também o comércio do próprio dinheiro (ouro e prata). Com o aumento do comércio internacional, as moedas dos países eram trocadas, e ao passar as fronteiras, a quantidade de ouro de cada moeda, se tornava muito importante, pois o país comprador pagava com sua moeda uma soma equivalente à quantidade de ouro contida na moeda do país vendedor.

²⁹ Habitantes da região histórica habitada, no sul da Mesopotâmia, atual sul do Iraque e Kuwait.

Surgiram então os guardadores de moeda, que se dedicavam a atividade de troca ou câmbio de dinheiro. Com o tempo, passaram a guardar e a emprestar dinheiro. Como o dinheiro ficava em poder destes comerciantes, eles começaram a emprestar e, assim, a obter lucro. Sendo que ao devedor cabia devolver o dinheiro no prazo estipulado com um valor adicional chamado juro. Desse modo, os guardadores passaram a obter ganho e receberam a denominação de banqueiros, porque, segundo Robert (1989), para fazerem seus negócios, os guardadores de moeda ficavam sentados em bancos.

Vasconcellos e Garcia (2005) lembram que a partir do século XVII, surgem os bancos comerciais privados, os quais começaram a emitir notas ou recibos bancários que passaram a circular como moeda, dando origem ao papel-moeda, e que alguns desses bancos receberam o privilégio de monopolizar a emissão das notas bancárias.

O desenvolvimento dos bancos e os cálculos da Matemática Comercial e Financeira estão interligados, sendo considerados os grandes responsáveis pelo avanço destas matemáticas. São os cálculos de juros compostos e dos sistemas de financiamento que definem a forma de amortização das dívidas (Tabela Price e Sistema de Amortização Constante).

Devido o aumento da atividade comercial e o surgimento de preparar pessoas para a Matemática Financeira e Comercial, surgem textos de aritmética³⁰.

Como consequência do interesse pela educação e do crescimento enorme da atividade comercial no Renascimento, começaram a aparecer muitos textos populares de aritmética. Três centenas desses livros foram impressos na Europa antes do século XVII. Essas obras eram de dois tipos, basicamente aquelas escritas em latim por intelectuais de formação clássica, muitas vezes ligados a escolas da Igreja, e outras escritas no vernáculo por professores práticos interessados em preparar jovens para carreiras comerciais. Esses professores muitas vezes também prestavam serviços como topógrafos, notários e coletores de impostos (EVES, 2011, p.299).

A mais antiga aritmética impressa é a anônima e hoje extremamente rara – a Aritmética de Treviso, publicada em 1478, na cidade de Treviso, localizada no caminho que liga Veneza ao norte. Trata-se de uma aritmética amplamente comercial, dedicada a explicar a escrita dos números, a efetuar cálculos com os números e que contém aplicações envolvendo sociedades e escambo. Como os “algoritmos” iniciais do século XIV, ela também inclui questões recreativas, segundo Eves (2011). Este foi o primeiro livro de matemática a ser impresso no mundo ocidental.

³⁰ A palavra aritmética em português provém do grego *arithmós* que significa números.

No Brasil, a partir do início do século XIX, a introdução da Matemática Financeira deve-se, principalmente, à fundação de Escolas de Comércio, Ciências Contábeis e Administração e às Faculdades de Ciências Contábeis. Antes do início dos anos de 1970, prevalecia um ensino de Matemática Financeira ou Comercial amparado em tabelas financeiras ou em tábuas de logaritmos.

A Matemática Financeira busca quantificar as operações que ocorrem no mundo financeiro levando em conta a variável tempo, ou seja, o valor monetário no tempo (*time value money*). As principais variáveis envolvidas no processo de quantificação financeira são a taxa de juros, o capital e o tempo.

As técnicas de se calcular o valor do dinheiro no tempo são muito usadas no planejamento financeiro pessoal, segundo Gitman (2010), porque possibilitam calcular o valor da poupança em certa data futura e estimar a quantia que precisa hoje para acumular um montante determinado também numa data futura.

A Matemática Financeira é necessária e se faz presente no cotidiano das pessoas, mesmo que elas não estejam totalmente instruídas ou preparadas para efetuar cálculos, uma vez que as questões financeiras sempre estiveram no centro das preocupações humanas.

O que se tem observado é que os conteúdos ministrados na disciplina de Matemática Financeira, no Ensino Básico, não abordam os números para o uso cotidiano, no enfrentamento dos problemas e, portanto, não possibilita que os alunos possam utilizar os recursos e instrumentos úteis à solução de problemas de seu cotidiano. O estudo matemático tem se tornado rotineiro e desmotivador, levando muitos alunos a não terem interesse pela disciplina e a se sentirem totalmente avessos ao tema, atitudes que acarretam um alto índice de reprovação.

Nesta perspectiva, Martins enfatiza que:

Uma criança passa nove anos no ensino fundamental, três anos no ensino médio e, durante esses doze anos de educação básica, é obrigada a memorizar nomes e datas de pouca utilidade na vida real. Em pouco tempo tudo, ou quase tudo, é esquecido. Nesses doze anos, o aluno não estuda noções de comércio, economia, finanças ou impostos. O sistema educacional ignora o assunto “dinheiro”, algo incompreensível, já que a alfabetização financeira é fundamental para ser bem-sucedido em um mundo complexo (2004, p.5).

O tema Educação Financeira, através da Estratégica Nacional de Educação Financeira (ENEF), se tornou política pública e será inserido na grade curricular das escolas públicas do Ensino Médio brasileiro, a partir de 2015.

Nessa proposta, a Educação Financeira é entendida como um tema transversal, que dialoga com as diversas disciplinas do Sistema de Educação no Ensino Médio e Fundamental e, ao ser desenvolvida em sala de aula, possibilita ao estudante compreender que seus sonhos podem se tornar realidade, segundo dados da ENFE (s.d.).

Vieira (2010) enfatiza que a Matemática Financeira torna-se relevante por vários motivos, como: contribuição no desenvolvimento de um olhar mais amplo e indagador, que conduz ao raciocínio crítico em situações cotidianas, como operações de crédito e investimento; auxílio na formação do cidadão consciente, pois à medida que aumenta a capacidade de análise em situações financeiras, possibilita decidir entre comprar a vista ou a prazo, identificar descontos em sistemas de financiamento, estimar o crescimento do capital investido, comparar o valor do que é anunciado e o que de fato é cobrado em compras a prazo; ajuda o consumidor a ter condições mais efetivas de exercer a cidadania; além do indivíduo ter mais clareza de seus direitos, por saber a Matemática envolvida nessas situações.

A Matemática Financeira, na Educação Financeira, pretende contribuir para o desenvolvimento dos temas voltados às finanças pessoais, orçamento doméstico e planejamento financeiro. Contribui, ainda, para o desenvolvimento de competências complexas, tais como: poupar, economizar, investir, planejar, criticar, interpretar, consumir de forma consciente e tomar decisões na vida financeira.

Quando se trata de números, a Matemática Financeira se apresenta como um conhecimento de grande aplicabilidade para auxiliar na Educação Financeira. Porque, para gerir as finanças (entradas e saídas de dinheiro, poupança e investimentos) sejam elas, pessoais ou familiares, é necessário executar tarefas tais como contar, somar, reduzir, comparar, orçar, isto é, operar com quantitativos. Os cálculos relativos aos rendimentos auferidos, pagamentos, retorno de investimentos, gastos e poupança são experiências corriqueiras e que fazem parte da vida das pessoas.

2.9 Poupança e Investimento

Para ter um fluxo de caixa positivo, as receitas precisam ser maiores do que os gastos, ou seja, as entradas de dinheiro precisam ultrapassar as saídas.

A reserva de emergência ou colchão de segurança, conforme Silva (2012), é a reserva de valor em um investimento com liquidez imediata, visando proteger a família de uma

emergência, como a perda de emprego, uma doença, necessidade, ou outro evento não esperado.

Para Macedo Júnior (2010) o dinheiro poupado é como uma semente e, portanto, é preciso regá-lo. Poupar é guardar dinheiro e investir é fazer o dinheiro poupado render.

De acordo com Maia Junior (2014), o Brasil tem uma taxa de poupança doméstica relativamente baixa. Um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas apontou que o Brasil poupou de 2010 a 2013, o equivalente a 14% do PIB (Produto Interno Bruto). O percentual poupado na China é de 52% do PIB. O índice exagerado chinês é resultado da medida de um incentivo forçada à população. Como não existe um sistema de previdência social, os chineses precisam guardar parte do salário, para prover o sustento na velhice ou quando ficarem desempregados.

O Brasil apresenta outra realidade e o brasileiro não se preocupa com o amanhã. Na história recente do Brasil, o estímulo aos gastos, com medidas como os cortes de impostos de produtos industrializados, tais como, geladeiras e carros e a ampliação de crédito, na concepção de Maia Junior (2014) tem sido superior à indução a poupar. Faltam incentivos para poupar e o governo não dá exemplo e, pior que isso, encoraja as pessoas a gastar.

Um levantamento feito pela consultoria Nielsen apontou que os povos asiáticos são os que mais poupam, visando moradia, educação e aposentadoria. O estudo fez 30.000 entrevistas, em 60 países. De acordo com a pesquisa, na Ásia 39% dos trabalhadores entrevistados, economizam para a aposentadoria. Na América Latina, conforme dados da Revista Exame (2014), este percentual cai para 32%.

Existem diversas formas de aplicar o dinheiro poupado, dentre elas, os investimentos disponíveis no mercado financeiro, a abertura do próprio negócio e a compra de imóveis.

Segundo Silva (2012), no mercado financeiro são disponibilizados os investimentos de renda fixa e de renda variável, que são enquadrados em menor risco e maior risco, gerando, conseqüentemente, menores e maiores ganhos dependendo do perfil do investidor. São estes os mais conhecidos:

- Investimentos de renda fixa (ganho pré-definido):
 - Poupança: considerada o investimento mais popular;
 - Certificados de depósito bancário (CDB): pessoa física empresta para o banco;
 - Títulos públicos: empréstimo que a pessoa física faz para o governo;
 - Debêntures: títulos privados que são emitidos para captar recursos no mercado;
- Investimentos de renda variável (ganho pode sofrer variação):

- Ações: fatia do capital social de empresa sociedade anônima;
- Fundos Imobiliários: fundos que aplicam em bens imobiliários;
- Ouro: metal precioso, negociada na Bolsa de Valores.
- Previdência privada: plano de previdência

O investimento em imóveis, tanto residencial como comercial, é um dos mais tradicionais no Brasil. Outra forma de investir é abrir um negócio. Em todos os investimentos é necessária uma definição clara dos objetivos, disciplina e conhecimento especializado.

O perfil do investidor pode ser definido em conservador, moderado e agressivo. Silva (2004) descreve os perfis da seguinte forma:

- Perfil Conservador: significa investir onde existe risco praticamente zero para o investimento (renda fixa);
- Perfil Moderado: significa aceitar alguns riscos para que se obtenha uma rentabilidade maior: parte fixa e parte variável;
- Perfil Agressivo: significa aceitar mais riscos, poderá perder grande parte do dinheiro investido ou obter excelentes lucros.

Tolotti (2007) lembra que, até a Idade Média, era aceitável ter patrimônio parado. Há muito tempo o dinheiro deixou de ser algo estático. Antigamente, a riqueza era medida pela quantidade de terras, uma vez que estas produziam, praticamente, todas as mercadorias de que as pessoas necessitavam. Igualmente, o ouro e a prata acumulados retratavam o grau de riqueza das pessoas. Atualmente, a mobilidade e a rapidez são realidades que determinam a forma de lidar com os investimentos financeiros. Para a autora ser adepto da mobilidade e não ter resistência à mudança são algumas habilidades dos bons investidores.

Investir não é simplesmente poupar. É necessário administrar com eficiência para que haja um bom resultado e, para isso, as pessoas precisam conhecer os conceitos financeiros que as conduziram à obtenção de resultado positivo. O caminho para adquirir conhecimento é a educação financeira, que capacitará as pessoas para escolher a melhor forma de gerir seus bens.

2.10 Ciclo da vida financeira

O ciclo da vida financeira de um brasileiro, conforme Hoji (2010) possui duas fases: o período de acumulação de patrimônio e o de aposentadoria. Uma pessoa tem prazo de 40 anos

para acumular patrimônio e de 20 anos para desfrutar deste mesmo patrimônio. Baseado nos dados dos IBGE, divulgados em 2013, a expectativa de vida média de um brasileiro era de 74,8 anos, isto é, 74 anos, 9 meses e 18 dias, sendo 71,3 anos para homens e 78,5 anos para mulheres.

A figura abaixo mostra o ciclo da vida financeira de um jovem com cerca de 22 anos de idade, embora muitos comecem a trabalhar antes, após a conclusão do ensino superior. Observa-se que as despesas são maiores no início, pois existem os gastos com a constituição da família, casamento, nascimento dos filhos, educação dos filhos, compra de imóvel, continuidade da educação do casal (especialização). Com isto, no início da acumulação do patrimônio, a família provavelmente estará endividada e sem patrimônio. Na meia-idade ainda ocorrerá gastos com educação dos filhos até que estes concluam o nível superior. Os gastos ainda vão existir durante boa parte da acumulação do patrimônio. Portanto, segundo Hoji (2010) o quanto antes os jovens iniciarem a poupança, mais cedo poderão obter sua independência financeira.

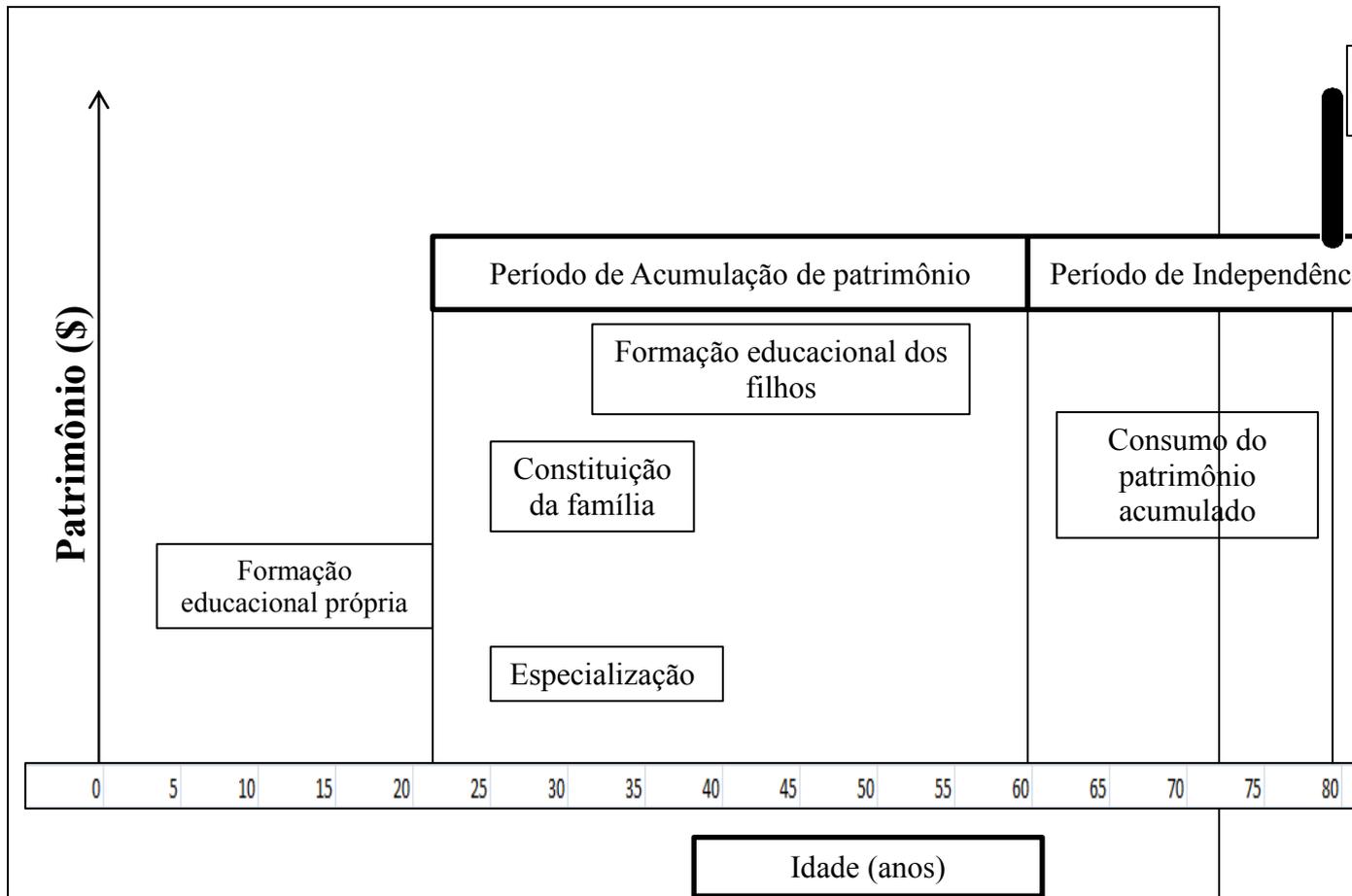


Figura 1 - Exemplo de Ciclo de vida financeira

Fonte: Hoji (2010)

Conforme demonstrado na figura 1, a acumulação de patrimônio acontece no decorrer dos anos em que o ser humano está trabalhando ativamente e os ativos que são adquiridos serão suficientes para gerar renda e cobrir todos os gastos na fase da aposentadoria. Na fase do consumo do patrimônio acumulado, os rendimentos acobertarão as despesas de alimentação, viagens, moradia, transporte, lazer, vestuário principalmente saúde. A atitude de se planejar para a terceira idade precisa iniciar desde cedo, já que as ações primordiais serão aplicadas ao longo dos anos para que se possa ter tranquilidade no momento da aposentadoria.

Durante décadas, o brasileiro foi levado a acreditar que o governo tomaria conta de todos os cidadãos na fase denominada de terceira idade. O sistema previdenciário está perdendo a arrecadação, o número de beneficiários estão aumentando e a expectativa de vida vem subindo. Constata-se que, a população brasileira em 2050, será a mais velha do planeta e o índice de envelhecimento aponta para mudanças na estrutura etária. Em 2008, para cada grupo de 100 crianças de 0 a 14 anos, existiam 24,7 idosos de 65 anos ou mais. Em 2050, o quadro mudará, e para cada 100 crianças de 0 a 14 anos existirão 172,7 idosos, segundo dados do IBGE³¹ (2008).

O número de pessoas no Brasil, com idade acima de 60 anos, continua crescendo: de 12,5% da população, em 2012, passou para 13% no ano de 2013. Já são 26,1 milhões de idosos no país, conforme informação do IBGE (2014). O aumento da população de idosos e grande déficit no sistema de aposentadorias apontam para a existência de um risco considerável, de que a aposentadoria não venha atender totalmente às necessidades do brasileiro, futuramente, na proporcionalidade das contribuições que são depositadas enquanto a pessoa está trabalhando.

Assim, a dependência exclusivamente do sistema previdenciário no momento da aposentadoria pode acarretar dissabores no momento em que o cidadão requerer um benefício para sua sobrevivência.

³¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

3 ESTUDO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS ALUNOS DOS CURSOS DE DIREITO E ADMINISTRAÇÃO DA UEMG - FRUTAL

Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa de campo efetuada Universidade do Estado de Minas Gerais *Campus* Frutal, junto os alunos ingressantes e concluintes, no ano de 2014. Para uma melhor compreensão dos resultados, a análise dos dados foi feita por meio de avaliação estatística, com base no *software* Excel (Microsoft), por meio da tabela dinâmica, comparando os resultados por turma nos cursos de Administração e Direito, de acordo com as variáveis propostas neste trabalho.

A coleta de dados refere-se a uma população finita por amostragem num total de 177 entrevistados e foi realizada durante o mês de novembro de 2014.

As análises serão divididas em: análise de uma variável e análise cruzada, a qual contemplará variáveis dos cursos de Administração e do Direito por períodos.

3.1 Análise de uma variável

Por meio de tabelas, será apresentada a pesquisa quantitativa, seguidamente pela análise qualitativa dos dados extraídos da pesquisa em 3 partes:

3.1.1 Primeira parte: Informações socioeconômicas

Os dados abaixo contemplam o gênero dos universitários da amostra que compõem o objeto da pesquisa.

Tabela 3- Gênero

Sexo	Frequência	%
Feminino	110	62,15
Masculino	67	37,85
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Na amostra, 62,15% pertencem ao gênero feminino, sendo 110 alunas e 37,85% equivalem ao gênero masculino, sendo 67 alunos.

Por meio das informações dispostas na tabela, a seguir, é possível identificar a faixa etária dos universitários.

Tabela 4 - Idade

Idade	Frequência	%
18 a 23 anos	114	64,41
24 a 29 anos	37	20,90
30 a 35 anos	10	5,65
36 a 41 anos	6	3,39
42 a 51 anos	8	4,52
Acima de 52 anos	2	1,13
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Na variável idade, temos 64,41% da amostra com idade entre 18 a 23 anos. Na faixa etária entre 24 a 29 anos encontram-se 20,90% dos entrevistados. De 30 a 35 anos representa 5,65% do total pesquisado. De 36 a 52 anos equivalem 9,04% da amostra.

Já a tabela cinco, demonstrou o estado civil dos universitários, conforme se constata a seguir.

Tabela 5 - Estado Civil

Alternativa	Frequência	%
Solteiro	143	80,79
Casado	22	12,43
Divorciado	7	3,95
União estável	5	2,83
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Neste item foi possível observar que o estado civil e, constatar que 80,79% são solteiros, e 12,43% casados. Aqueles que afirmaram ser divorciados ou viverem em união estável somam apenas 6,78%.

Ao verificar se os universitários exercem algum tipo de trabalho, foi possível saber que mais da metade dos alunos entrevistados afirma exercer algum tipo de atividade remunerada, como demonstram a tabela a seguir.

Tabela 6 - Ocupação dos universitários

Trabalha	Frequência	%
Não	66	37,29
Sim	111	62,71
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Observa-se que o índice de universitários que exercem atividade remunerada é de 62,71% do total da amostra, ou seja, 111 alunos.

Na próxima tabela estão dispostos os dados referentes a renda mensal dos entrevistados.

Tabela 7 - Renda mensal própria

Alternativa	Frequência	%
Até 1 salário	27	15,25
De 1 a 2 salários	47	26,56
De 2 a 5 salários	28	15,82
De 5 a 10 salários	8	4,52
Acima de 10 salários	1	0,56
Não tem rendimento pessoal	66	37,29
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

O percentual de alunos remunerados com até 1 salário mínimo é de 15,25%. De 1 a 2 salários temos 26,56% dos entrevistados. Acima de 2 salários mínimos somam 20,90%. Os entrevistados que não possuem rendimento perfazem um total de 37,29%.

Visando compreender a situação econômica familiar dos entrevistados, a tabela abaixo permite observar os valores referentes a renda mensal das famílias dos alunos entrevistados.

Tabela 8 - Renda mensal da família

Alternativa	Frequência	%
Até 1 salário	12	6,78
De 1 a 2 salários	27	15,25
De 2 a 5 salários	48	27,12
De 5 a 10 salários	33	18,64
Acima de 10 salários	21	11,87
Não depende da renda familiar	36	20,34
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Os pais dos entrevistados que auferem renda de até 1 salário mínimo equivale a 6,78%. De 1 a 2 salários são 15,25%. A maior parcela concentra na escala salarial de 2 a 5 salários, sendo 27,12%. Com renda acima de 5 salários, somam-se 30,51% dos pais dos alunos. Um fato que chama a atenção é concernente à dependência de alunos que exercem atividade remunerada e, que ainda assim, afirmaram que dependem, também, da renda dos pais. De 111 alunos que trabalham, 67,56% não conseguem suprir suas necessidades somente com a renda própria.

Outro aspecto focado pela pesquisa, diz respeito ao grau de escolaridade dos pais, e os índices estão disponíveis na tabela abaixo.

Tabela 9 - Nível de escolaridade dos pais

Nível de Escolaridade	Frequência	%
Sem escolaridade	10	2,82
Ensino Fundamental I - antigo ensino até a 4ª. série primária	57	16,10
Ensino Fundamental II - antigo ensino até 8ª. série	47	13,28
Ensino Médio (1ª. a 3ª. séries)	25	7,06
Ensino Técnico	102	28,81
Ensino Superior	113	31,92
Total	354	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Quanto ao nível de escolaridade dos pais constata-se que 31,92% possuem o curso superior completo e 28,81% são formados no ensino técnico. Apenas com ensino médio estão 7,06%, e nos ensinos fundamental (I e II) totalizam 29,38%. Somente 2,82% dos pais dos universitários não tem escolaridade.

3.1.2 Segunda parte: Comportamento e atitudes em relação às finanças pessoais

Para compreender o comportamento dos entrevistados em relação às finanças pessoais, foram efetuados alguns questionamentos, cujas respostas estão dispostas na tabela abaixo:

Tabela 10 - Comportamento em relação às finanças pessoais

	Sempre	Com muita frequência	Algumas vezes	Raramente	Nunca
a) Já comprou ou compra de forma espontânea e imediatista, sem pensar muito.	2,26	15,25	42,37	26,55	13,56
b) Já se endividou ou encontra-se endividado devido ao consumo exagerado.	1,13	6,21	19,77	25,99	46,89

c) Ao pagar a fatura do cartão de crédito, se o dinheiro estiver pouco, paga o valor mínimo para evitar bloqueio do cartão.	4,52	5,08	7,34	15,25	67,80
d) Já utilizou ou utiliza cheque especial, empréstimos bancários e cartão de crédito para pagar dívidas.	2,26	5,08	10,73	11,86	70,06
e) Prefere comprar parcelado a esperar ter o dinheiro para comprar a vista mesmo que tenha juros embutidos nesta compra.	10,17	15,25	32,20	23,73	18,64

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Em relação ao comportamento dos alunos quando o assunto é finanças pessoais, temos o seguinte resultado:

Na questão “a”, 42,37% afirmam que algumas vezes comprou ou compra de forma imediatista. Porém 15,25%, dos entrevistados, afirmam que a compra imediata aconteceu e acontece com muita frequência.

Na questão “b”, 46,89% afirmam que nunca se endividaram devido ao consumo exagerado. Os alunos que raramente já se endividaram ou se encontram endividados são 25,99%. Para 19,77% este fato aconteceu ou acontece algumas vezes.

Na questão “c”, que aborda o pagamento do cartão de crédito, 67,80% responderam que não pagam o valor mínimo da fatura. Mas 15,25% afirmaram que raramente pagam o mínimo da fatura.

Na questão “d”, constatou-se que 70,06% dos alunos não utilizam empréstimo, cheque especial e cartão de crédito para pagar dívidas. Um percentual expressivo de universitários que se comportam de forma consciente em relação ao uso destes serviços financeiros.

Na questão “e”, 32,20% dos alunos responderam que compraram algumas vezes de forma parcelada, por não ter o dinheiro a vista. Do total de entrevistados, 23,73% afirmaram que raramente compram de forma parcelada, quando não têm dinheiro.

Visando conhecer o modo pelo qual os universitários efetuam o controle de seus gastos, foram efetuados alguns questionamentos e dados encontram-se na tabela a seguir.

Tabela 11 - Ferramentas para controle de gastos

Alternativa	Frequência	%
Memorização dos gastos	67	37,85
Caderno de anotações	54	30,51
Não controla os gastos	19	10,73
Planilha Eletrônica	18	10,17
Só anota compras de maior valor	11	6,21
Aplicativo para uso de smartphone e tablet	8	4,52
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

No quesito controle de gastos mensais, foi questionado que tipo de ferramenta é utilizado para controlar as despesas, bem como se não há um controle das despesas.

O caderno de anotações é utilizado por parte dos pesquisados, sendo que 30,51% fazem uso desta ferramenta para anotar seus gastos. A memorização dos gastos chegou a 37,85%, considerado um valor bem expressivo. Já aqueles que anotam apenas as compras de maior valor somam 6,21% dos alunos. O uso de aplicativos e planilha eletrônica é utilizado por 14,69%. Alunos que não tem o hábito de controlar os gastos perfazem um total de 10,73%. Mediante estes resultados, conclui-se que 54,79% dos entrevistados não conhecem detalhadamente todos os gastos despendidos.

Macedo Junior (2010) afirma que poucos brasileiros têm o hábito de colocar no papel suas receitas e despesas. Em geral, as pessoas, quando solicitadas a dizerem para onde vai o salário, só conseguem lembrar-se de aproximadamente 80% daquilo que gastam, ou seja, não conseguem discriminar cerca de 20% de suas despesas. Quando começam a anotar os gastos, costumam reduzi-los cerca de 12%. Isso acontece porque o ato de anotar faz com que a pessoa pense duas vezes antes de gastar. Conclui-se que mais da metade dos universitários podem estar gastando mais devido à falta de anotações das despesas.

Outro aspecto que verificado pela pesquisa diz respeito à situação financeira dos entrevistados, e os percentuais auferidos estão na tabela abaixo.

Tabela 12 - Situação financeira atual

Alternativa	Frequência	%
Gasta igual ao que ganha	92	51,98
Gasta menos do que ganha e poupa o restante	66	37,29
Gasta mais do que ganha	19	10,73
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

No quesito situação financeira, isto é, confronto entre receitas e despesas, 10,73% dos pesquisados gastam mais do que ganham, sendo que metade dos universitários gasta igual ao que ganha. A fatia de alunos que gastam menos do que ganham e poupam a diferença chegou a 37,29%.

Martins (2004) orienta que é necessário que se faça um orçamento de fluxo de caixa estimando a renda, definindo metas de resultado e fixando despesas. Quando as receitas e despesas são relacionadas no fluxo de caixa é possível analisar item a item e averiguar gastos que podem estar extrapolando o orçamento, sendo possível, então, estabelecer cortes de forma a melhorar o saldo de caixa.

Quanto aos universitários, cujos ganhos são iguais aos gastos, encontra-se um total de 51,98% que estão sem sobra de caixa. Cabe ressaltar que essa situação pode ser melhorada, através de um melhor gerenciamento dos gastos e ainda obter uma economia mensal, com elaboração de um fluxo de caixa.

Já 10,73% dos entrevistados estão ultrapassando os valores de receitas, menos suas despesas. Neste caso, é provável que estejam recorrendo a outras fontes de recursos ou deixando de pagar algumas despesas. Ao analisar o histórico dos alunos que excedem os gastos em relação aos ganhos auferidos, notou-se que 7,91% dependem da renda dos pais.

Objetivando conhecer se os entrevistados efetuam algum tipo de investimento, foram elaboradas algumas questões sobre o tema e os resultados dos dados coletados estão dispostos na tabela abaixo.

Tabela 13 - Tipo de investimento

Alternativa	%
Não possui investimento	54,09
Poupança	31,14
Poupança por falta de conhecimento para aplicar em outros investimentos	3,82
Outros	3,27
Empréstimos a terceiros	2,73
Títulos de renda fixa (LTN, NT, CDB, RDB) ³²	2,18
Previdência privada	1,63
Imóveis	0,54
Ações	0,54
Total	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Os universitários que investem somam 45,90% do total. A poupança é um investimento simples e também o mais utilizado, pois 31,14% dos alunos afirmam que depositam suas economias em conta poupança. Considerado o investimento mais popular do Brasil com rendimento baixo, não tem limite para aplicação. Não há taxa de administração e sem limite para resgate. Este investimento é isento de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e IRRF (Imposto de renda retido na fonte).

O percentual de alunos, que corresponde a 3,82% dos pesquisados, desconhecem outras modalidades de investimento e por isso optam pela poupança.

Alguns optam por emprestar sua reserva para terceiros, perfazendo um total de 2,73%. Este tipo de investimento, que na sua maioria fornece um retorno razoável, se torna um risco no momento do resgate junto ao terceiro se este não tiver condições financeiras de devolver o dinheiro.

Os investimentos em imóveis, previdência privada, ações e títulos de renda fixa perfazem o total de 4,89%, dos investimentos dos entrevistados.

Na opção outros investimentos (resposta aberta do questionário) que alcançou 3,27% dos universitários, foram dadas as seguintes respostas: aquisição de cota de consórcio, gado e título de capitalização. No caso do título de capitalização, estudos mostram que o rendimento dele é sempre zero e ainda há perdas para a inflação.

³² LTN (Letras do Tesouro Nacional); NT (Notas do Tesouro); CDB (Certificado de depósito Bancário); RDB (Recibo de Depósito Bancário)

O consórcio não é investimento. Seu objetivo é para compra financiada e há cobrança de várias taxas (taxa de administração, de adesão e fundo de reserva). Uma aplicação financeira pode ser o melhor caminho.

Obtivemos neste item, a resposta de um 1 aluno que considerou viagem e lazer como investimento. Neste caso, há um erro de interpretação, pois se trata de um gasto e não um investimento.

Ao serem questionados sobre a questão do endividamento foi possível averiguar que há um alto índice de endividados, como mostram os dados da tabela abaixo.

Tabela 14 - Endividamento

Alternativa	Frequência	%
Sim	92	51,98
Não	85	48,02
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

O percentual de universitários que possuem dívidas atingiu 51,98%. Com a armadilha do crédito rápido, fácil e sem complicação, muitas pessoas acabam se endividando e tomam capital emprestado de instituições financeiras que cobram altos juros para emprestar dinheiro.

No caso dos jovens, várias empresas oferecem linha de crédito especificamente para os universitários com taxa de isenção de serviços, com limite para uso do cheque especial e cartão de crédito. Desta forma, muitos começam a utilizar estes serviços financeiros e passam a fazer parte do ciclo de dívidas.

Muitos destes jovens assistem aos pais que financiam o carro e casa da família em intermináveis prestações, ou então fazem compras no supermercado com o cartão de crédito. Segundo Cardoso (2007), essa desenvoltura em utilizar a fatura do crédito influencia, e muito, a atitude dos filhos.

Tolotti (2007) enfatiza que o endividamento anda na contramão do investimento. Estando os jovens dominados pela cultura do endividamento, somente se transformarão em bons investidores, se houver empenho social, familiar e educacional intenso.

Outro fator averiguado ao longo da pesquisa foi a modalidade de endividamento, como mostra a próxima tabela.

Tabela 15 - Modalidades de dívidas

Alternativa	%
Cartão de crédito	33,13
Crediário	22,29
Financiamento de bem móvel	14,46
Empréstimo bancário	10,84
Financiamento de bem imóvel	5,42
Cheque Especial	4,22
Empréstimo consignado	3,61
Empréstimo pessoal	3,01
Cheque pré-datado	3,01
Total	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Na questão anterior, 51,98% dos jovens assumiram que possuíam dívidas e, nesse sentido, a análise nesta questão visa é identificar quais são as modalidades de dívidas.

O item cartão de crédito aparece em primeiro lugar, representando 33,13%. Esta forma de obtenção de crédito quando não bem administrada gera uma bola de neve. A fatura do cartão tem a opção de pagamento mínimo, ou seja, não é necessário pagar integralmente o valor dela, se o indivíduo estiver desprovido de dinheiro no vencimento da mesma. O problema está no custo da postergação de parte da dívida, porque os juros cobrados são os mais altos do país.

Entre os jovens e adolescentes, o uso do “dinheiro de plástico” está cada vez disseminado. Com a facilidade para obtenção do cartão de crédito aliado a segurança e comodidade, muitas pessoas tem se endividado.

Em seguida, constata-se que o crediário é responsável por 22,29% das dívidas dos pesquisados. Normalmente, o crediário é típico de lojas que vendem eletrônicos, eletrodomésticos, móveis, artigos para vestuário e calçados. Nesta modalidade o devedor assina uma duplicata e recebe um carnê para pagar as parcelas.

Os jovens querem andar na moda e ter tudo que a tecnologia oferece de mais moderno. Quando um produto é considerado caro, as lojas que sempre oferecem o pagamento em várias parcelas, com juros embutidos muitas vezes, não são nem mesmo questionadas se houve aumento em função do prazo. O importante é atender o seu desejo.

Outro item que foi mencionado é o financiamento de bens móveis (carro, moto), o que representa 14,46% das dívidas. Nesta modalidade de crédito, as empresas financiam com longos parcelamentos, podendo chegar até 60 meses dependendo do banco ou financeira. Ao financiar um bem móvel, surgem outros gastos além da parcela do bem financiado acrescido os juros. Gastos tais como impostos, seguros, manutenção e o combustível também deverão ser acrescidos no orçamento.

O empréstimo bancário representa 10,84% das dívidas. Na busca pela satisfação pessoal, muitos jovens recorrem a empréstimos. Nesta modalidade, os jovens podem utilizar este dinheiro para a alimentação, aluguel, transporte, festas, saúde, cursos. Pode ser utilizado também para cobertura de outras dívidas, como a do cartão de crédito, por exemplo.

O financiamento de bem imóvel (casa, terreno) é 5,42%. Com o sonho da casa própria e a busca pela independência, muitos jovens assumem prestações que podem chegar até 30 anos para pagamento. Com o incentivo do governo federal e o lançamento de programas habitacionais como Minha Casa Minha Vida, muitas pessoas assumiram este tipo de dívida.

As modalidades de crédito, cheque especial, empréstimo pessoal, empréstimo consignado e cheque pré-datado somam 13,85% das dívidas contraídas pelos universitários.

Para saber os motivos que levam esses jovens ao endividamento foram efetuados alguns questionamentos e os resultados estão dispostos na próxima tabela.

Tabela 16 - Motivos para contrair dívidas

Alternativa	%
Facilidade de acesso ao crédito	23,44
Falta de planejamento financeiro	19,53
Aquisição de carro e moto	17,19
Propensão ao consumo	15,63
Queda na renda	7,80
Aquisição de imóvel	4,69
Desemprego	4,69
Empréstimo no nome para amigos e familiares	4,69
Problemas de saúde	2,34
Total	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Os motivos que levaram os jovens a contrair dívidas são diversos. Um dos deles é a facilidade para obtenção de crédito, uma vez que, 23,44% responderam positivamente a este item. A facilidade de acesso ao crédito deixa os jovens deslumbrados e seduzidos pela

possibilidade de não precisar adiar as vontades, eles são alvo fácil da mensagem transmitida pela dupla “consumo e crédito”. Esses jovens, segundo Tolotti (2007), nasceram e cresceram absorvidos pela sociedade de consumo.

Cardoso (2007) menciona que na busca pela identificação e aceitação de colegas, os jovens agem impulsivamente comprando itens padronizados para acompanhar o padrão da turma. A manipulação do *marketing*, com persuasão e sedução utilizadas em larga escala, trabalha com o intuito de interferir nas escolhas dos jovens.

O item falta de planejamento financeiro é o motivo pelo qual 19,53% dos universitários contraíram dívidas. O planejamento financeiro implica na preparação de um orçamento com as receitas e despesas, com objetivos de curto, médio e longo prazo. Já foi apontando anteriormente, na questão de ferramentas para controle de gastos, que 54,79% dos entrevistados não conhecem detalhadamente todos os gastos despendidos. Se não anotam integralmente os gastos, não tem como planejar, estabelecer metas e projetar investimentos.

O motivo propensão ao consumo é responsável pelas dívidas de 15,63% dos pesquisados. Segundo Cardoso (2007) uma pesquisa feita em 24 países dos cinco continentes apontou que os brasileiros são os mais consumistas do mundo. Em muitos casos, a maior dificuldade do jovem está em adiar os desejos e ele acaba comprando mesmo sem ter necessidade.

O motivo aquisição de moto e carro conduziu 17,19% dos entrevistados o endividamento. Este item pesa no orçamento devido ao alto valor das parcelas além de gastos para manutenção do bem. São bens considerados, pelos jovens, como “sonho de consumo”.

Os motivos desemprego, queda na renda, empréstimos efetuados do nome do entrevistado, para amigos e familiares, problemas de saúde e aquisição de imóvel totalizam um percentual de 21,87%.

A reserva financeira foi outro aspecto que se buscou conhecer por meio da pesquisa e os dados concernentes a ele estão presentes na próxima tabela.

Tabela 17 - Reserva financeira

Alternativa	Frequência	%
Não tenho reservas	71	40,11
1 mês	24	13,57
2 a 3 meses	44	24,86
4 a 6 meses	19	10,73
Acima de 6 meses	19	10,73
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Os alunos foram questionados sobre a perda da fonte de renda, por quanto tempo eles conseguiriam manter o pagamento dos gastos em dia utilizando apenas as economias (reservas).

O item: não tenho reservas apontou que 40,11% dos alunos não têm recursos financeiros, caso percam sua fonte de renda inesperadamente. Neste caso, não teriam condições de arcar com os gastos.

Entre aqueles que afirmaram ser possível se manterem por um período de 2 a 3 meses com a reserva, temos 24,86% dos jovens. Por apenas 1 mês com a reserva, temos 13,57% ou seja 24 alunos. Acima de 4 meses, com a economia reservada para imprevistos, perfazem um total de 21,46%. Segundo especialistas, a reserva de emergência ideal deve ser de 6 a 10 meses de renda, pois ela permita a manutenção do padrão de vida da pessoa.

Visando conhecer as atitudes dos entrevistados no que diz respeito às finanças pessoais, foram elaborados alguns questionamentos e as informações podem ser verificadas na tabela abaixo.

Tabela 18 - Atitudes em relação às finanças pessoais

Alternativas	Atitudes				
	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
a)Acredito que a forma como eu administro meu dinheiro, vai afetar o meu futuro.	40,68	35,03	11,86	9,60	2,82
b)Não tem problema ter dívida, se eu sei					

que posso pagar mesmo que esteja fora do meu orçamento.	1,69	13,56	6,21	49,15	29,38
c)Gosto de possuir coisas que impressionam as pessoas e não me importo o quanto custam e quanto tempo demorarei para pagar.	0,56	1,13	5,65	25,42	67,23
d)Gosto de comprar supérfluos mesmo que não esteja no meu orçamento.	3,39	7,91	12,43	29,38	46,89
e)Prefiro deixar minhas economias na poupança e contrair um empréstimo para pagar minhas dívidas a me desfazer do dinheiro poupado.	2,82	6,21	13,56	31,07	46,33

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Em relação à atitude da letra “a”, 75,71% dos entrevistados estão conscientes que a forma que administram o dinheiro poderá afetar o futuro. Quanto a contrair dívida fora do orçamento, 78,53% discordam da atitude de possuir dívida mesmo que esteja fora do orçamento.

Na letra “c”, 92,65% dos universitários não aprovam a ostentação e a compra de itens sem questionar o preço e a forma de pagamento. Na letra “d” a desaprovação de comprar supérfluos alcançou um percentual de 76,27%.

A atitude da letra “e”, ou seja, manter as economias na poupança e contrair empréstimo foi desaprovada por 77,40% dos universitários. Este percentual demonstra que os jovens possuem consciência de qual a melhor forma de administrar a vida financeira.

3. 1. 3 Terceira parte: Conhecimento sobre educação financeira

Objetivando conhecer as fontes por meio das quais os jovens tem acesso a algum tipo de conhecimento sobre educação financeira, foram delineados alguns questionamentos, cujos dados estão dispostos na próxima tabela.

Tabela 19 - Principal fonte de acesso em relação à educação financeira

Alternativa	Frequência	%
Família (pais, avós e irmãos)	60	33,90
Internet, jornais e TV	59	33,33
Universidade	32	18,10
Palestras e cursos	7	3,95
Ainda não tive acesso ao assunto	6	3,39
Companheiro (a)	5	2,82
Amigos	5	2,82
Não é um tema de meu interesse	2	1,13
Livros e cartilhas	1	0,56
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

A principal fonte de informação para o conhecimento sobre educação financeira é a família (pais, avós e irmãos) tal como afirmaram 33,90% dos entrevistados.

Tobias e Cervený (2012) afirmam que a influência da educação financeira no comportamento das pessoas vem de uma história construída por ambas as famílias dos pais, os quais ofereceram modelos que se perpetuarão na vida dos filhos e de seus descendentes. A família é o *locus* do cuidado da pessoa, onde cada indivíduo estabelece as primeiras relações com o mundo externo e, por isso, ela também serve para estabelecer o padrão de relacionamento com o dinheiro.

D'Aquino (2008) enfatiza que o modo como manejamos a nossa vida financeira, foi, em larga escala, construído a partir daquilo que ouvimos ou deixamos de ouvir; do que vimos ou deixamos de ver nossos pais fazerem ou dizerem a respeito do dinheiro.

Nesta questão 60 universitários afirmaram conhecer a educação financeira através de seus familiares. Os hábitos, posturas e peculiaridades com relação ao dinheiro são advindos da família e poderá favorecer ou não a melhor maneira de lidar com o dinheiro.

Cabe ressaltar que na faixa etária da maioria dos alunos, o grau de dependência dos pais para arcar com as despesas é considerável. Os dados mostram que, dos alunos que dependem da renda da família na idade de 18 a 23 anos, o percentual é de 68,79%.

Outras fontes de informação como internet jornais e TV totalizaram 33,33%, das respostas dos pesquisados. Boa parte dos universitários está interessada em conhecer o tema e tem buscando informações nos meios de comunicação.

Já o acesso à educação financeira por meio da Universidade corresponde a 18,10% dos entrevistados. É perceptível que a universidade mesmo que de forma indireta vem proporcionando aos universitários o contato com o tema. Nesta opção, foi possível constatar que 90,60% dos alunos cursam Administração.

Os que responderam que tiveram acesso por meio de companheiro (a), amigos, livros e cartilhas, palestras e cursos são 10,15%. Apenas 1,13% dos alunos não teve interesse pelo assunto e 3,39% ainda não tiveram acesso ao assunto. Do total dos alunos que optaram por estas duas opções, 50% afirmaram ter dívidas. Este resultado demonstra que 95,48% dos universitários estão interessados no tema em apreço, ou seja, educação financeira.

Se os alunos precisam tomar decisões a respeito de suas finanças pessoais, portanto, também se faz necessário conhecer onde eles buscam conhecimento sobre o tema. A tabela abaixo retrata esta questão.

Tabela 20 - Fonte para decisão sobre finanças pessoais

Alternativas	%
Família (pais, avós e irmãos)	42,80
Não costumo falar com as pessoas sobre finanças pessoais, tomo minhas decisões sozinhas.	16,04
Companheiro (a)	12,76
Internet e publicações especializadas	8,64
Amigos	7,00
Gerente da conta bancária	6,17
Professores	4,53
Consultor financeiro independente	2,06
Total	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Quanto à decisão sobre as finanças pessoais dos universitários, 42,80% confiam na família, como fonte de apoio para ajudar nas decisões financeiras.

Para 16,04% dos alunos, as decisões sobre finanças são realizadas sem auxílio de outros. Quando se trata de falar do dinheiro, muitas pessoas preferem o silêncio. A fuga em falar sobre o assunto pode indicar que algo não está bem, ou demonstrar a desinformação a esse respeito.

O assunto dinheiro, segundo Tobias e Cervený (2012), muitas vezes torna-se tabu na vida familiar, e o modo como lidar com ele e administrá-lo pode passar para as gerações futuras, por meio do não dito ou, ainda, como assunto que não deve ser discutido.

Uma parcela que equivale a 12,76%, dos pesquisados opta pela troca de ideias com o (a) companheiro (a).

O gerente da conta bancária é uma das alternativas utilizadas por 6,17% dos alunos. Esta não é uma boa opção, uma vez que, boa parte dos bancos remunera os colaboradores por meio de produtividade/meta. Neste caso o cliente pode ser orientado de uma forma errônea no que tange à decisão financeira, sem avaliar risco e rentabilidade.

A internet e publicações especializadas são utilizadas por 8,64% dos entrevistados. As opções que totalizam 13,59% do percentual de entrevistados são relacionadas a amigos, consultor financeiro independente e professores.

Além dos aspectos já elencados, a pesquisa também buscou conhecer um pouco a respeito do conhecimento financeiro dos universitários, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 21 - Conhecimento financeiro

Alternativa	%
a)A taxa básica de juro (selic) praticada em agosto de 2014 foi de 11% ao ano.	23,79
b)A importância de R\$ 100,00 em conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, considerando que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro, o valor que terá na poupança será maior que R\$ 150,00.	26,90
c)Investimentos financeiros com alta rentabilidade e curto prazo para retorno são: renda fixa e tesouro direto	10,34
d)Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro aumenta.	8,62
e)Taxa média de juros praticados pelas operadoras de cartão de crédito em setembro de 2014 foi 8,48% ao mês e 165,58% ao ano.	16,90
f)Os bens tais como carro, moto e casa de praia são considerados “ativos bons”.	7,59
Não marcou nenhuma alternativa.	5,86
Total	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Nesta questão foram elaboradas alternativas, nas quais o pesquisado deveria marcar quais são as afirmativas corretas em relação ao próprio conhecimento financeiro.

As respostas a e b são corretas. Os alunos que acertaram a questão “a” correspondem a 23,79% e a questão “b”, 26,90% dos entrevistados.

O índice de acerto foi baixo em relação ao total pesquisado. A questão “a” está relacionada às informações econômicas e a questão “b” está ligada à Matemática Financeira.

A forma de transmissão da educação financeira segundo os entrevistados, também foi averiguada, e os percentuais estão na tabela abaixo.

Tabela 22 - Forma de transmissão da educação financeira

Alternativas	Frequência	%
Através da família, porque a educação financeira vem de berço.	70	39,55
Através da escola, desde o ensino infantil até o ensino fundamental.	57	32,20
Cada pessoa deverá procurar a melhor forma para adquirir o conhecimento sobre o tema.	33	18,64
Através da universidade no decorrer do curso de graduação.	16	9,04
O tema educação financeira não é relevante.	1	0,56
Total	177	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

A pesquisadora perguntou aos universitários, qual a melhor forma de despertar as pessoas para relevância sobre o tema educação financeira. Novamente a família é considerada a principal influenciadora na educação financeira, perfazendo um total 39,55% dos alunos.

A transmissão da educação financeira por intermédio da escola, desde o ensino infantil até o ensino fundamental é a escolha que contou com 32,20% dos universitários. Para 18,64% dos pesquisados, cada pessoa deverá procurar a melhor forma para que possa adquirir conhecimento sobre o tema. A universidade surge com 9,04% como o canal de transmissão da educação financeira e 0,56% não considera o tema relevante.

3.2 Análise cruzada

Nesta etapa das análises foi possível averiguar o nível de escolaridade dos pais, comparando-os com grau de endividamento dos filhos. Os dados estão na próxima tabela.

Tabela 23 - Nível de escolaridade dos pais e o endividamento dos filhos

Alunos com dívidas		Alunos sem dívidas	
Escolaridade	%	Escolaridade	%
Ensino Médio (1ª. a 3ª. séries)	30,43	Ensino Superior	41,76
Ensino Fundamental I - antigo ensino até a 4ª. série primária	22,83	Ensino Médio (1ª. a 3ª. séries)	27,06
Ensino Superior	20,11	Ensino Fundamental II - antigo ensino até 8ª. série	13,53
Ensino Fundamental II - antigo ensino até 8ª. série	13,04	Ensino Fundamental I - antigo ensino até a 4ª. série primária	8,82
Ensino Técnico	6,52	Ensino Técnico	7,65
Sem escolaridade	7,07	Sem escolaridade	1,18
Total	100,00	Total	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

A tabela acima contempla informações comparativas e visa analisar o nível de escolaridade dos pais de alunos que possuem dívidas e não possuem dívidas.

O percentual dos pais dos alunos endividados que cursaram até o Ensino Médio é de 30,43%. Em seguida está o Ensino Fundamental (até a 4ª. série primária) com 22,83% dos pais. O ensino superior engloba 20,11% dos pais dos alunos.

A análise dos pais de alunos que não possuem dívidas apontou que 41,76%, deles cursaram o ensino superior. Em seguida, aparece o nível de escolaridade Ensino Médio com 27,06%. O ensino fundamental (até a 8ª. série) concentra 13,53% dos pais.

Mediante o resultado encontrado, conclui-se que quanto maior o grau de instrução dos pais maior será a propensão de não ter os filhos endividados.

Outro aspecto demonstrado foi o controle de gastos, tal como mostra a tabela a seguir:

Tabela 24 – Controle de gastos x cursos pesquisados

	Administração	Direito

Ferramenta	%	%
Caderno de anotações	19,21	11,30
Memorização dos gastos	12,43	25,42
Planilha Eletrônica	6,21	3,95
Só anota compras de maior valor	3,39	2,82
Não controlo os gastos	2,82	7,91
Aplicativo para uso de smartphome e tablet	2,26	2,26
Total geral	46,33	53,67

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

No quesito controle de gastos, 19,21% dos alunos do curso de Administração utilizam o caderno de anotações, e 11,30% do curso de Direito afirmaram que utilizam o mesmo recurso.

A memorização dos gastos é a forma utilizada pelos pesquisados do curso de Direito com 25,42%, enquanto que no de Administração somente de 12,43% lançam mão desse recurso.

Fazem uso de planilha eletrônica e de aplicativo, 8,47% dos alunos do curso de Administração e 6,21% do curso de Direito.

Anotar as compras de maior valor é uma atitude de 3,39% dos alunos do curso de Administração e também adotada por 2,82% do curso de Direito.

No quesito não ter controle de gastos, constata-se que 7,91% são alunos do curso de Direito e apenas 2,82% do curso da Administração.

A falta de anotação dos gastos totaliza 36,15% dos alunos de Direito, e 18,64% dos alunos de Administração.

Foi possível conhecer também a situação financeira referente aos alunos de cada curso, conforme as informações da tabela abaixo.

Tabela 25 – Situação financeira x cursos e períodos pesquisados

	Administração Ingressantes %	Direito Ingressantes %	Administração Concluintes %	Direito Concluintes %	TOTAL %
Gasta mais do que ganha	1,69	1,69	2,83	4,52	10,73
Gasta igual ao que ganha	12,99	17,51	9,04	12,44	51,98
Gasta menos do que ganha	10,74	8,47%	9,04	9,04	37,29
Total geral	25,42	27,68	20,90	25,99	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Os alunos do curso de Direito, que gastam mais do que ganham, chega a 6,21%. O percentual do curso de Administração é um pouco mais baixo, cotando com 4,52% dos pesquisados.

Os graduandos em Administração que gastam igual ao que ganham, perfaz um total de 22,03%. No curso de Direito, o percentual atinge 29,95%, dos alunos que conseguem gastar igual aos ganhos auferidos. Quanto a gastar menos do que ganha, o total de alunos do curso de Administração é de 19,78% e 17,51% dos alunos do curso de Direito conseguem equilibrar os gastos e obter uma reserva.

A próxima tabela mostra dados referentes ao endividamento por período e cursos, como se constata a seguir.

Tabela 26 - Endividamento x cursos e períodos pesquisados

	Administração Ingressantes %	Direito Ingressantes %	Administração Concluintes %	Direito Concluintes %	TOTAL %
Sim	15,83	9,60	14,12	12,43	51,98
Não	9,60	18,08	6,78	13,56	48,02
Total geral	25,42	27,68	20,90	25,99	100,00

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

No que tange ao endividamento, os alunos do Direito são menos endividados que os alunos da Administração, uma vez que eles perfazem um total de 22,03%. Já os alunos do curso de Administração são 29,95% dos pesquisados.

Sem dívidas, os pesquisados que estudam no curso de Direito são 31,64% enquanto aos estudantes de Administração são apenas 16,38%.

Dos alunos que não possuem dívidas 90,59% dependem dos pais sendo um dos motivos pelo não endividamento. Os percentuais por curso e período estão alocados da seguinte forma:

- Curso de Administração ingressantes: 20,78%;
- Curso de Direito ingressantes: 40,26%;
- Curso de Administração concluintes: 12,99%.

Tabela 27 - Ocupação por curso e período

	Não trabalha %	Trabalha %	Total geral %
Administração			
Ingressantes	7,34	18,08	25,42
Concluintes	3,39	17,51	20,90
Total por curso	10,73	35,59	46,33
Direito			
Ingressantes	18,64	9,04	27,68
Concluintes	7,91	18,08	25,99
Total por curso	26,55	27,12	53,67

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Conforme demonstrado na tabela anterior, os alunos do curso de Direito são menos endividados. Um dos motivos que colabora para a menor taxa é devido à ocupação dos mesmos. Os graduandos do curso de Direito somam 26,55% que não trabalham e são dependentes dos pais, enquanto no curso de Administração, são apenas 10,73% que não trabalham.

Na próxima tabela estão dispostos dados sobre a média de acerto em relação ao conhecimento financeiro.

Tabela 28 – Média de acerto do conhecimento financeiro por curso e período

	Média de acertos em %
Administração Concluintes	55,41
Direito Concluintes	40,22
Administração Ingressantes	37,78
Direito Ingressantes	37,76

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora

Foi verificado que no curso de Administração, os alunos, que são concluintes, quando comparados aos ingressantes, melhoram o nível de conhecimento financeiro. Os iniciantes alcançaram 37,78% da média de acertos enquanto os alunos que estavam finalizando o curso obtiveram uma média de 55,41% de acertos com uma diferença percentual de 17,63%.

No curso de Direito os alunos ingressantes fizeram a média de 37,76% dos acertos e os alunos concluintes marcaram 40,22% das questões, apontando uma diferença de apenas 2,46%, ou seja, o aumento do nível de conhecimento obteve uma leve melhoria.

Os alunos ingressantes do curso de Direito e Administração tiveram praticamente empate técnico demonstrando que adentram a universidade com os mesmos conhecimentos financeiros.

Ao se analisar o grau de acerto dos alunos concluintes dos cursos, o resultado apontou uma diferença positiva de 15,19% em favor dos alunos do curso de Administração. Constatase, portanto que as disciplinas abordadas no curso de Administração auxiliam no conhecimento financeiro e que as disciplinas oferecidas no curso de Direito pouco alteram o conhecimento em apreço, confirmando uma das hipóteses abordada, inicialmente, neste trabalho.

Para finalizarmos a explanação do resultado desta pesquisa, concluímos que o questionário permitiu alcançar os objetivos propostos.

Em relação à primeira hipótese obtivemos resumidamente que:

- Alunos endividados somam 51,98%;
- Sem conhecimento financeiro suficiente: foi apontado que apenas 23,79% acertaram a letra “a” e 26,90% marcaram a letra “b”, sendo as duas alternativas corretas nesta questão;
- Serviços financeiros com cobrança de juros altos: 33,13% usam cartão de crédito e o crediário equivale a 22,29%, sendo que o empréstimo bancário chegou a 10,84%;
- Os alunos que afirmaram que estão endividados devido à falta de planejamento financeiro chegaram a 19,53% e 15,63% devido à propensão ao consumo.

Em relação à segunda hipótese temos:

- As disciplinas relativas às finanças no curso de Administração proporcionaram maior conhecimento financeiro aos alunos que finalizaram o curso em comparação aos alunos do curso de Direito que não possuem tais disciplinas.

Em relação à proposta do trabalho:

- 95,48% têm buscado informações sobre educação financeira, demonstrando interesse sobre o tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho foram apresentados posicionamentos sobre os objetivos propostos, tais como: o levantamento de dados, efetuado por meio de uma pesquisa de campo, cujo objetivo foi verificar a gestão das finanças pessoais e o conhecimento financeiro dos alunos ingressantes e concluintes dos cursos de Administração e Direito da UEMG - Frutal, além da apresentação, através de uma revisão literária, da relevância da Educação Financeira no processo de formação dos jovens universitários.

A revisão da literatura demonstrou que o ambiente cultural, no qual a sociedade está inserida, exige conhecimento financeiro, disciplina e conscientização em relação ao uso do dinheiro e, que a inclusão da Educação Financeira, nos currículos universitários, pode proporcionar a transmissão de técnicas e de conhecimentos financeiros propícios à melhoria da gestão das finanças pessoais. Saber, entender e lidar com o dinheiro proporciona maior liberdade financeira, bem como um gama maior de soluções, mediante as diversas situações cotidianas. Essas constatações demonstram a necessidade de inserção do tema no ensino superior, independente da área do conhecimento ou do curso.

A análise dos dados, colhidos na pesquisa de campo, demonstrou que os alunos apresentam um déficit de conhecimento financeiro e que a Universidade pouco tem contribuído para a solução dessa carência. Em relação à gestão das finanças pessoais, por exemplo, os dados mostraram que 51,98% dos alunos, que compuseram o universo da pesquisa, possuem dívidas, sendo que, 33,13% delas, são provenientes do uso de cartão de crédito e 23,44% afirmaram que a facilidade de acesso ao crédito propiciou a obtenção de dívidas.

Outro aspecto importante constatado foi o fato de que ao finalizarem os seus respectivos cursos, os universitários, ao atuarem como profissionais passam auferir renda, e muitos deles passam a auferir uma renda maior. Tornam-se independentes e, conseqüentemente, precisam estar educados financeiramente para poderem exercer a gestão de seus ganhos. A preparação dos universitários, portanto, não pode ser somente para obtenção de êxito nas atividades profissionais, mas também alicerçá-los para obter sucesso nas finanças pessoais.

O ciclo de vida financeira inicia-se por volta de 22 anos, conforme Hoji (2010), quando começa a preparação para os bons hábitos financeiros. Quanto mais cedo começar este

processo, melhor será, visto que o tempo para buscar a independência financeira demora em média 40 anos.

As leituras demonstraram que um dos hábitos que precisam ser cultivados, pelos cidadãos, é o de poupar parte dos ganhos que não foi consumida. Esta sobra de dinheiro pode ser investida ou guardada para ser utilizada no futuro. A pesquisa deste trabalho apontou que 54,09% dos jovens pesquisados não poupam, isto é, não possuem nenhuma reserva financeira.

O hábito de não poupar e o consumo desenfreado atrelados ao endividamento têm se tornado normais numa sociedade em que vive num regime capitalista, que incentiva o consumo com a força do *marketing*, levando muitas pessoas ao desequilíbrio financeiro. A falta de conhecimento financeiro e a inexistência de sensibilização, no que tange a lidar com o dinheiro, impedem que muitos alcancem a tão almejada independência financeira.

Os dados da pesquisa mostraram que 95,48% dos entrevistados estão interessados no tema. Portanto, ficou comprovada a importância da proposta de oferecer à comunidade universitária, através de ações, informações e orientações no que tange à educação financeira, a fim de proporcionar aos alunos, um espaço em que possa se discutir a construção de um pensamento financeiro consistente visando o desenvolvimento de comportamentos autônomos e saudáveis.

Outra constatação importante foi o fato de 42,80% dos entrevistados afirmarem que recorrem à família para a tomada de decisão financeira. O conhecimento financeiro oferecido na universidade dará suporte para a melhor tomada de decisão, pois nem todos os pais estão aptos a orientar os filhos na tomada de decisões no que diz respeito às finanças.

Os resultados apontaram que as disciplinas abordadas no curso de Administração auxiliam no conhecimento financeiro e que as disciplinas oferecidas no curso de Direito pouco alteram e o conhecimento em apreço.

Ao finalizar a pesquisa, constatou-se que as respostas dadas pelos entrevistados e as informações teóricas foram relevantes e deram embasamento para validar a importância de inserção da Educação Financeira na formação dos jovens.

Nesta perspectiva, a propositura deste trabalho foi promover a introdução do tema de educação financeira no nível superior, através das seguintes alternativas:

- a) Inclusão por meio de uma disciplina específica (obrigatória ou eletiva) ou a aplicação dos conteúdos do tema Educação financeira em disciplinas correlatas;
- b) Oportunamente, trabalhar o tema em forma de palestras, cursos ou minicursos em eventos como: semana universitária, *workshops*, seminários e congressos;

- c) Incentivar a inclusão de um curso versando sobre o tema em apreço, como atividades extracurriculares ou como atividade complementar.

O estudo em questão não teve por objetivo concluir ou esgotar o assunto tratado, mas apenas contribuir para demonstrar a relevância e necessidade de oferecer a Educação Financeira no ensino superior. Considerando que a graduação é uma fase muito importante na vida do jovem e mediante a cultura do consumismo, na qual a política do *marketing* tem transformado desejo em necessidade, se não haver um despertar para a gestão das finanças, o futuro de muitos jovens estará comprometido.

A educação financeira como base formativa nos desperta, como educadores, no sentido de educar para a vida, além da sala de aula, pois há que se considerar que o processo formativo do cidadão será de grande valia para a sua vida cotidiana, independente da carreira profissional ou de sua formação básica.

Esta pesquisa não objetivou defender a riqueza ou a obsessão por dinheiro. Visou, apenas, à transferência de conhecimento que, ao ser executado com consciência e disciplina, pode propiciar segurança, tranquilidade e qualidade de vida às pessoas.

A abordagem e a implantação do tema educação financeira no ensino superior não resolverão os problemas encontrados na sociedade no que tange ao consumo e endividamento. Como vivemos num regime capitalista que visa o consumo cada vez maior e tem transformado, com a ajuda do *marketing*, necessidade em desejo, cabe a cada pessoa uma análise minimamente segura no momento de consumir, endividar, poupar e investir.

O estudo desenvolvido neste trabalho poderá ser utilizado pelo governo ou por Instituições de Ensino Superior para que a Educação Financeira se torne política pública, assim como já é instituída e aplicada nas escolas públicas de Ensino Médio de todo o Brasil, como uma disciplina obrigatória ou como tema interdisciplinar no ensino superior.

REFERÊNCIAS

AMADEU, João Ricardo. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Oeste Paulista. Presidente Prudente, SP. 2009.

ANDERSON, David R.; SWWENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. **Estatística aplicada à Administração e Economia**. 2ª. Ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA (AEF). **Resultados da avaliação de impacto do projeto piloto de educação financeira nas escolas**. 2012. Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/resultados-da-avaliacao-de-impacto-do-projeto-piloto-de-educacao-financeira-nas-escolas/>>. Acesso em 08 dez. 2014.

ANEFAC. **Pesquisa de juros**. Disponível em <<http://www.anefac.com.br/uploads/arquivos/2014110152549772.pdf>>. Acesso em 05 dez. 2014.

ARAÚJO, Fabio de Almeida Lopes, SOUZA, Marcos Aguerri Pimenta de Souza. **Educação Financeira para Brasil sustentável**. 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/wps/port/td280.pdf>>. Acesso em 03 dez. 2014.

ARAÚJO, Fernando Conseza; CALIFE, Flavio Estevez. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>>. Acesso em 30 nov. 2014.

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**, São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ASSAF NETO. Alexandre. **Mercado Financeiro**. 7ª. Ed: São Paulo: Atlas, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Dinheiro no Brasil**. 2ª. Ed. 2004. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Pre/PEF/PORT/publicacoes_DinheironoBrasil.pdf>. Acesso em 30 set. 2014.

_____. "O que é dinheiro?". In: **Cadernos BC Série educativa**. 2002. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/Pre/educacao/cadernos/dinheiro.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2014.

_____. **Cédulas e moedas brasileiras**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/pdrmonet.asp?idpai=CEDMOEBR>>. Acesso em 30 set. 2014.

_____. **Mercado de Câmbio**. 2014. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/mercCam.asp#1>. Acesso em 01 out. 2014.

_____. **Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. 2013. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em 24 nov. 2014.

BARKER, Stephen F. **Filosofia da Matemática**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

BERNHEIM, Douglas B; GARRETT, Daniel M.; MAKI, Dean M. Education and Saving: **The Long-Term Effects of High School Financial Curriculum Mandates**. 1997. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w6085>>. Acesso em 01 de fev. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1997. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>>. Acesso em 03 out. 2014.

_____, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. 1998. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>>. Acesso em 03 out. 2014.

_____. Secretaria Nacional do Consumidor. Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor. **Consumo sustentável**. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante et al. **Orçamento familiar e controle social: instrumento de organização da sociedade** . 2ª. Ed. - Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2012.

BRUHN, Miriam et al. **O impacto da educação financeira do ensino médio: evidência experimental do Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/imagem/file/Paper%20Banco%20Mundial%20-%20portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em 08 dez. 2014.

CAMPOS, André Bernardo. **Investigando como a educação financeira crítica pode contribuir para tomada de decisões de consumo de jovens-indivíduos- consumidores (JIC'S)**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática)– Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG.

CARDOSO, Marília. **Você sabe lidar com o seu dinheiro?** São Paulo: Artemeios, 2007.

CERBASI, Gustavo. **Como Organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. Organizadoras. **Finanças Pessoais: conhecer para enriquecer!** 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Perfil do endividamento das famílias brasileiras em 2014**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/perfil-do-endividamento-das-familias-brasileiras-em-2014>>. Acesso em 22 jan. 2015.

_____. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) - agosto 2014**. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do->

conhecimento/pesquisas/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumido-38>. Acesso em 06 dez 2014.

D'AQUINO, Cássia. **Educação Financeira: como educar seus filhos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CORIA, Marianela Denegri; TAPIA, Mireya Palavecinos; FUENTEALBA, René Gemp e COSTA, Cristina Caprile. **Socialização econômica em famílias chilenas de classe média: educando cidadãos ou consumidores?** Porto Alegre, vol.17, n.2, pp. 88-98. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-71822005000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 02 fev. 2015.

DIEESE. **A evolução do crédito na economia brasileira 2008-2013**. 2014. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec135Credito.pdf>>. Acesso em 02 jan. 2015.

EDUCACIONAL. **O dinheiro no Brasil**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.educacional.com.br/reportagens/dinheiro/brasil.asp#>>. Acesso em 27 nov. 2014.

ENEF. **Educação financeira nas escolas**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/educacao-financeira-nas-escolas/>>. Acesso em 30 nov. 2014.

_____. **Estratégia Nacional de Educação Financeira** [s.d.]. Disponível em: <www.vidaedinheiro.gov.br/docs/PlanoDiretorENEF.pdf>. Acesso em 02 dez. 2014.

_____. **Quem somos e o que fazemos**. [s.d.] Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-29-quem_somos_e_o_que_fazemos.html>. Acesso em 02 dez. 2014.

EVES, Howard. **Introdução à história da matemática**. 5ª Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

EWALD, Luís Carlos. **Sobrou Dinheiro!**: lições de economia doméstica. 15ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Eletrônico**. Versão 5.0. 2004.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12ª. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

GOULART, Josette. **O Brasil que não tem conta em banco**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-brasil-que-nao-tem-conta-em-banco-imp-1120256>>. Acesso em 19 jan. 2014.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 6ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

HOJI, Masakazu. **Administração Financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Finanças da família**: O caminho para a independência financeira. 2ª. Ed. São Paulo: Cia. dos Livros. 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População brasileira envelhece em ritmo acelerado**. 2008. Disponível em:
<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1272>>. Acesso em 07 fev. 2014.

_____. **PNAD - Pesquisa Nacional por amostra de domicílios**: Brasil e síntese de indicadores 2013. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000018883109232014310419410583.pdf>>. Acesso em 07 fev. 2015.

MAIO JUNIOR, Humberto. “Só quem poupa enriquece”. In: **Revista Exame**. São Paulo, v.10, n.1066, p. 127, 2014.

KIYOSAKI, Robert. T.; LECHTER, Sharon. L. **Pai rico, pai pobre**. 12ª. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa. **A moeda metálica em perspectiva Histórica: Notas em torno de uma exposição - 1ª Parte: De cerca de 600 a.C ao Séc. XV d.C. 2004**. Disponível em:
<<http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td481.pdf>>. Acesso em 30 set. 2014.

LEVINE, David. M; BERENSON, Mark. L; STEPHAN, David F. **Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português**. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

LOPES, João do Carmo. ROSSETTI, José Paschoal. **Economia Monetária**. 6ª. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

LOPES, Lidiane Schimitz, FERREIRA, André Luis Andrejew. **Um olhar sobre a história nas aulas de matemática**. Belo Horizonte: Abakós, v. 2, n. 1, p. 75–88, nov. 2013.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARTELLO, Alexandro. **Endividamento das famílias soma 46% da renda em julho, informa BC**. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2014/09/endividamento-das-familias-soma-46-da-renda-em-julho-informa-bc.html>>. Acesso em 03 dez. 2014.

MARTINS, Ana Quitéria Nunes Martins. **A Formação da Estratégia Nacional de Educação Financeira do Governo Brasileiro**. 2013. Dissertação de Mestrado. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Rio de Janeiro. Disponível em:
<<http://bvssp.iciet.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=3746>>. Acesso em 01 fev. 2015.

MARTINS, José Pio. **Educação Financeira ao Alcance de todos: adquirindo conhecimentos financeiros em linguagem simples**. 1ª. Ed. São Paulo: Fundamento Educacional, 2004.

MELLO, R. M. **Gestão Financeira pessoal de funcionários com emprego estável: Funcionários do Banco XS S.A.** Trabalho de conclusão de curso (Bacharel). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

MEIRELLES, Valéria Maria, **Atitudes, crenças e comportamentos de homens e mulheres em relação ao dinheiro na vida adulta**. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2012.

MODERNELL, Álvaro. **Afinal, o que é educação financeira?** 2012. Disponível em: <<http://www.maisativos.com.br/site/artigo-afinal-o-que-e-educacao-financeira/>>. Acesso em 04 dez. 2014.

MONTEIRO, Luciana Amorim. **Moeda eletrônica – Conceitos e protocolos de segurança**. 1998. Disponível em: <<http://www.cic.unb.br/~rezende/trabs/e-moeda.htm>>. Acesso em 02 out. 2014.

OCDE. **What we do and how**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.oecd.org/about/whatwedoandhow/>>. Acesso em 02 dez. 2014.

_____. **INEF progress report on Financial Education**, 2014. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/OECD-INFE-Fin-Ed-G20-2014-Progress-Report.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2014.

_____. **OECD's Financial Education Project**. 2004. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2015.

_____. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness**. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em 03 jan. 2015.

PRADO, Rosane de Souza. **Educação Financeira no ensino fundamental I**. 2013. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2013.

PORTAL BRASIL. **Educação financeira chegará a escolas públicas até 2015**. 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/05/educacao-financeira-chegara-a-escolas-publicas-ate-2015>>. Acesso em 06 mai.2014.

POTRICH, Ani Caroline Grigion; VIEIRA, Kelmara Mendes, CERETTA, Paulo Sergio. “Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?”. In: **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 12, n.3, p.314-333, 2013.

REVISTA EXAME. 2014. **O consumidor se deu mal**. São Paulo, v.17, n.1073, p. 111.

_____. 2014. **As cigarras e as formigas**, São Paulo, v.2, n.1058, p. 105.

REVISTA VEJA. 2014. **Educação Financeira desafia escolas, aponta OCDE**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/educacao/educacao-financeira-desafia-escolas-aponta-ocde>>. Acesso em 02 fev. 2015.

REIS, Simone Regina dos. **Matemática Financeira na perspectiva da Educação Matemática Crítica**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de Pós-Graduação em Matemática, RS. 2013.

ROBERT , Jozsef. **A origem do Dinheiro**. 2ª. Ed: São Paulo: Global Editora, 1989.

SÁ, Ilydio Pereira de. **A educação matemática crítica e a matemática financeira na formação de professores**. 2012. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Universidade Bandeirante de São Paulo, SP.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. SP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/pt-br.php>>. Acesso em 02 dez. 2014.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. 2ª. Ed. Chapecó: Argos, 2012.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rio de Janeiro: RAP, 2007.

SCHNEIDER, Ido José. **Matemática Financeira: Um conhecimento importante e necessário para a vida das pessoas**. 2008. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade de Passo Fundo, RS.

SERASA EXPERIAN. **Jovem é o perfil que menos controla a vida financeira**. 2014. Disponível em: <<http://www.serasaconsumidor.com.br/jovem-e-o-perfil-que-menos-controla-a-vida-financeira/>>. Acesso em 22 out. 2014.

_____. **Indicador de Educação Financeira**. 2014. Disponível em: <<http://serasaconsumidor.com.br/indef/>>. Acesso em 23 nov. 2014.

_____. **Inadimplência do consumidor fecha 2014 com alta de 6,3%, revela Serasa Experian**. 2015. Disponível em: <<http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-do-consumidor-fecha-2014-com-alta-de-63-revela-serasa-experian/>>. Acesso em 22 jan. 2015.

STEPHANI, Marcos. **Educação Financeira: uma perspectiva interdisciplinar na construção da autonomia do aluno**. 2005. Dissertação de Mestrado em Ciências e Matemática. Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, RS

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Eduardo D. **Gestão em finanças pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

SILVA, Jônatas Rodrigues. **Método para a educação financeira: da sensibilização à ação**. São Paulo: All Print Editora, 2012.

SPC BRASIL. **Oito em cada dez brasileiros não sabem controlar as próprias despesas mostra estudo do SPC Brasil**. 2014. Disponível em <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticias/340-oitoemcadadezbrasileirosnaosabemcomocontrolaraspropriasdespesasmostraestudodospcbrasil>>. Acesso em 22 abr. 2014.

_____. **52% dos brasileiros fizeram alguma compra por impulso nos últimos três meses, revela SPC Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/pesquisas/397-52dosbrasileirosfizeramalgumacompraporimpulsonosultimostresmesesrevelaspcbrasil>>. Acesso em 07 dez. 2014.

_____. **Maioria dos brasileiros usa o crédito para realizar compras imediatistas, aponta relatório do SPC Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/noticia/591-maoriadosbrasileirosusaocreditopararealizarcomprasimediatistasapontarelatoriodospcbrasil>>. Acesso em 03 fev. 2015.

STERVENSON, William. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Haper & Row do Brasil, 1981.

TOLOTTI, Márcia. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 4ª. Reimpressão.

TOBIAS, Andreza Maria Neves Manfredini; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Educação Financeira na família: como falar de dinheiro com crianças**. São Paulo: Roca, 2012.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de, GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos da Economia**, 2ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

VIDA E DINHEIRO. **Conceito de educação financeira no Brasil**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>>. Acesso em 02 dez. 2014.

VIEIRA, Leandro Carvalho. **A Matemática Financeira no ensino Médio e sua articulação com a cidadania**. 2010. Dissertação de Mestrado Profissional em Educação Matemática. Universidade Severino Sombra, RJ.

WANNACOTT, Paul; WANNACOTT, Ronald. **Economia**. 2ª Ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

XAVIER, Edicléia. **Matemática e educação financeira nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2011. Universidade de Tuiuti do Paraná. Pós Graduação em ensino da Matemática da Faculdade de Ciências Exatas. PR.

ZAGURY, Tânia. **Limites sem traumas – construindo cidadãos**. Rio de Janeiro. Record, 2006.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do participante da pesquisa: _____ (somente maiores de 18 anos)

Identificação (RG) do participante da pesquisa: _____

Título do projeto: **Mapeamento do conhecimento e da atitude dos universitários quanto às finanças pessoais dos cursos de Direito e Administração da UEMG Campus Frutal**

Instituição onde será realizado: UEMG – Campus Frutal

Pesquisador principal: Wenceslau Gonçalves Neto

Pesquisadora Responsável: Mônica Queiroz da Silva

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UNIUBE): Av. Nenê Sabino, 1801 – Bairro: Universitário – CEP: 38055-500-Uberaba/MG, telefone: 34-3319-8959 e-mail: cep@uniube.br

Você está sendo convidado (a) para participar do projeto: Mapeamento do conhecimento e da atitude dos universitários quanto às finanças pessoais dos cursos de Direito e Administração da UEMG Campus Frutal, de responsabilidade de Wenceslau Gonçalves Neto e da orientanda Mônica Queiroz da Silva, desenvolvido na UNIUBE – Universidade de Uberaba.

Este projeto tem como objetivos: conhecer a realidade dos universitários dos cursos de Direito e Administração da UEMG Campus Frutal (ingressantes e concluintes), quanto à administração de suas finanças pessoais, como lidam com o orçamento financeiro pessoal e se utilizam de alguma orientação para gerir seus gastos e ganhos.

Este projeto se justifica, tendo em vista o cenário econômico brasileiro que nos últimos anos tem se caracterizado por um elevado consumo de bens variados por parte da população. O governo tem usado de diversos mecanismos para fomentar a economia e consumo e com isto tem oferecido subsídios para o aumento dos gastos das famílias: facilitação do crédito, isenção de tributos de alguns produtos (carros e eletrodomésticos etc.). O endividamento familiar e os juros altos que são praticados no Brasil têm gerado um desequilíbrio financeiro

na vida das pessoas, ocasionando o aumento da inadimplência. Boa parte da população não está preparada para administrar suas finanças e necessita de apoio e orientação no que tange à administração de ganhos e gastos, o que não é oferecido no ensino fundamental e médio brasileiro. Por estas razões, nossa hipótese inicial é que encontraremos nos cursos de Direito e Administração da UEMG Campus Frutal, um número significativo de estudantes universitários endividados e muitas vezes sem conhecimento suficiente de como equilibrar sua situação financeira. Pretendemos identificar o grau de conhecimento sobre educação financeira, a fonte de conhecimento e as habilidades para lidar com as finanças pessoais. E nossa hipótese complementar é que a oferta de uma disciplina sobre educação financeira poderá auxiliar os estudantes universitários a desenvolver habilidades para melhor administração de suas finanças.

Uma vez, feita a compilação dos dados da pesquisa, será possível identificar as atitudes e o nível de conhecimento em relação à educação financeira dos universitários pesquisados e mediante o resultado, poderá ser proposta a inserção do tema como disciplina.

A Educação Financeira melhora a compreensão dos conceitos e dos produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação claras, as pessoas possam adquirir conhecimento para melhor administrar suas finanças.

Se aceitar participar desse projeto, você assinará este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será entregue pela pesquisadora Mônica Queiroz da Silva e em seguida, responderá ao questionário.

Pela sua participação no estudo, você não receberá nenhum pagamento e também não terá nenhum custo. Você pode parar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo e em nenhum momento será identificado ou mesmo não participar do projeto.

Você receberá uma cópia desse termo, assinada pela equipe, onde consta a identificação e os telefones dos pesquisadores: Mônica Queiroz da Silva, telefone 34-9974-1597, e-mail: monicaqs@netsite.com.br ou com Wenceslau Gonçalves Neto, telefone 34-3319-8811, e-mail: wenceslau.neto@uniube.br, caso você queira entrar em contato com eles.

Participante da pesquisa.

Wenceslau Gonçalves Neto

Pesquisador principal

Mônica Queiroz da Silva

Pesquisadora responsável

- e) ___ de 5 a 10 salários (até \$ 7.240,00)
 f) ___ acima de 10 salários

8. Se depender da família para pagar as suas despesas, qual a renda da família:

- a) ___ até 1 Salário (\$ 724,00)
 b) ___ de 1 a 2 salários (até \$ 1.448,00)
 c) ___ de 2 a 5 salários (até \$ 3.620,00)
 d) ___ de 5 a 10 salários (até \$ 7.240,00)
 e) ___ acima de 10 salários

9) Nível de escolaridade dos pais. **Pode marcar mais de uma alternativa.**

- a) ___ Sem escolaridade
 b) ___ Ensino Fundamental I - antigo ensino até a 4^a. série primária
 c) ___ Ensino Fundamental II - antigo ensino até 8^a. série
 d) ___ Ensino Médio (1^a. a 3^a. séries)
 e) ___ Ensino Técnico
 f) ___ Ensino Superior

Parte 2: Comportamento e atitudes em relação às finanças pessoais

10. Sobre seu comportamento em relação às finanças pessoais, marque **uma** das cinco opções de acordo **com cada questão.**

Opções	Sempre	Com muita frequência	Algumas vezes	Raramente	Nunca
a) Já comprou ou compra de forma espontânea e imediatista, sem pensar muito.					
b) Já se endividou ou encontra-se endividado devido ao consumo exagerado.					
c) Ao pagar a fatura do cartão de crédito, se o dinheiro estiver pouco, paga o valor mínimo para evitar bloqueio do cartão.					
d) Já utilizou ou utiliza cheque especial, empréstimos bancários e cartão de crédito para pagar dívidas.					
e) Prefere comprar parcelado a esperar ter o dinheiro para comprar a vista mesmo que tenha juros embutidos nesta compra.					

11. Como você controla os seus gastos mensais? Marque **a principal ferramenta.**

- a) ___ Caderno de anotações.
 b) ___ Controle de gastos através de APP (aplicativo para uso de smartphone e tablet)
 c) ___ Memorização dos gastos.

- d) Planilha eletrônica, tal como Excel.
- e) Só anoto as compras de maior valor.
- f) Não controlo meus gastos.

12. Qual é a sua situação financeira atual?

- a) Gasta mais do que ganha.
- b) Gasta igual ao que ganha.
- c) Gasta menos do que ganha e poupa o restante. Se marcar esta opção, favor responder a questão 13.

13. Se gasta menos do que ganha e poupa a diferença, que tipo de investimento você aplica?

Pode marcar mais de uma alternativa.

- a) Imóveis
- b) Títulos de renda fixa (tais como Letras do Tesouro Nacional, Notas do Tesouro Nacional, CDB e RDB)
- c) Poupança
- d) Poupança por falta de conhecimento para aplicar em outros investimentos.
- e) Previdência privada
- f) Empréstimos a terceiros
- g) Ações
- h) Outros: _____

14. Possui dívidas?

- a) Sim. Se marcar a opção **SIM**, favor responder as questões **15 e 16**.
- b) Não. Se marcar a opção **NÃO**, não precisa responder as questões 15 e 16.

15. Quais são os tipos de dívidas que possui? **Pode marcar mais de uma alternativa.**

- a) Cheque especial.
- b) Financiamento de bem móvel (carros, motos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos)
- c) Financiamento de bem imóvel.
- d) Cartão de crédito.
- e) Empréstimo bancário.
- f) Crediário.
- g) Empréstimo pessoal (com terceiros).
- h) Empréstimo consignado.
- i) Cheque pré-datado.

16. Qual (is) o (s) motivo (s) o levou a contrair dívidas? **Pode marcar mais de uma alternativa.**

- a) Falta de planejamento financeiro
- b) Facilidade de acesso ao crédito
- c) Desemprego
- d) Queda na renda
- e) Propensão ao consumo
- f) Empréstimo em seu nome para amigos ou familiares
- g) Problemas de saúde
- h) Aquisição de imóvel
- i) Aquisição de carro e moto

17. Se perder a sua fonte de renda, por quantos meses você conseguiria manter os seus gastos em dia utilizando apenas de suas economias (reservas)?

- a) ___ Não tenho reservas.
- b) ___ 1 mês
- c) ___ 2 a 3 meses
- d) ___ 4 a 6 meses
- e) ___ Acima de 6 meses

18. Sobre suas atitudes em relação às finanças pessoais, marque **uma** das cinco opções de acordo **com cada questão**.

Opções	Concordo totalmente	Concordo	Indiferente	Discordo	Discordo totalmente
a) Acredito que a forma como eu administro meu dinheiro, vai afetar o meu futuro.					
b) Não tem problema ter dívida, se eu sei que posso pagar mesmo que esteja fora do meu orçamento.					
c) Gosto de possuir coisas que impressionam as pessoas e não me importo o quanto custam e quanto tempo demorei para pagar.					
d) Gosto de comprar supérfluos mesmo que não esteja no meu orçamento.					
e) Prefiro deixar minhas economias na poupança e contrair um empréstimo para pagar minhas dívidas a me desfazer do dinheiro poupado.					

Parte 3: Conhecimento sobre educação financeira

19. Considerando seu conhecimento em relação à educação financeira, **sua principal fonte de acesso a esta informação** é:

- a) ___ Companheiro(a).
- b) ___ Amigos.
- c) ___ Família (pais, avós e irmãos).
- d) ___ Internet, jornais e TV.
- e) ___ Livros e cartilhas.
- f) ___ Palestras e cursos.
- g) ___ Universidade
- h) ___ Não é um tema de meu interesse.
- i) ___ Ainda não tive acesso ao assunto.

20. Quem você costuma consultar para decidir sobre finanças pessoais? **Pode marcar mais de uma alternativa.**

- a) ___ Amigos

- b) Companheiro(a)
- c) Consultor financeiro independente
- d) Família (Pais, avós e irmãos)
- e) Gerente da conta bancária
- f) Internet e publicações especializadas
- g) Professores
- h) Não costumo falar com as pessoas sobre finanças pessoais, tomo minhas decisões sozinhas.

21. Marque a(s) alternativa (s) correta (s). **Pode marcar mais de uma alternativa correta.**

- a) A taxa básica de juro (selic) praticada em agosto de 2014 foi de 11% ao ano.
- b) A importância de R\$ 100,00 em conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, considerando que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro, o valor que terá na poupança será maior que R\$ 150,00.
- c) Investimentos financeiros com alta rentabilidade e curto prazo para retorno são: renda fixa e tesouro direto.
- d) Quando um investidor distribui seu investimento entre diferentes ativos, o risco de perder dinheiro aumenta.
- e) Taxa média de juros praticados pelas operadoras de cartão de crédito em setembro de 2014 foi 8,48% ao mês e 165,58% ao ano.
- f) Os bens tais como carro, moto e casa de praia são considerados “ativos bons”.

22. **Qual a melhor forma** de despertar nas pessoas a relevância sobre o tema educação financeira? **Marque apenas uma opção.**

- a) Através da família, porque a educação financeira vem de berço.
- b) Através da escola, desde o ensino infantil até o ensino fundamental.
- c) Através da universidade no decorrer do curso de graduação.
- d) Cada pessoa deverá procurar a melhor forma para adquirir o conhecimento sobre o tema.
- e) O tema educação financeira não é relevante.